



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Da “água para o vinho”, do urbano ao rural: a mudança de
vida dos neo-rurais maricaenses.**

Victor Hugo Luiz Hartuique

Seropédica,

2023.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS

**Da “água para o vinho”, do urbano ao rural: a mudança de
vida dos neo-rurais maricaenses.**

Victor Hugo Luiz Hartuique

Sob a Orientação da Professora
Raquel Souza

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

Seropédica
Rio de Janeiro -Brasil
Julho de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

H336" Hartuique, Victor Hugo Luiz, 1996-
Da "água para o vinho", do urbano ao rural: a
mudança de vida dos neo-rurais maricaenses. / Victor
Hugo Luiz Hartuique. - Rio de Janeiro, 2023.
116 f.

Orientadora: Raquel Pereira de Souza.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Desenvolvimento territorial e
políticas públicas, 2023.

1. Neorruralismo. 2. Êxodo Urbano. 3. Rural. 4.
Urbanidades no rural. 5. Desenvolvimento Rural. I.
Souza, Raquel Pereira de, 1979-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Desenvolvimento territorial e políticas públicas III.
Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**



TERMO Nº 1108 / 2023 - PPGDT (12.28.01.00.00.00.11)

Nº do Protocolo: 23083.065422/2023-58

Seropédica-RJ, 27 de setembro de 2023.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS**

VICTOR HUGO LUIZ HARTUIQUE

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 31/07/2023

RAQUEL PEREIRA DE SOUZA. Dr.^a UFF
(Orientadora, Presidente da Banca)

ANGELITA PEREIRA BATISTA. Dr.^a UFF

MARCIO SILVA BORGES. Dr. UFRRJ

(Assinado digitalmente em 27/09/2023 18:45)

MARCIO SILVA BORGES
COORDENADOR CURS/POS-GRADUACAO
PPGDT (12.28.01.00.00.00.11)
Matricula: 2692836

(Assinado digitalmente em 04/10/2023 17:03)

RAQUEL PEREIRA DE SOUZA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 278.541.288-55

(Assinado digitalmente em 04/10/2023 21:44)

ANGELITA PEREIRA BATISTA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 001.736.516-31

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **1108**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **27/09/2023** e o
código de verificação: **a472c2b3bd**

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar agradecendo primeiramente à Deus por estar presente em minha vida, sem Ele, nada é possível e através dele que estou hoje apresentando esta dissertação. À minha mãe e meu pai pelo exemplo de estudo, dedicação e apoio incondicional.

À minha orientadora, Raquel Souza, que viu em mim um potencial que eu mesmo não via e me escolheu para tocarmos juntos este projeto. Obrigado professora por insistir em mim, me ajudar e me acolher, mesmo quando eu não fazia jus. Sou muito grato a senhora, obrigado por tudo.

Por fim, gostaria de agradecer imensamente a minha esposa, Luiza Teixeira. Começamos este mestrado em meio a uma pandemia, mil coisas aconteciam em nossas vidas. Desde então nosso neném cresceu, mudamos de emprego, de endereço (mais de uma vez), uma outra gravidez e mesmo quando tudo parecia fora de controle, eu tinha você do meu lado, dividindo comigo as dores, as lutas e as alegrias. Nessa dissertação tem muitos sacrifícios seus também, tem seu esforço em cada linha desse trabalho e se hoje estou aqui, é por sua causa. Obrigado pelo apoio, pela compreensão e por estar sempre ao meu lado, me ajudando, me ouvindo e incentivando. Essa vitória é nossa.

E ao meu filho Vicente, saiba que meu sonho é ser um exemplo pra você, talvez pela idade você não se lembre das aulas que assistiu conosco (eu e sua mãe), dos dias que tive que deixar de brincar com você para estudar e me dedicar. Mas espero que um dia entenda e se orgulhe do seu pai. Todas as minhas conquistas são pra você meu filho.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

RESUMO

O êxodo urbano e o estabelecimento desses neo-rurais no município de Maricá potencializam o desenvolvimento territorial, sendo mais do que uma alternativa econômica, mas um ativo social da cidade. Para tanto a análise deste território, e dos atores que nele estão inseridos é fundamental para analisar as especificidades desse processo de migração e transformação local. Com isso, o presente trabalho discute a percepção dos neo-rurais em seu processo de êxodo urbano rumo a cidade de Maricá. Contextualizando o rural do Rio de Janeiro e de Maricá através das atividades econômicas nele desempenhadas, a pesquisa possibilitou o enquadramento desse território rural com base em dados específicos do Censo Demográfico, Censo Agropecuário e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, além de outras pesquisas correlatas. A partir desse dimensionamento, passou-se então a discutir a conceituação de rural, problematizando as definições utilizadas pelo IBGE, pela Legislação Federal e pelo Plano Diretor da cidade de Maricá, discorrendo sobre a heterogeneidade desse espaço, sobretudo sobre a ótica de urbanidades no rural. Com essa discussão, obtendo uma melhor concepção de rural, alcançou-se um vislumbre sobre o recorte territorial que possibilitou a pesquisa de campo. Através da inquirição de agentes rurais tradicionais, neo-rurais e informantes qualificados, pode-se analisar a percepção desses atores quanto ao processo de migração de novos agentes ao campo, observando o processo de adaptação dos neo-rurais como um fenômeno ímpar para a transformação do território e desenvolvimento rural.

Palavras-Chave: Rural; Neo-rural; Êxodo urbano; Urbanidades no rural; Desenvolvimento rural.

ABSTRACT

The urban exodus and the establishment of these neo-rural areas in the municipality of Maricá enhance territorial development, being more than an economic alternative, but a social asset for the city. To this end, the analysis of this territory and the actors within it is essential to analyze the specificities of this process of migration and local transformation. Therefore, this work discusses the perception of neo-rurals in their process of urban exodus towards the city of Maricá. Contextualizing the rural areas of Rio de Janeiro and Maricá through the economic activities carried out there, the research made it possible to frame this rural territory based on specific data from the Demographic Census, Agricultural Census and National Household Sample Survey, in addition to other related research. From this dimension, we then began to discuss the concept of rural, problematizing the definitions used by IBGE, the Federal Legislation and the Master Plan of the city of Maricá, discussing the heterogeneity of this space, especially the perspective of urbanities in rural areas. . With this discussion, obtaining a better conception of rural, we gained a glimpse into the territorial outline that made field research possible. By interviewing traditional and neo-rural rural agents and qualified informants, it is possible to analyze the perception of these actors regarding the process of migration of new agents to the countryside, observing the process of adaptation of neo-rurals as a unique phenomenon for transformation of territory and rural development.

Keywords: Rural; Neo-rural; urban exodus; Urbanities in the countryside; Rural development.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Estado do Rio de Janeiro: Domicílio, população residente, por situação– 2015 -----	33
TABELA 2 – Grupos de área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia - Rio de Janeiro Tipo de prática agrícola – 2017.-----	39
TABELA 3 - Grupo de áreas e Número de estabelecimentos agropecuários – Rio de Janeiro -----	40
TABELA 4 - Ramos de atividade das pessoas ocupadas e residentes em áreas não-metropolitanas e em áreas rurais. Brasil, 2002-2006 -----	46
TABELA 5 – População residente, por situação, sexo e grupos de idade - Maricá – 2015 -----	50
TABELA 6 - Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total, segundo agricultura familiar ou não – Maricá – 2017 -----	52
TABELA 7 – Quantidades produzidas das principais lavouras permanentes e temporárias, total e da agricultura familiar, e participação da agricultura familiar no total produzido - Maricá - 2017 - toneladas e mil frutos (coco-da-baía) -----	53
TABELA 8 - Quantidade produzida, quantidade vendida e área colhida da lavoura permanente e respectivas taxas de crescimento – Maricá – 2006 e 2017 – toneladas, mil frutos (coco-da-baía) e hectares -----	54
TABELA 9 – Valor das receitas dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia – Maricá – 2017 -----	56

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Rio de Janeiro: municípios e regiões do governo -----36

FIGURA 2 - Participação de domicílios rurais (%) e renda domiciliar total média (R\$*) segundo tipo familiar (agrícola, pluriativo e não agrícola). Brasil, 2001 a 2013-----44

FIGURA 3 – Situação da Urbanização de Maricá -----74

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. CAMINHOS METODOLÓGICOS	14
3. REFERENCIAL TEÓRICO	27
3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES RURAIS	31
4. O ESPAÇO RURAL	56
4.1. DADOS SOBRE O TERRITÓRIO MARICAENSE	
4.2. CONCEITO DE RURAL	
5. A MUDANÇA DE VIDA DOS NEO-RURAIS MARICAENSES	75
6. CONCLUSÃO	90
7. BIBLIOGRAFIA	94
 Apêndice I – MODELO QUESTIONÁRIO (INFORMANTES QUALIFICADOS)	103
Apêndice II – MODELO QUESTIONÁRIO (NEO-RURAIS)	104
Apêndice III – MODELO QUESTIONÁRIO (RURAIS TRADICIONAIS)	108

1. INTRODUÇÃO

A busca pela definição de Rural e Urbano apresenta uma diversidade de pensamentos e estudos que visam caracterizar de forma mais precisa possível, na visão do estudioso que a aborda, o que representam tais territórios. Como ponto de partida para tais análises, quase como uma regra, há uma contraposição entre esses dois espaços o que muitas vezes negligencia uma abordagem mais complexa sobre o tema.

Muito embora, ao pensarmos de forma simplista, seja evidente e claro a diferenciação do “campo” para a “cidade” (aqui tratados como sinônimo de rural e urbano, respectivamente), o pensamento não científico como um movimento de repetição cultural nos remete a conceituações dicotômicas desses espaços, carregando um cerne estereotipado da definição desses tipos de território.

Nesse sentido, busca-se evidenciar que Urbano e Rural são muito mais complexos e heterogêneos do que a mera contraposição entre desenvolvido e subdesenvolvido, civilizado e atrasado, dominante e dominado. A conceituação desses deve estar eivada de aspectos multiformes, onde há uma relação de interdependência, estando o desenvolvimento e historicidade de um ligado diretamente a do outro.

Essa ideia de espaços contrários vai perdendo seu aspecto linear na medida em que, com o desenvolvimento capitalista, há uma apropriação de atividades “do campo” havendo uma expansão física e ideológica de características urbanas que começam a impregnar o Rural. É um movimento de resignificação e recriação do espaço que se integra de forma desigual e em diferentes escalas, marcado por uma pluriatividade, que evidencia a complexidade desses territórios, deixando para trás essa separação espacial clássica baseada nos setores produtivos. (Rosa, 2005)

Esses territórios híbridos, acentuados por essa nova territorialidade, impede uma caracterização feita de forma dispersa, generalizada e homogênea que de forma ultrapassada e incompleta, produz invisibilidades e injustiças. Nasce assim, a necessidade de uma análise específica, que ultrapassa um vislumbre meramente econômico, e adentra na esfera antropológica do social e cultural, analisando o território através das relações humanas.

Com o advento da Revolução Verde nas décadas de 1960 e 1970, houve um avanço tecnológico e dos meios de produção agrícolas. Com um forte incentivo estatal na busca por inovações tecnológicas que contribuíssem para a produção, esse período foi marcado como o “boom” da produção agrícola nacional que se estabeleceu como uma das grandes produtoras e exportadoras de alimentos no mundo. (Schneider, 2010)

Essa transformação dos modos de produção pautadas nessas novas tecnologias acabaram por tornar a produção dependente, e dado o custo para sua obtenção não foram objeto de proveito dos pequenos produtores, que achatados pelo agronegócio e por essa nova lógica produtiva, acabaram por deixar o campo, acentuando o êxodo rural, ou se endividando na tentativa de acompanhar as inovações há época. A implementação dessa lógica capitalista, de uma monocultura em massa, acabou por desequilibrar ainda mais a relação homem-natureza, sendo responsável por um aumento na degradação ambiental, além de uma insegurança alimentar maior. (Conti, 2012; Ribemboim e Moreira, 2008).

Persistindo a essa nova lógica produtiva no campo, começa a se enxergar na agricultura de pequeno porte e familiar um modelo socioeconômico de destaque, dada sua maior capacidade de adaptabilidade, diversidade de cultura (que possibilitam a produção de vários alimentos que contribuem não só para seu fim comercial, mas também para a segurança alimentar), além do surgimento de novas demandas sociais por uma produção ecologicamente mais equilibrada, capaz de restabelecer a balança da relação homem-meio ambiente, e de uma produção mais orgânica que resgate a essência e as tradições da agricultura. (Schneider, 2010)

Com isso a produção de pequeno porte acaba por mostrar um grande potencial de crescimento frente a essa produção moderna. Esse desenvolvimento do campo ganha significativa importância, e se desvencilha de antigos estereótipos, tornando o pequeno agricultor responsável por atividades que agregam valores, diminui custos e fomentam o empreendedorismo nos territórios rurais, e, ao passo que se desenvolveu e modernizou, conseguiu reforçar ainda mais suas tradições e culturas com a ascensão de um Novo Rural. (Rua, 2005)

Essa transformação do meio rural, que destaca o potencial econômico da agricultura de pequeno porte, se desenvolve, à medida que há uma sobrecarga das

cidades. Vive-se um antagonismo nas experiências e relações vivenciadas nesses dois espaços, onde a potencialidade de crescimento e desenvolvimento do rural, sobressai ao passo que o urbano enfrenta um momento de estagnação, recessão e escassez. Há desemprego, fome, falta de habitação, privação de acesso à direitos fundamentais e, a um mínimo que garanta a dignidade do indivíduo, fatores que influenciam sobremaneira a migração de parte da sociedade sentido ao campo, mas não são os únicos. A busca por uma melhor qualidade de vida e a percepção da agricultura como uma atividade economicamente vantajosa acabam por influenciar os indivíduos nessa ida ao rural. (Rua, 2005)

Somando todos esses processos, pode-se evidenciar uma transformação nas atividades tipicamente rurais, onde uma contínua apropriação capitalista de atividades, promove o que Rua (2006) chama de “urbanidades no rural”. Não é uma urbanização do rural, mas a presença de características e atividades predominantes nas cidades que atingem o campo sendo apropriada por seus agentes que não perdem sua essência e cultura, mas modificam o espaço que estão ocupando. O território permanece rural, embora tenha sido transformado por uma lógica capitalista.

Outro agente importante nesse processo é a pluriatividade, entendida como diferentes atividades desempenhadas pelos integrantes de uma produção agrícola, na qual, os afazeres típicos da unidade produtiva dividem espaço com outras atividades não-agrícolas. Essa multiplicidade de atividades acaba por agregar renda a esses produtores, permitindo uma melhor subsistência e sendo um instrumento de manutenção dessas pessoas no campo. Essas atividades não-agrícolas crescem à medida que há, cada vez mais, a presença de urbanos no rural, sendo assim, setores de serviço (estimulados pelo ecoturismo) e empregos domésticos (demandados por novos rurais) estão entre algumas das principais fontes de renda alternativa desses estabelecimentos familiares. (Schneider, 2009)

A possibilidade de exercer ocupações urbanas em concomitância com a agricultura acaba por facilitar e tornar mais viável a chegada de novos atores no campo, que, motivados sobretudo por uma melhor “qualidade de vida” migram para o território rural, transformando-o e por ele sendo transformados.

Movimentos demográficos como esse, já aconteceram historicamente pelos mais

diversos motivos, como pelos ciclos econômicos da exploração de recursos naturais de algodão e café, pelas políticas públicas de ocupação primordialmente para o centro-oeste brasileiro e pela contração econômica nos mercados de trabalho nas cidades (Giuliani, 1990). Mas atualmente, pode-se analisar um novo tipo de migração populacional, que tem como protagonistas o que alguns autores como Luciana Geraldine Trimano (2019) e Gian Mario Giuliani (1990) chamam de “neo-rurais”. Esse neo-ruralismo caracteriza-se como a revalorização do rural, costumes, crenças e tradições passam por uma revitalização e as especificidades do campo passam a ganhar importância sobretudo no que concerne a relação homem-natureza.

Evidencia-se, assim, um êxodo urbano, como um processo migratório que não se apresenta de forma tão linear e de fácil exemplificação, mas revela uma locomoção populacional para fora dos grandes centros urbano. Esse movimento de saída das cidades por ser rumo a áreas periféricas ou realmente para áreas rurais, que será o foco do presente trabalho.

Busca-se, assim, apresentar com o presente trabalho através da percepção dos atores inseridos no espaço rural (tradicionais, neo rurais e agentes institucionais técnicos) que, estamos vivendo um momento de transformação, onde há um movimento latente de inversão de valores e quebra de paradigmas impregnados pelo senso comum. Essa migração de “urbanos” para o campo faz heterogeneizar ainda mais a população desses locais, diversificando suas atividades produtivas e ramos econômicos, mostrando a cada dia a força econômica, social e política do campo, que embora transformado pelo desenvolvimento de seus meios de produção e sua diversidade de atividades, mantêm sua essência e cultura.

Marcado por um alto grau de urbanização e de concentração fundiária, as políticas públicas de incentivo à agricultura no estado fluminense ainda se mostram limitadas, se comparadas a outros estados da federação. Com uma produção agrícola relativamente pequena, o Rio de Janeiro apresenta características próprias que determinam diretamente um processo de expulsão e esvaziamento do campo local. (Marafon e Silva, 2005)

Entretanto, dentro desse contexto fluminense, pode-se perceber um “ponto fora da curva”, que é a cidade de Maricá. Mesmo com similaridades no contexto

socioeconômico rural que caracterizam os demais municípios do Rio de Janeiro, Maricá vem embrionariamente tentando realizar um trabalho de reconstrução da agricultura local, na qual através de programas de incentivo à agricultura, sobretudo com fulcro educacional, almeja-se uma valorização dessa produção agrícola, especialmente as de pequeno e médio porte, que são a maioria na cidade, o que acaba por facilitar o desenvolvimento de atividades agrícolas por aqueles recém chegados ao espaço rural, que, motivados por uma maior tranquilidade e melhor qualidade de vida, abrem mão de uma praxe urbana para viver o espaço rural, acabando por influir de maneira única no desenvolvimento rural da cidade.

No presente trabalho, portanto, buscaremos como objetivo primordial discutir a inserção desses neo-rurais no espaço rural de Maricá, abordando sua percepção sobre o processo e o território, em paralelo à experiência de vida dos rurais tradicionais do município e a avaliação dos agentes institucionais sobre a chegada desses novos atores e as transformações do campo local.

Para tal, far-se-á em primeiro momento um enquadramento sobre o rural fluminense e do município maricaense, realizando uma análise de dados específicos, sobretudo das atividades desempenhadas nesse espaço, com o fulcro de contextualizar o território estudado. Passado essa análise, buscou-se discutir a conceituação de rural, através da problematização das conceituações político institucionais do campo, como as diretrizes do IBGE e o Plano Diretor de Maricá, explorando o momento de transformação e de desenvolvimento desse rural pautado no conceito de urbanidades no rural para se obter um melhor recorte quanto a definição do rural, que abrangesse toda sua complexidade e heterogeniedade.

Por fim, passar-se-á a discussão desse movimento neo-rural, com a chegada desses novos atores no campo, observando sua percepção sobre esse processo de migração. Para tal, será explorada a pesquisa de campo realizada com os neo-rurais, rurais tradicionais e agente qualificados, a fim de ter uma interpretação mais próxima dos agentes inseridos no rural de Maricá sobre a chegada desses novos atores, como eles influenciam e são influenciados pelo meio.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho tem por objetivo primordial discutir a inserção dos neo-rurais no espaço rural de Maricá. Sendo assim, busca-se analisar a experiência desses indivíduos em seu processo de inserção no território rural, averiguando aspectos como: nível de interação com o meio e os rurais tradicionais; quais impactos esses neo-rurais podem trazer e como são impactados por essa mudança; quais suas motivações; e, sua persistência no território.

Além disso, objetivou-se discutir a definição de rural, problematizando as definições estabelecidas pelas legislações específicas e que norteiam os órgãos públicos em sua visão institucional sobre o território. Assim, pautado nesse novo entendimento do que seria o Rural, intentou-se analisar a Neorruralidade como um processo importante para o desenvolvimento rural, e uma tendência para o campo da cidade de Maricá.

Por fim, buscou-se entender a realidade do campo da cidade maricaense, pautado na experiência desses novos rurais que migraram para a cidade, desenvolvendo o espaço e se integrando a ele. Sendo assim, figuram como objetivos:

Objetivo Geral: Discutir a inserção dos neo-rurais no espaço rural de Maricá.

Objetivos Específicos:

- a) Caracterizar o espaço rural fluminense e maricaense
- b) Discutir o conceito de espaço rural;
- c) Investigar a percepção dos neo-rurais e rurais tradicionais sobre esse neorruralismo em Maricá

Para o alcance desses objetivos, em primeiro momento, no referencial teórico buscou-se realizar uma pesquisa bibliográfica apresentando conceitos que serão debatidos durante a presente dissertação. Utilizando de artigos de autores como Carneiro, Marafon, Graziano, Rua e Giuliani (dentre outros), pode-se apresentar concepções sobre o espaço rural do Rio de Janeiro, desenvolvimento rural, a pluriatividade e a neorruralidade.

Ainda neste capítulo, buscou-se realizar uma contextualização sobre o território rural, sobretudo do estado do Rio de Janeiro. Através de uma pesquisa documental com a análise de dados oficiais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Censo Demográfico, Censo Agropecuário, somado às pesquisas bibliográficas de artigos e dissertações, doutrinas correlatas, objetivou-se analisar um panorama geral do campo, sobretudo das atividades nele desempenhadas.

Posteriormente, no capítulo 4 (O Espaço Rural), foi dada continuidade à pesquisa documental no subcapítulo 4.1 (Dados sobre o território maricaense), utilizando tabelas estatísticas e dados oficiais de pesquisas governamentais, mas agora analisando a realidade do rural de Maricá buscando um enquadramento quantitativo do espaço objeto da pesquisa.

Dando continuidade, agora no subcapítulo 4.2 (Conceito de Rural) foi realizada mais uma vez uma pesquisa bibliográfica, onde objetivou-se realizar um debate sobre essa conceituação de rural, discutindo e problematizando as definições utilizadas pelas pesquisas tratadas anteriormente, como as diretrizes e notas técnicas do IBGE e o plano diretor da cidade de Maricá. Buscou-se, assim, discutir a definição de rural através de uma análise doutrinária sobre a aceção desse território, indo para além do conceito dos órgãos estatais e aparatos legais que restringem a interpretação de um território com base em interesses fiscais, negligenciando uma averiguação mais aprofundada e complexa de todo um campo.

Por fim, no capítulo 5 (A Mudança de Vida dos Neo-rurais Maricaenses) foi realizado a pesquisa de campo, com o objetivo de investigar a percepção dos atores rurais (tradicionais, neo-rurais e agentes qualificados), inseridos no rural de Maricá, sobre a chegada de novos indivíduos ao campo local, somando os dados obtidos com os questionários a pesquisa bibliográfica relevantes sobre os neo-rurais e seu processo de inserção no território.

Com a coleta de dados através de questionário com 8 agricultores maricaenses (4 rurais tradicionais e 4 neo-rurais), buscou-se analisar a experiência desses novos agentes do rural maricaense sobre o processo de mudança e o território, em paralelo a experiência de vida dos rurais tradicionais do município e a avaliação dos agentes institucionais qualificados sobre a chegada desses novos atores e as transformações do

campo local.

Ressalta-se que as entrevistas não objetivaram uma larga colheita de dados, a fim de classificar e tirar conclusões gerais com as respostas colhidas, mas sim, ter uma aproximação sobre a percepção dos agentes quanto ao seu processo de migração, primando pela subjetividade de seu processo singular e único. Portanto, deu-se prioridade a um reduzido número de entrevistas, mas que pudessem abordar de forma vasta as percepções dos entrevistados sobre esse novo momento do Rural de Maricá.

Com isso foram entrevistados as seguintes pessoas:

i) Neo-rurais:

- (a) Entrevistado nº 1: Apicultor e aposentado. 83 anos. Residente do Retiro – Maricá desde 1990, oriundo de Jacarépaguá – RJ;
- (b) Entrevistado nº 2: Agropecuarista e piloto de parapente. 34 anos. Residente do Retiro – Maricá desde 2019, oriundo de São Gonçalo;
- (c) Entrevistado nº 3: Agricultor e serviços gerais. 67 anos. Residente de Pindobas – Maricá desde 2011, oriundo de Marataízes – ES;
- (d) Entrevistado nº 4: Agricultor e servidor público. 28 anos. Residente do Caju – Maricá, regressou ao rural após 15 anos no centro de Maricá.

ii) Rurais tradicionais:

- (a) Entrevistado nº 5: Agricultor (cana de açúcar e mandioca) e comerciante. 46 anos. Residente no Caju – Maricá.
- (b) Entrevistado nº 6: Agricultor (aipim, milho e café) e aposentado. 87 anos. Residente de Pindobas – Maricá.
- (c) Entrevistado nº 7: Agricultor (banana, aipim e frutíferas) e professor. 40 anos. Residente do Espraiado – Maricá.
- (d) Entrevistado nº 8: Agricultor (mandioca, cana de açúcar, banana e arroz). 71 anos. Residente do Espraiado – Maricá.

iii) Informantes Qualificados:

- (a) Entrevistado nº 9: Extensionista Rural da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) Maricá. 62 anos.

- (b) Entrevistado nº 10: Acessor da Secretaria de Agricultura Pecuária e Pesca (SECAPP). 35 anos.
- (c) Entrevistado nº 11: Técnico de Campo da Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais em Assentamentos de Reforma Agrária (COOPERAR). 58 anos.

O presente esquema, faz-se necessário para um vislumbre dos indivíduos entrevistados e para fins de parâmetro quando da abordagem das respostas dos questionários onde será mencionado os entrevistados através do número de ordem supracitado.

Na etapa de pesquisa de campo, utilizando as entrevistas, realizou-se a coleta de informações durante os meses de abril a junho de 2023, estabelecendo contato através de telefone e pessoalmente com agentes importantes no município pesquisado, para obtenção de dados e informações referentes às dinâmicas econômicas sociais encontradas no espaço rural, destacadamente no que se refere aos indivíduos oriundos das cidades que migram para o rural, nele produzindo, mas sem abandonar suas atividades urbanas, neo-rurais.

Os contatos foram realizados através da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca (SECAPP), e de outras instituições públicas e civis que puderam auxiliar na obtenção das informações necessárias à pesquisa e para a delimitação do público alvo da entrevista. Buscando delimitar melhor o público e a área de atuação, assim como viabilizar o traçado de um perfil amplo sobre esses novos rurais, foi realizada entrevista com informantes locais qualificados, um acessor da SECAPP responsável pela Feira da Agricultura Familiar que acontece mensalmente na cidade, um Técnico de Campo da COOPERAR (Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais em Assentamentos de Reforma Agrária) incumbido pelo auxílio técnico, operacional e educacional no manejo de culturas agrícolas e, por fim, um Extensionista Rural da EMATER de Maricá, encarregado de desenvolver um trabalho de aproximação e auxílio aos produtores locais.

Realizando esse apanhado, com aproximadamente 3 integrantes, um de cada instituição, objetivou-se ter um panorama global da visão dessas entidades sobre a chegada desses novos indivíduos ao rural do município maricaense, além de vislumbrar

os reflexos da inserção desses agentes, sua produção, reprodução e transformação dos espaços e relações sociais já estabelecidas. Com um olhar técnico e qualificado, acredita-se ser possível analisar de forma macro como esse neo-ruralismo vem modificando o campo municipal, se aproximando da compreensão de sua lógica de reprodução social e quais as aspirações do ente público para com essa nova lógica rural.

Destaca-se, a escassez de trabalhos voltados para a temática desses atores neo-rurais, o que dificulta sobremaneira a compreensão dessa nova lógica que vem transformando o rural brasileiro. Com isso, tornou-se ainda mais imperioso a realização de um trabalho de campo mais próximo da realidade desses novos residentes do campo, a fim de compreender com mais exatidão a inserção desses no meio rural maricaense. Entretanto, destaca-se a dificuldade da realização dessas entrevistas, haja vista a falta de integração sobretudo dos rurais tradicionais com o ambiente institucional da cidade, dificultando o contato, inclusive por conta da distância física da qual esses produtores se encontram.

Com a compilação dos dados obtidos desses informantes qualificados, pode-se determinar as áreas rurais de Maricá, com destaque para os bairros do Caju, Espraiado, Retiro e Pindobas com grande parte de seu território rural e com um grande número de produções. Com isso, foi possível ter um norte para localizar além dos produtores tradicionais da cidade, os indivíduos recém-chegados ao rural, as áreas que ocupam e como encontrá-los, de forma a facilitar uma aproximação desses agentes neo-rurais. Também foi realizada, para a localização dessas pessoas, a ida à “Feira da Agricultura Familiar” que ocorre uma vez no mês em diferentes locais da cidade e atraindo os mais diversos produtores, inclusive aqueles advindos do urbano que com uma produção incipiente, buscam a feira para facilitar a comercialização de sua produção.

Após a ida ao campo, nos locais acima mencionados e a identificação desses neo-rurais, foi colhido material direto desses agentes através de entrevistas, onde buscou-se estabelecer o perfil socioeconômico desses indivíduos, as motivações que os levaram ao rural, e suas visões para a continuidade desses espaços e como eles têm buscado se reproduzir socialmente, diante da sua raiz urbana num ambiente rural. Com uma abordagem micro, de dentro das relações sociais estabelecidas na inserção dos

neo-rurais, é possível compreender melhor as transformações trazidas por eles, que impregnados de uma lógica capitalista urbana, ingressam no rural dando novos significados, agregando mercados e estabelecendo uma lógica única, miscigenada e diversificada, de modo a não só perpetuar esse novo modo de vida, mas disseminá-lo através do território que influencia.

Para a obtenção de dados mais abrangentes possíveis, inquiriu-se neo-rurais já estabelecidos no território, que já fixaram raízes e impregnaram o território ao chegarem com seu *modus operandi*, e aqueles recém chegados ao campo de Maricá, que buscam ainda se adaptar e estabelecer relações com o novo espaço que ocupam e seus atores sociais. Com isso, pôde-se analisar além dos perfis desses indivíduos, quais foram suas dificuldades e de que maneira se dá essa inserção, que transforma a lógica rural em algo único.

Ademais, com o fulcro de se realizar uma contraposição de análises e visões sobre o território, foi realizada também entrevistas com agricultores tradicionais da cidade, ocupantes da localidade a gerações, para se poder ter uma distinção de perspectivas sobre as mudanças ocorridas no rural local, e contrapor as diferentes análises feitas por esses distintos indivíduos, cada um com sua vivência e experiência, interpretando o espaço e suas nuances.

Ressalta-se na pesquisa de campo, o entendimento que essa nova ruralidade não é marcada e não deve ser analisada somente pela égide econômica dessas unidades produtivas, mas também pelas relações sociais, de uma ressignificação identitária, cultural, de tradições do rural fluminense.

Com as entrevistas, o que se propôs foi traçar o perfil desses neo rurais, sua vida como citadinos, suas experiências e vivências, para então compreender sua mudança para o rural e como ela se dá. Inquirindo sobre a transição do urbano ao rural, suas dificuldades iniciais e o começo da produção, pode-se delinear as razões por trás da mudança e quais são os agentes motivadores que expulsam esses indivíduos da cidade e os atraem para o campo.

Traçando um paralelo entre a vivência antes da mudança e após a ida ao rural, assim como os aspectos do cotidiano, organização e planejamento das atividades, e

das relações fixadas após os anos iniciais no rural, foi possível ter conhecimento do nível de interação desses agentes com esse novo território, e como essa troca influencia tanto no meio, como nos atores ali envolvidos. Portanto, se estabelece como cerne dos questionários a percepção dos neo-rurais sobre essa mudança para o campo e como interpretam o espaço que ocupam, sendo possível, a partir dessa compreensão questionar os conceitos de rural e urbano.

Resalta-se, que o projeto de pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), em processo de nº 67126822.7.0000.5235, e, que após criteriosa análise e avaliação dos documentos acostados, foi aprovado o projeto através de parecer de nº 6.237.787.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será realizada a revisão teórica sobre temas debatidos ao longo desta dissertação. Analisando conceitos discutidos pela doutrina especializada, busca-se dar fundamento aos assuntos tratados mais a frente nos demais capítulos. Aqui, não objetiva-se esgotar a análise das temáticas, mas sim, basear e nortear conceitos que serão melhor percorridos no decorrer do trabalho.

Ademais, o tópico subsequente tem como fulcro o enquadramento do território rural do estado do rio de janeiro, apresentando dados oficiais extraídos de órgãos oficiais de pesquisa e trabalhos correlatos objetivando um enquadramento sobre as atividades desempenhadas nesse espaço .

No cenário agrícola do Brasil, o estado do Rio de Janeiro apresenta-se como uma mera lembrança do que um dia foi uma das maiores economias do país, especialmente durante os ciclos do café e da cana-de-açúcar. A industrialização e o subsequente crescimento das áreas metropolitanas desempenharam um papel fundamental no esvaziamento das regiões rurais. Além disso, as políticas públicas implementadas pelos governos contribuíram para enfraquecer a produção agrícola e aumentando as desigualdades. (Carneiro,1998)

As políticas públicas implementadas no estado do Rio de Janeiro tiveram um impacto direto no desempenho da agricultura local, resultando em uma produção heterogênea e acentuando a desigualdade regional. Isso enfraqueceu o rendimento econômico das atividades agrícolas e levou a dinâmicas de produção distintas em cada região do estado, com destaque para os seguintes aspectos: o dinamismo e avanço tecnológico na Região Serrana; a subutilização de terras e a falta de organização na produção agrícola do Noroeste Fluminense; a predominância da pecuária extensiva no Vale do Paraíba; a produção de cana-de-açúcar e a exploração de petróleo no Norte Fluminense; e a especulação imobiliária nas áreas da Baía de Ilha Grande, Litoral e Baixadas Fluminense. (Carneiro et al., 1998).

O território rural do Estado do Rio de Janeiro é bastante limitado em extensão, e apesar de ser relativamente pequeno, uma das características marcantes que se destaca em quase todo o estado é a concentração de terras nas mãos de grandes

produtores. Como disserta Ney, 2010:

“A estrutura fundiária não é essencialmente baseada na grande propriedade e na grande produção, pelo contrário, a única atividade dessa natureza no Estado, a cana-de-açúcar é a que apresenta os menores rendimentos. No meio rural, predominam os pequenos estabelecimentos familiares, com área inferior a 10 ha, e poucos grandes estabelecimentos com área acima de 1000 ha. No entanto, há um pequeno número de estabelecimentos que concentra a metade da superfície agrícola do Estado.” (Ney, 2010, pág. 23)

Essa falta de coordenação na atuação do setor público contribuiu para uma desestruturação na agricultura, bem como o esvaziamento das áreas rurais e a concentração excessiva na região metropolitana. Além disso, a maioria dos programas e linhas de crédito, tanto no Rio de Janeiro como em todo o Brasil, beneficiou principalmente os produtores de médio e grande porte. (Teixeira, 2000)

Por outro lado, em contraste com os grandes produtores que possuem extensas áreas de terra, os pequenos produtores enfrentam a falta de capitalização em suas produções, o que os obriga a buscar outras atividades fora da unidade produtiva como uma fonte alternativa de renda. Essa realidade afeta numerosos pequenos produtores. (Marafon, 2005).

Podemos observar como uma característica significativa do território rural do Rio de Janeiro é essa presença de empregos não agrícolas no campo, o que resulta na transformação do espaço e é fortemente influenciado pelo intenso processo de urbanização e pelo crescimento do turismo rural no estado. Como resultado, em cada região, essas novas atividades que surgem no meio rural fluminense variam e se distinguem significativamente, dependendo do território e de uma série de elementos, que serão mais profundamente abordados no capítulo 4 deste trabalho. (Marafon, 2005)

Já em relação à cidade de Maricá, a agricultura, composta por uma variedade de cultivos, predominantemente realizados por pequenos produtores, apresenta uma notável divisão setorial, especialmente na região norte da Rodovia Amaral Peixoto e no lado leste do bairro de Inoã. Além dessas áreas rurais, a Prefeitura também implementa políticas de estímulo à agricultura, o que incentiva a produção em menor escala em algumas áreas urbanas da cidade. Além dessa divisão territorial, há diferentes tipos de produtores em Maricá, incluindo os tradicionais, os novos produtores e aqueles apoiados pelas políticas públicas municipais. (Cassiolato, et al., 2020)

Como bem disserta Cassiolato, 2020:

“Os dados agregados não mostram a grande heterogeneidade do sistema produtivo determinada pelas especificidades das áreas rurais e urbanas, pelo tipo de produto e pelos diferentes perfis de produtores, a saber: novos agricultores de classe média, de nível educacional alto e com pequenas propriedades; agricultores familiares tradicionais, de baixa renda e com menos anos de estudo que o tipo anterior; produtores de médio e grande portes que trabalham com agricultura, associada com pecuária extensiva; produtores familiares diretamente vinculados a projetos municipais como os permissionários da Fazenda Ibiaci e os participantes dos projetos das Hortas Comunitárias e do Manu Manoela.” (Cassiolato, et al., 2020, pág. 160)

Há, no contexto municipal, um aumento na atividade agrícola que é resultado de uma variedade de fatores e características específicas. Ao analisar o sistema de produção local, observa-se a chegada de novos agricultores com maior poder aquisitivo e níveis educacionais mais elevados, estabelecidos em pequenas propriedades dispersas pela cidade. Além disso, o crescimento da produção familiar associada a projetos municipais, juntamente com a produção agrícola em grande escala voltada para a pecuária extensiva, e a presença dos produtores tradicionais, demonstram a diversidade de tipos de produtores e culturas produzidas na região. (Cassiolato, et al., 2020)

Há um processo de desenvolvimento rural, não só pautado numa maior presença de atores urbanos, mas da apropriação de praxes citadinas que vão transformando o território rural. Caracterizado por um aumento do ecoturismo e de atividades não-agrícolas, o território passa a ser marcado pela pluriatividade, apresentando uma profusão de novos símbolos que diminuem ainda mais as distinções que antes separavam cidade e campo. Essas novas configurações espaciais, resultado da miscigenação e transformação, são fundamentadas principalmente nas diversas relações sociais estabelecidas, formando diferentes arranjos locais. Essa aproximação entre rural e urbano acaba por dissipar dicotomia antes existente nas significações desses espaços. (Graziano e Del Grossi, 2000)

A concepção de espaços distintos vai perdendo sua natureza linear à medida que, com o avanço do sistema capitalista, ocorre uma apropriação de atividades que antes eram associadas ao campo, resultando em uma expansão tanto física quanto ideológica de características urbanas que passam a se fazer presentes no meio rural. É um processo de redefinição e reinvenção do espaço, que se integra de maneira desigual

e em diferentes escalas, caracterizado pela pluriatividade, revelando a complexidade desses territórios e superando a tradicional separação espacial baseada em setores produtivos. (Rua, 2005)

As análises das relações entre o urbano e o rural ganham uma complexidade maior à medida que ocorre o crescimento da metropolização. Os espaços se entrelaçam e começam a perder as características dicotômicas e antagônicas que antes os distinguiu, rompendo com a caricatura conceitual estabelecida. Com isso, há uma redefinição do conceito de rural, principalmente impulsionada pela expansão do urbano e seus agentes, que, por meio da lógica capitalista, introduzem novas atividades e funções, alterando a dinâmica do mercado local. Essas transformações no campo, acompanhadas pelo aumento de atividades não-agrícolas e pela diversificação de atores atuando no território, refletem a emergência de novas ruralidades. (Rua, 2011)

Como disserta Rua (2006):

“Define-se uma lógica capitalista em que novas representações do espaço emergem e vão ser difundidas como “um novo rural”. Na verdade são novas imagens, novos sentidos para o espaço rural que mantêm a visão produtivista, até agora dominante, mas que se traduzem em novos qualificativos para outras relações entre o espaço urbano e o rural e entre a cidade e o campo.” (Rua, 2006, pág. 85)

Segundo o Censo do IBGE de 2010, em análise a sua Nota Técnica para a definição de domicílios rurais ou urbanos, pode-se conceber o domicílio em situação urbana segundo as diretrizes estabelecidas através da legislação municipal dos municípios específicos. Sendo o domicílio rural, aqueles fora das áreas tratadas como urbanas pela lei. Este critério também é utilizado para a classificação da população pela tipologia. (IBGE, 2010)

A legislação do município de Maricá, LC nº 157/2007, divide o território da cidade em 3: área urbana, área rural, e área de expansão urbana. Analisando seu parágrafo 1º, a lei discorre que “A área urbana ficará delimitada através de sua subdivisão por zonas nos diversos subdistritos, ficando a área restante considerando de uso rural”

Portanto, o que se mostra é uma definição de rural por exclusão, sendo rural aquilo que não é urbano, esse fato se repete ao analisarmos o Código Tributário Nacional, Lei 5.172 de 25 de outubro de 1966, que conceitua que “a propriedade

territorial rural tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localização fora da zona urbana do Município”, e ao tratar sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, a define como:

“Art. 32. [...]”

§ 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I – meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II – abastecimento de água;

III – sistema de esgotos sanitários;

IV – rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V – escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.”

(Brasil, 1966, pág.3)

Esse tipo de conceituação acaba por reforçar preconceitos e mostram-se incompletas à medida que estabelecem de forma crua e subsidiária a conceituação do território e população rural, acabando por causar invisibilidades e negligenciar políticas públicas efetivas ao rural, tendo em vista os interesses fiscais e econômicos que permeiam sua conceituação.

Com isso, torna-se imprescindível a compreensão do território rural de forma a contemplar toda sua complexidade e heterogeneidade. Para tal, resgatamos a ideia de “Urbanidade no Rural” trazida por Rua (2011), que reconhece a presença de uma relação de coexistência entre o urbano e o rural, construídas socialmente e determinada mutuamente, integrando o interno e o externo em cada localidade e resultando em singularidades que surgem dessas interações. (Rua, 2011)

Para o autor, urbanidades no rural seria, portanto, “todas as manifestações materiais e imateriais com caráter inovador em áreas consideradas rurais, sem que, por isso, fossem identificadas tais áreas como urbanas” (Rua, 2011, pág. 7), contrapondo a uma ideia de urbanização do rural.

Conforme o autor:

“Como evidência disso, atualmente, como, aliás, no início do processo de industrialização, a indústria, muitas vezes, “ruraliza-se”, Hoje em dia, os serviços se estendem ao campo reforçando aquilo que chamaremos de ‘urbanidades no rural’ aceleradas pela industrialização do (e no) campo e da própria agricultura.” (Rua, 2006, pág. 86)

O sistema de produção capitalista transforma o meio rural. Observa-se um movimento de crescimento físico e uma expansão dos padrões urbanos que passam a caracterizar o que alguns chamam de "novo rural", o qual se afasta cada vez mais de uma predominância agrícola. (Rua, 2006)

Neste sentido de ressignificação e transformação do rural, ergue-se a importância da análise do neo ruralismo, como um conjunto de preceitos tradicionais do rural, que são revalorizados e ressignificados, e tornam-se atrativos para os urbanos. Assim, resgatando modelos de produção típicos do campo e motivados por uma relação direta com a natureza e com outros indivíduos de forma mais profunda, esses “cidadinos” são atraídos ao rural, ocasionando um movimento demográfico inverso ao êxodo rural. (Giuliani, 1990)

Esse conceito foi objeto de estudo por diversos pesquisadores em várias partes do mundo, o que acaba por diversificar sua definição com base no recorte territorial analisado e o contexto histórico social do estudo. Para Joan Nogué i Font (2012), em sua obra “Neo-ruralism in the European context: Origins and evolution”, essa neo-ruralidade seria marcada pela migração rumo ao rural de pessoas com capacidade de exercer os mais diversos tipos de atividades e que são motivadas a realizar essa mobilidade por uma vontade de ter um “projeto de vida alternativo”. (Font, 2012)

Diferente do geógrafo espanhol, Trimano, que estudou o tema na Argentina, defende que esse movimento populacional se dá com o fulcro de uma mudança de vida, onde o econômico dá lugar aos aspectos sociais das experiências cotidianas. Sendo assim, há uma mudança de pensamento quanto a ressignificação do modelo de vida capitalista moderno. (Trimano, 2019)

Outros estudiosos se debruçaram sobre o tema, mas Gian Mario Giuliani, evidencia-se especialmente importante, haja vista sua análise sobre o êxodo urbano no território brasileiro na década de 1990, mais especificamente na região serrana do Rio de Janeiro. Em sua pesquisa, o autor, disserta que esse movimento populacional é motivado por uma livre escolha do indivíduo, que decide por não mais habitar no urbano e não mais desempenhar profissões urbanas. Nesse sentido, esse indivíduo se dirige ao rural, com o intuito primordial de desempenhar atividades de agricultura e agropecuária.

Divergindo dos demais pensadores sobre o tema, Giuliani (1990), não acredita na crítica ideológica que permeia as motivações desse êxodo urbano. Para ele, esses indivíduos nada mais são do que urbanos que reproduzem a lógica capitalista no rural. Sendo assim, conceitos como ecologia, mudança de paradigmas sociais urbanos e revalorização do rural, nada influenciam nessa escolha de migração para o campo, sendo o cerne desta mudança apenas a oportunidade econômica de um mercado em expansão.

Ao atribuir os neo-rurais dessa maneira, Giuliani, acaba por limitar esse movimento populacional a uma minoria rica, que ao enxergar um potencial de mercado, produz no campo, mas não interage com ele. Segundo o autor, ao demonstrar casos concretos em sua pesquisa, esses neo-rurais, via de regra, vivem destacados do meio que o cerca, em suas bolhas e modos de vida urbanos, eles pouco trocam com o rural, causando em certos casos apenas aspirações de imitação, tais como “personagens de novela”. (Giuliani, 1990)

Embora reconheça-se a importância de destacar o trabalho de Giuliani, um dos pioneiros na análise do neo-ruralismo no Brasil, objetiva-se tecer uma série de críticas a sua conceituação desse processo migratório, além de sua delimitação dos agentes responsáveis por sua produção. Ademais, ao traçar os aspectos produtivos nesse “novo-rural”, o autor negligencia o caráter pluriativo desse movimento, e sua importância para o contexto socioeconômico no rural brasileiro, principalmente na atualidade.

Percebe-se, portanto, que a conceituação desses neo-rurais se dá de maneira distinta para cada autor, variando desde sua origem, até sua motivação. Conforme discorre Bandeira (2014):

“Esse é um movimento social, que nasceu em Portugal, que busca uma fuga OU uma 'vontade de agir', e envolve uma classe de pessoas que optam por viver no campo, buscando formas alternativas de sustentabilidade, tornando-se o oposto das visões pregadas pelo capitalismo.” (Bandeira, 2014 p. 143)

Já, Graziano (1998), conceitua esses neo-rurais como “profissionais liberais e outros ex-habitantes da cidade que passaram, a residir no campo” (p. 171), enquanto Azevedo (2010) define esses novos rurais como uma nova classe, que nascida na cidade, escolhe a vida no campo, interagindo e usufruindo de ambos os territórios, sendo motivados por uma melhor qualidade de vida em um contato mais próximo da

natureza.

Das definições apresentadas na doutrina, a de Maria Roca (2011), é a que melhor exprime o conceito desses neo-rurais. Assim, a autora identifica esses indivíduos como atores advindos do urbano, que impelidos por motivações econômicas, sociais, culturais e/ou ambientais, migraram ou retornaram ao rural, exercendo de forma concomitante atividades agrícolas e não agrícolas.

Portanto, pode-se caracterizar esses novos rurais como pessoas que inseridas numa lógica urbana, mesmo que não oriundos desta, decidem por migrar ao rural, para nele produzir e reproduzir socialmente. Ingressando no campo sem abandonar totalmente o urbano, esses novos agentes originam novas experiências e agregam valores e significados através desta troca de viveres e das relações sociais que se estabelecem.

Esse movimento demográfico que ocorre no rural brasileiro, já aconteceu historicamente pelos mais diversos motivos, como pelos ciclos econômicos da exploração de recursos naturais de algodão e café, pelas políticas públicas de ocupação primordialmente para o centro-oeste brasileiro e pela contração econômica nos mercados de trabalho nas cidades. Mas atualmente, com o desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas em concomitância, comodessa pluriatividade como um modelo ocupacional que vem destacando-se no meio rural, pode-se analisar um novo tipo de migração populacional. Esse neo-ruralismo, portanto, caracteriza-se como a revalorização do rural, seus costumes, crenças e tradições, iniciando um processo de revitalização onde as especificidades do campo passam a ganhar importância, sobretudo no que concerne à relação homem-natureza (Giuliani, 1990).

A inserção desses novos atores no rural foi responsável direto por uma mudança de paradigmas anteriormente estabelecidos no meio rural, tanto no âmbito social quanto econômico. Diversificação das atividades, mudança nos modelos produtivos locais, inovação nas alternativas desenvolvimentistas rurais e primordialmente o desenvolvimento pluriativo local, são algumas das grandes contribuições se não trazidas, reforçadas por esses urbanos no rural, que acabaram por trazer uma revalorização de especificidades do rural, ao passo que inseriram nesse território lógicas urbanas capitalistas.

Com essa miscigenação, e atuação de agentes urbanos e rurais em um mesmo território, começa-se a evidenciar uma transformação nas atividades tipicamente rurais, onde uma contínua apropriação capitalista de atividades, promove o que Rua chama de “urbanidades no rural” (Rua,2006). Não há uma urbanização do rural, mas a presença de características e atividades predominantes nas cidades que atingem o campo sendo apropriada por seus agentes que não perdem sua essência e cultura, mas modificam o espaço que estão ocupando.

Assim, nesse território que permanece rural, embora tenha sido transformado, os atores sociais que antes se ocupavam única e exclusivamente de atividades agrícolas, agora com a modernização dos meios de produção, começam a desbravar outras atividades. Nessa multiplicidade de afazeres, pode-se conceber a pluriatividade.

Em suma, a pluriatividade pode ser definida como o desenvolvimento de duas ou mais atividades produtivas sendo uma delas agrícola e a outra não agrícola. Para Carneiro (2005), esse desenvolvimento pluriativo está ligado diretamente à crise da agricultura de pequeno porte, sobretudo a familiar, que sendo insuficiente economicamente, acaba por demandar o desempenho de outras atividades alheias à produção.

Nas palavras de Fuller e Brun:

“[...] o termo procura focalizar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e famílias que vivem na unidade produtiva. Preocupa-se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural como com a terra e as questões agrícolas. A pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico em que o trabalho agrícola encontra-se sempre incluído, podendo não ser, no entanto, uma atividade exclusiva ou mesmo a atividade mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, podendo também ser motivadas por considerações não-relacionadas à agricultura.” (Fuller e Brun, p. 150, 1988, Apud Schneider).

A pluriatividade, então, ocupa papel central importante nesse processo de alteração da dinâmica territorial, se apresentando como alternativa inerente às novas dinâmicas do rural. Nesse sentido, o indivíduo inserido no campo, alterna suas atividades entre agrícolas e não-agrícolas, incluindo outros meios de produção, aqueles essencialmente rurais.

Esse processo acaba por proporcionar uma transformação nas relações homem/terra e. Nesse sentido, o desenvolvimento de atividades produtivas para além da agricultura acaba por permitir a permanência dos indivíduos no rural, possibilitando uma distinção da unidade de produção da unidade familiar somada a uma diversificação de alternativas econômicas. Nessa perspectiva e sentido, Rua (2006) defende que a pluriatividade se integraria a uma série de “urbanidades no rural”.

Muito embora, para Rua, o desempenho de múltiplas atividades esteja diretamente ligado à ideia de persistência no rural, como também defende Graziano da Silva (1998), essa não é a única percepção sobre o exercício da pluriatividade, para Sergio Schneider (2005) esse processo nasce junto com a agricultura, é algo intrínseco a ela.

Assim, pode-se evidenciar nas obras de Schneider e Graziano, divergências quanto às análises dessa pluriatividade. Diferenças essas que merecem total atenção para uma melhor compreensão do desenvolvimento pluriativo no recorte territorial escolhido e para a melhor compreensão dos conceitos abordados.

Nesse sentido, Graziano (2001) disserta sobre uma pluriatividade sob uma perspectiva macroestrutural, onde há a ascensão de novas atividades que se desenvolvem paralelamente às atividades agrícolas. Para o autor, a ocorrência de uma crise na agricultura familiar concomitante a um “transbordamento do urbano sobre o rural”, acaba por alavancar um processo de transformação do caráter sócio-técnico rural, há um “novo Rural”. (Souza; Souza, 2008)

Nas palavras de Graziano:

“A partir de meados dos anos 80, com a emergência cada vez maior das dinâmicas geradoras de atividades rurais não-agrícolas, e da pluriatividade no interior das famílias rurais, observa-se uma nova conformação do meio rural brasileiro, a exemplo do que já ocorre há tempos nos países desenvolvidos. Esse “Novo Rural” como vem o temos denominado, pode ser também resumido em três grandes grupos de atividades: a) um agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias; b) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; c) um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados.” (Graziano; Del

Grossi, 1998, pag. 170)

Em oposição à definição de Graziano (1998), Schneider (2005) vai na mão contrária, determinando a pluriatividade através de uma perspectiva microestrutural, onde há um processo de reprodução social das famílias agrícolas, em que a pluriatividade figura como um mecanismo de manutenção da atividade agrícola.

Conforme o autor discorre em sua obra “A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil” (2001):

“A pluriatividade é aqui entendida como uma estratégia de reprodução social, da qual se utilizam as unidades agrícolas que operam fundamentalmente com base no trabalho da família, em contextos onde sua integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola mas, sobretudo, mediante o recurso às atividades não agrícolas e a articulação com o mercado de trabalho. Nesse sentido, assim argumenta-se, embora integradas ao ordenamento social e econômico, estas unidades familiares encontram espaços e mecanismos não apenas para subsistir, mas para se afirmar como uma forma social de organização do trabalho e da produção de características multivariadas.” (Schneider, 2001, pag. 165-166)

Mesmo havendo essa contradição de entendimentos sobre a pluriatividade em seus trabalhos, ambos os autores convergem no pensamento de que essa pluriatividade figura como eixo central para o desenvolvimento rural proporcionando uma melhor qualidade de vida para as famílias rurais no compasso em que esse fenômeno, cada vez mais presente no meio rural, se dissemina. (Souza e Souza, 2008)

Nesse contexto de multifuncionalidades no rural, os neo-rurais acabam por desempenhar um papel importante na profusão de novos meios de produção, variando o mercado rural e diversificando as atividades desempenhadas nesses territórios. O rural se torna mais heterogêneo, abandonando a dependência da produção agrícola, e inserindo uma diversidade de atividades que coexistem nesse espaço, sem necessariamente a preponderância entre elas. Essas novas perspectivas do rural brasileiro possibilitam o crescimento da “reprodução da agricultura familiar e uma potencial ampliação da divisão social do trabalho no nível local e regional.” (Schneider, 1994, p. 22)

Além disso, Graziano e Del Grossi asseveram que:

“[...] a pluriatividade passou a ser vista como alternativa para fixar populações no meio rural, além de ser uma boa forma de organização rural para reduzir a

produção agrícola européia. As possibilidades de obtenção de maiores rendimentos das atividades não-agrícolas, na sua maioria monetizadas, e de acesso aos bens públicos pelas populações rurais, tem amenizado as migrações e levaram a maior fixação da população no campo em vários países. Além dos fatores de expulsão da população do campo estarem se arrefecendo, também os fatores de atração da população rural para as cidades tem seu poder reduzido, devido a redução na geração de novos empregos nos centros urbanos.” (Graziano; Del Grossi, 1998, p. 167)

Com esse processo de transformação do rural, o conceito de desenvolvimento perde seu caráter homogeneizante e deixa de ser exclusivamente ligado ao desenvolvimento econômico da agricultura, passando a ser ressignificado também pela redução de desigualdades e pela preservação da natureza, havendo uma revalorização na relação homem/meio ambiente, que marca a ida desses imigrantes citadinos ao espaço rural e suas estratégias de reprodução social. (Veiga, 2001)

Essa reprodução social, entendida como um conjunto de mecanismos sociais que visam garantir a propagação dos meios de produção, relações sociais e identidades culturais, tem como escopo não só a reprodução de atividades econômicas, mas também uma reprodução ideológica de determinado sistema social, utilizando como base componentes como especificidades demográficas, educação e capital. (Ney, 2010)

Sendo assim, esses neo-rurais nesse processo de interação e reprodução de suas estruturas, acabam por modificar o meio rural, de tal forma que até seu exercício da pluriatividade se difere dos indivíduos já inseridos no rural brasileiro. Ao migrarem para o campo, esses citadinos trazem consigo uma formação profissional ou uma especialização funcional, e acabam por muitas vezes desenvolver essas atividades no rural. A integração dessas experiências produtivas e funções realizadas na cidade com as atividades agrícolas, acaba por revigorar sobremaneira a produção no campo.

Tendo em vista o conteúdo aqui tratado, e passada essa base teórica, dar-se-á início a análise mais aprofundada das temáticas objetos da presente dissertação, a começar pelo exame das atividades econômicas desempenhadas no rural do Rio de Janeiro e de Maricá.

3.1. CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES NO RURAIS

Com estimativas de 43.750 Km² de área e 17.463.346 habitantes, o estado fluminense ocupa a 24^a (vigésima quarta) posição em termos de área no Brasil e a 3^a em números populacionais. Apenas com a análise desses números já é possível traçar alguns perfis dessa localidade que é extremamente densa demograficamente (2^a colocada, atrás somente do Distrito Federal).

Embora altamente populoso, o Rio de Janeiro não apresenta uma distribuição populacional uniforme, apresentando características de concentração populacional em determinadas localidades, sobretudo em centros urbanos, o que acaba por ocasionar uma primazia das cidades sobre as áreas rurais, correspondente a apenas 5% do território (Marafon, 2006). Com isso, conforme o último Censo Demográfico do IBGE (2010), temos cerca de 15.464.239 habitantes urbanos, frente a apenas 525.690 rurais.

Ao analisar a última PNAD (2015), percebe-se a vasta diferença entre o número de domicílios urbanos e rurais fluminenses, sendo este último reponsável por apenas 2,6% do total de domicílios no estado fluminense. Como demonstra a tabela 1:

Tabela 1 – Estado do Rio de Janeiro: Domicílio, população residente, por situação- 2015

Unidades da Federação	Situação do Domicílio	
	Urbana	Rural
Brasil	173.566	31.294
Rio de Janeiro	16.140	437

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/261>

No estado fluminense, há uma menor parte de sua população ocupados com a produção rural, restringindo sua força econômica quase exclusivamente às atividades do setor secundário e terciário (este último responsável por cerca de 76% do PIB estadual). Ainda assim, pode-se evidenciar a presença de atividades do setor primário no estado, que em toda sua vastidão e diversidade vai muito além das belas praias.

Distanciando-se da capital e das regiões metropolitanas em seu entorno, e

ingressando no interior fluminense, pode-se encontrar uma maior dinâmica rural, marcada especialmente pelas atividades de agropecuária e pelo turismo rural, cada vez mais crescente na atualidade. (Marafon, 2006).

Como discorre Souza (2019):

“A urbanização do estado está associada ao aumento da participação dos setores secundário e terciário na atividade econômica. Segundo dados do Ceperj (2009), 73,7% do valor adicionado gerado no Rio de Janeiro teve como origem o setor secundário, 26,3%, o setor industrial e 0,5%, o setor agropecuário. Essa pequena expressividade do valor agregado gerado pelo setor agropecuário no estado demonstra a dependência das importações de produtos ligados à produção agropecuária, bem como reduz a possibilidade da existência de encadeamentos agroindustriais (SOBRAL, 2009). Em relação às atividades agropecuárias, as regiões norte fluminense e serrana destacam-se, gerando, em 2009, cerca de 50% do valor adicionado pela agropecuária do estado (CEPERJ, 2009).”

(Souza, 2019, pag. 111-112)

Essa pequena produção agrícola no Rio de Janeiro acaba ainda mais prejudicada pela reduzida área voltada para o emprego dessa atividade, principalmente quando comparada a outros estados brasileiros. Entretanto, apesar das restrições que enfrenta, deve ser levada em conta sua importância para o desenvolvimento do estado fluminense, sobretudo no que tange à produção familiar, que ocupa um papel relevante no aspecto socioeconômico estadual. (Pereira; Ponciano; Ney; Carolino, 2013)

Mesmo sendo pouco estruturada, quando comparada a outros estados brasileiros, a produção agrícola fluminense cumpre um papel fundamental de abastecimento de produtos (principalmente do ramo alimentício), para o mercado interno de pequeno e médio porte, entretanto, não consegue alcançar as indústrias agroalimentares, que em sua grande maioria são abastecidas por produtos advindos de outros estados.

Em verdade, o estado fluminense, no contexto agrícola nacional, mostra-se como uma pequena sombra do que um dia já foi uma das maiores economias brasileiras, principalmente com os ciclos de café e cana de açúcar (Souza; Ney; Ponciano, 2009). A industrialização e sua conseqüente metropolização, acabaram por se tornar agentes

fundamentais para o processo de esvaziamento das áreas rurais, que somados às políticas públicas aplicadas pelos governos, acabaram por ser responsáveis por um enfraquecimento da produção agrícola, acentuando as desigualdades e implicando em uma heterogeneidade das produções que persistiram. (Carneiro,1998)

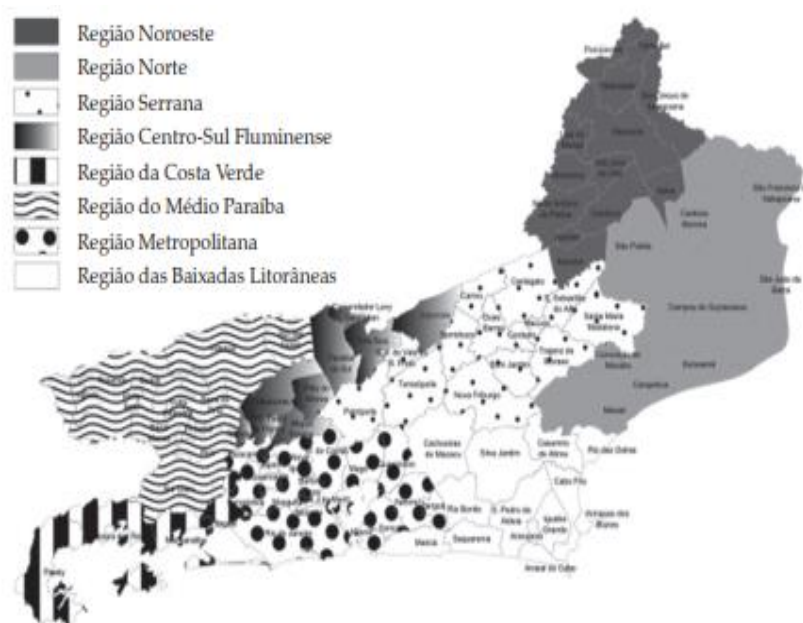
O desempenho da agricultura fluminense, foi diretamente impactado pelas políticas públicas implementadas no estado, que influenciaram para uma produção heterogênea e fomentaram uma desigualdade regional, debilitando o rendimento econômico dessas atividades e diversificando as dinâmicas de produção de cada região do estado, com destaque para: o dinamismo e a evolução técnica da Região Serrana; a ociosidade de terras e a articulação precária na produção agrícola do Noroeste Fluminense; a pecuária extensiva produzida no Vale do Paraíba; a produção canavieira e a extração de petróleo no Norte Fluminense; e, a especulação imobiliária na baía de Ilha Grande e baixadas Litorânea e Fluminense (Carneiro et al., 1998).

Essa diversificação na produção, é corroborada pelo clima no estado que acaba por variar de região para região, o que concorre para uma setorização nas produções agrícolas, possibilitando desde culturas mais tradicionais como milho, arroz e pesca (muito presente em todo estado, haja vista o seu vasto litoral), até produções em plena expansão como criação de suínos e a fruticultura. (Pereira; Ponciano; Ney; Carolino, 2013)

Alentejano (2005), analisa essa setorização da produção agrícola fluminense a partir da égide da configuração regional do estado, analisando suas 8 regiões para delimitar as características e especificidades desse tipo de produção no ente federativo.

Infere-se a figura abaixo para uma melhor elucidação territorial sobre a divisão geográfica das regiões analisadas pelo autor.

Figura 1 - Rio de Janeiro: municípios e regiões do governo.



Fonte: Souza (2019, pag. 111)

A Região Noroeste do estado fluminense tem como principal eixo produtivo a pecuária, sobretudo para a retirada de leite, o que acaba por influenciar sobremaneira em suas características locais. Com a necessidade de terras para a pastagem do gado, essa região acaba por ser marcada pela elevada concentração de terras ao passo que o campo vai sofrendo cada vez mais com um processo de esvaziamento, que acaba por gerar uma concentração demográfica nos centros urbanos e uma consequente periferização das cidades. Mesmo com a crescente degradação do meio ambiente, a região vem crescendo no cultivo do arroz e da cana de açúcar, o que ascende como uma alternativa de crescimento para a agricultura regional. (Souza, 2019)

Seguindo a setorização da produção agrícola no estado, a Região Norte que um dia já foi uma potência agrícola na produção de cana de açúcar, hoje procura alternativas para voltar a crescer. Após o ápice do petróleo vivido recentemente na cidade de Macaé, e mais recente ainda sua decadência atual, a constância econômica regional fica por conta do Turismo e os setores de serviço. Por seu vasto litoral, a integração de municípios que compõem o eixo da Costa do Sol, este ramo econômico predomina nas cidades do norte fluminense. (Souza, 2019)

Diferente das áreas até então abordadas, a Região Serrana tem uma forte presença da agricultura familiar, concentrando um alto número de produtores, que beneficiados pela localização estratégica da região, que faz fronteira com 4 das 8 regiões restantes, se utiliza de sua posição privilegiada para escoar essa produção e abastecer as demais regiões. Com uma produção altamente diversificada, essa região se torna notável pelo desenvolvimento e valorização do rural, que combinado ao forte comércio e ao ecoturismo, acabam por estimular economicamente diferentes setores econômicos na região, como os serviços (hotéis e restaurantes), o comércio, indústria (marcado primordialmente pela indústria têxtil), a pecuária e a olericultura. (Souza, 2019)

Continuando a análise das demais regiões do estado, o Centro-sul Fluminense, pode-se evidenciar substituição do que um dia já foi uma forte economia cafeeira pela pecuária. Além disso, dada sua outrora importância no ciclo do café, a região também é marcada pelo forte turismo, que fomenta o setor terciário da economia local. (Souza, 2019)

Já a Região da Costa Verde (Microrregião da Baía da Ilha Grande), composta pelos municípios Parati, Angra dos Reis e Mangaratiba, está inserida no meio da Mata Atlântica, o que dificulta sobremaneira a produção agrícola local. A tímida agricultura local, pode-se destacar o cultivo de banana e coco, que se escoam basicamente para o consumo local. Entretanto haja vista as belas praias e paisagens exuberantes, além do apelo histórico de Paraty, a região é altamente marcada pelo turismo, o que acaba por influenciar na especulação imobiliária que acaba por gerar uma periferização dos centros urbanos, atraindo mão de obra para os setores de serviço e comércio. (Souza, 2019)

O médio Paraíba sofre as consequências da produção cafeeira, que acabou por degradar o solo local e dificultar a produção de outras matérias primas, nesse sentido a produção local acaba por se restringir a pequenas produções para consumo próprio. Sem um setor primário forte, o destaque econômico da região fica para as indústrias (primordialmente a metalúrgica) (Souza, 2019). Ademais, a região passa por um processo de reprodução do turismo rural com a revitalização de antigas fazendas e incentivo ao ecoturismo (MARAFON, 2008, P.147)

Com uma industrialização muito acentuada, e uma urbanização quase que total do seu território a Região Metropolitana do Estado Fluminense é marcada por um quase total esvaziamento das ocupações agrícolas. Por ser quase que totalmente urbana, essa região acaba por ter locais esparsos onde a produção não só persiste mas resiste aos avanços da metropolização. Com produções de olericultura em Magé e Guapimirim, além da produção de coco e aipim de Itaboraí e Santa Cruz, essa região ainda apresenta um desenvolvimento agrícola, mesmo que escasso. (Souza, 2019)

Por fim, a região das baixadas litorâneas se destaca pela sua forte pecuária, com estabelecimentos de grande porte, principalmente nos municípios de Casimiro de Abreu e Cachoeira de Macacu. Em contrapartida, a parte conhecida como região dos Lagos é marcada quase que exclusivamente pelo turismo, que acaba por acentuar a especulação imobiliária e impulsionar a urbanização dos municípios. (Souza, 2019)

Portanto, ao analisar as características das regiões do estado fluminense, pode-se perceber a diversificação e a heterogeneidade das produções agrícolas, que variam de região para região, com base no contexto social e geográfico em que se insere. Entretanto, há de se destacar que essa diferença da produção não se destaca única e exclusivamente pelas características do local. Há outros fatores que acentuam essa setorização da produção e influem diretamente nos indivíduos inseridos no rural fluminense.

Com uma significativa expressividade na exportação de café e açúcar, o estado fluminense não manteve a mesma relevância após o encerramento desses ciclos. Pouco dinâmicas, pela derradeira descapitalização que sofreu, as grandes produções acabaram por se tornar subaproveitadas em relação a capacidade produtiva e tamanho das terras. (Marafon, 2005)

Em contrapartida aos grandes produtores que ocupam vastos pedaços de terra, os pequenos produtores numerosos, sofrem com a baixa capitalização de suas produções, o que acaba por obrigar esses indivíduos a desenvolver outras atividades fora da unidade produtiva como uma fonte alternativa de renda (Marafon, 2005).

Como anteriormente mencionado, a área territorial que compõe o rural do Estado do Rio de Janeiro é severamente limitada, e mesmo pequena, uma das poucas

características que se pode evidenciar por quase todo o estado é a concentração fundiária.

Esses vastos 5% do território fluminense, que são de áreas rurais, são distribuídos de maneira extremamente desigual, onde poucos têm muito e muitos têm pouco. Na obra “Transformações no meio rural fluminense: uma análise das características demográficas dos domicílios”, Pereira, Ponciano, Ney e Carolino (2013) corroboram com a alegação, utilizando como base o Censo Agropecuário de 2006, no qual evidenciou que 59% dos estabelecimentos agrícolas eram formados por propriedades com área menor que 10 hectares, enquanto 7% eram formados por unidades entre 100 à 1000 hectares.

A situação agrava-se na medida em que pode-se constatar, que, embora as propriedades menores estivessem em maior quantidade, elas representavam apenas 5,5% da superfície agrícola, em oposição aos 50% ocupados pelas unidades de maior dimensão. Infelizmente esse abismo de desigualdade, continua presente na atualidade como demonstrado pela Tabela 2:

Tabela 2 - Grupos de áreas e Área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia - Rio de Janeiro Tipo de prática agrícola – 2017.

Grupos de área total	Área ocupada
Total	2.375.373
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	131
De 0,1 a menos de 0,2 ha	223
De 0,2 a menos de 0,5 ha	887
De 0,5 a menos de 1 ha	1.790
De 1 a menos de 2 ha	7.008
De 2 a menos de 3 ha	13.395
De 3 a menos de 4 ha	8.423
De 4 a menos de 5 ha	18.408

De 5 a menos de 10 ha	71.791
De 10 a menos de 20 ha	137.875
De 20 a menos de 50 ha	277.793
De 50 a menos de 100 ha	287.928
De 100 a menos de 200 ha	366.648
De 200 a menos de 500 ha	512.691
De 500 a menos de 1.000 ha	290.938
De 1.000 a menos de 2.500 ha	216.939
De 2.500 a menos de 10.000 ha	X
De 10.000 ha a mais	X

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6880>

Corroborando com as explanações de Pereira, Ponciano, Ney e Carolino (2013), analisando o Censo Agropecuário de 2017, destaca-se que, do total de 2.375.373 hectares destinados à produção agrícola no estado do Rio de Janeiro, 2.090.812 hectares (88%) correspondem a estabelecimentos com área igual ou maior a 10 hectares, quase a totalidade do território destinado para esse tipo de produção.

Tabela 3 – Grupo de áreas e Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia - Rio de Janeiro Tipo de prática agrícola – 2017.

Grupos de área total	Área ocupada
Total	65.224
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	2.813
De 0,1 a menos de 0,2 ha	1.752
De 0,2 a menos de 0,5 ha	2.849
De 0,5 a menos de 1 ha	2.761
De 1 a menos de 2 ha	5.667

De 2 a menos de 3 ha	5.731
De 3 a menos de 4 ha	2.618
De 4 a menos de 5 ha	4.078
De 5 a menos de 10 ha	9.626

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6778#resultado>

Entretanto, ao se analisar a quantidade de estabelecimentos frente a área ocupada pode-se evidenciar que dos 65.224 estabelecimentos, 37.895 tem área de 0 a 10 hectares. Assim, cerca de 58% dos estabelecimentos de produção agrícola no estado dividem apenas 12% do território destinado a este tipo de atividade. (IBGE, 2017)

Como disserta Marafon (2005):

“Os agricultores familiares, como grande maioria, passam por uma grave crise devido à concentração de renda e à falta de políticas agrícolas efetivas. As grandes propriedades sempre ocuparam uma parcela considerável do Estado do Rio de Janeiro (representam 11,5% dos estabelecimentos e ocupam uma área de 67,7% dos mesmos), tendo desempenhado papel relevante nas exportações agrícolas do País.” (Marafon, 2005, pág. 7)

Essa negligência de políticas afeta de forma direta o pequeno produtor, acabam por corroborar para um esvaziamento do campo. Programas públicos como o da modernização agrícola, por exemplo, tiveram como consequência “incentivar a concentração fundiária, beneficiar atividades e regiões específicas e favorecer a grande produção” (Souza; Ponciano; Fornazier; Souza, 2019, pág. 647)

Usando como parâmetro o Censo Agropecuário de 2017, averigua-se que cerca de 67% das unidades de produção eram de agricultura familiar (sendo 28.634 estabelecimentos de até 10 hectares), e embora numerosos, ocupavam meros 28% da área total destinada à produção agrícola. Sendo assim, apesar de sua importância numérica, a área ocupada pela produção familiar ainda deixa muito a desejar frente à agricultura patronal. (IBGE, 2017)

Neste momento, faz-se importante ressaltar que a expressão “agricultura familiar”

surge, em parte da doutrina, em convergência às aspirações de pequenos produtores rurais, tendo autores, inclusive, tratado as expressões como sinônimo. (Abramovay, 1997) Ademais seu crescente ganho de importância junto aos movimentos sociais acaba por enfraquecer outras terminologias como trabalhadores rurais ou pequenos produtores, dando um maior destaque ao modelo familiar de produção inclusive no meio acadêmico. (Schneider, 2003)

Além disso, uma maior presença da pluriatividade nesse modelo de produção rural acaba por facilitar as análises sobre o assunto. Portanto, mesmo não sendo o escopo fim da presente pesquisa, será realizada uma análise dos dados obtidos também com a agricultura familiar a fim de melhor contextualizar a importância desse desenvolvimento de atividades não agrícolas em concomitância com as agrícolas para o campo fluminense e maricaense, além de exemplificar os dados tratados neste capítulo.

Como bem disserta Schneider (2003):

“A pluriatividade na agricultura familiar é uma característica historicamente construída e apresenta-se na essência dos seus sistemas de produção. Ao longo das últimas quatro décadas as famílias rurais construíram dinâmicas diferenciadas para se manterem em seus estabelecimentos, fazendo frente ao modelo de produção estabelecido pela chamada agricultura moderna.”
(Schneider, 2003, pág 5)

Mesmo numerosos, a agricultura de pequeno porte vem passando por uma severa crise, agravada principalmente pela falta de políticas públicas eficazes à essa classe. Sem ter como investir de maneira significativa na atividade agrícola, e tendo muitas vezes produções sazonais, esses agricultores acabam por procurar outras ocupações para a força de trabalho ociosa no entressafra, ou na estiagem, que acrescentem na renda, o que acaba por erguer a pluriatividade desses produtores como uma importante alternativa econômica.

A pluriatividade, portanto, como discorre Schneider (2009), infere-se a combinação de duas atividades desempenhadas, sendo uma delas a agricultura. Essa interação entre diferentes atividades é heterogênea, a depender do contexto territorial e social em que os produtores estão inseridos, podendo inclusive trazer consequências

distintas a depender da variável desses fatores.

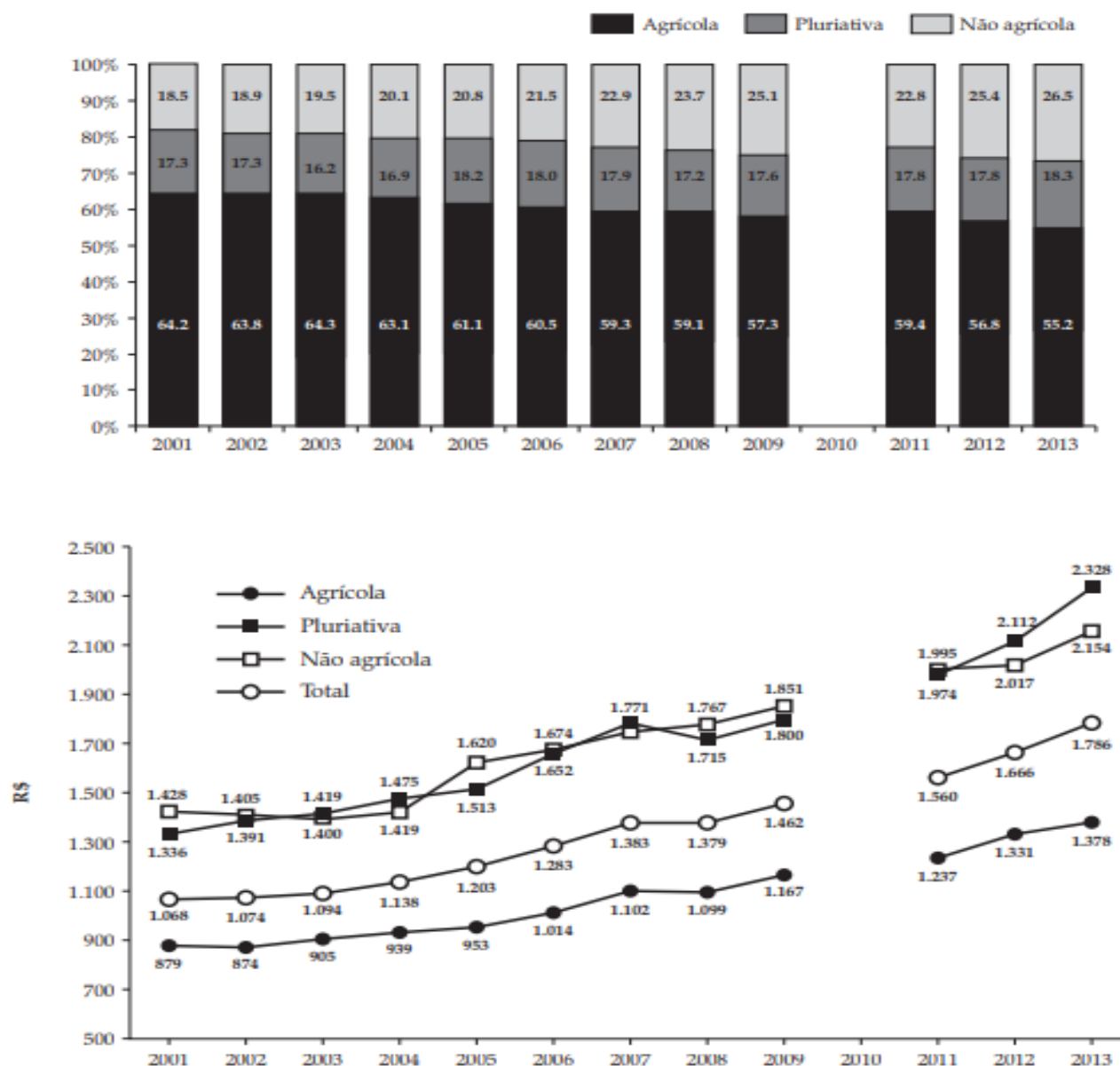
Como unânime entre os casos, a pluriatividade propicia a persistência do rural, a permanência das famílias tradicionais e a chegada de novos indivíduos. Mesmo com projetos e objetivos distintos, essa multiplicidade de atividades no rural traz impactos sociais e econômicos para o território rural. Como discorre Schneider:

“Este processo pode ocorrer tanto naquelas situações em que os agricultores já estiverem inseridos em mercados de produtos, bens e serviços ou em outros onde a integração produtiva é muito incipiente e a venda da força de trabalho passa a ser a principal mercadoria de troca dos agricultores com o mercado. Isto significa, primeiro, que este processo promove e aprofunda a inserção dos agricultores familiares aos circuitos mercantis e; segundo, que esta inserção ocorre a partir das características previamente existentes nos territórios, podendo se dar concomitantemente em mercados de produtos (nas situações em que vigora o sistema de integração agroindustrial, por exemplo) e de trabalho (através da venda da força de trabalho).” (Schneider, 2009, pag. 6)

Outras das principais causas da pluriatividade são o crescimento da prestação de serviço no rural e as políticas de desenvolvimento rural, que muitas vezes estimulam outras atividades que não a agrícola, como as ligadas ao setor de serviço dado o turismo rural. Independente da motivação que gerou o desenvolvimento pluriativo, importante é que ela contribui para a reprodução da agricultura de tal forma que a importância e ampliação de uma está intimamente ligada à outra.

Como pode-se inferir na Figura 2, percebe-se que dos anos de 2001 a 2013 há o crescimento das rendas advindas da produção agrícola, acompanhando o crescimento das atividades não agrícolas e dos pluriativos. Entendendo as atividades não-agrícolas como aquelas alheias à atividade agrícola produtiva (empregos urbanos), enquanto a pluriatividade seria o desenvolvimento concomitante de um trabalho agrícola, com outro não-agrícola.

Figura 2. Participação de domicílios rurais (%) e renda domiciliar total média (R\$*) segundo tipo familiar (agrícola, pluriativo e não agrícola). Brasil, 2001 a 2013



Excluídos os domicílios com nenhum membro ocupado. Excluídos os residentes da região Norte (exceto Tocantins).

* Valores deflacionados para outubro de 2013 segundo o INPC para a PNAD (CORSEUIL e FOGUEL, 2002).

Fonte: Sakamoto, et al. (2016, pag. 570)

Assim, a renda total dos domicílios rurais cresce, ao passo que, há uma diminuição da porcentagem dos rendimentos unicamente agrícolas, que dá espaço para um aumento das não agrícolas e pluriativas. (Sakamoto, et al., 2016)

Essa diversificação das atividades desenvolvidas no meio rural acabam por desempenhar um papel importante de resistência neste território, variando o mercado

rural e diversificando as atividades desempenhadas no campo. O Rural se torna mais heterogêneo, abandonando a dependência da produção agrícola, e inserindo uma diversidade de atividades que coexistem nesse espaço, sem necessariamente a preponderância entre elas.

Como, Graziano e Del Grossi asseveram que:

“[...] a pluriatividade passou a ser vista como alternativa para fixar populações no meio rural, além de ser uma boa forma de organização rural para reduzir a produção agrícola européia. As possibilidades de obtenção de maiores rendimentos das atividades não-agrícolas, na sua maioria monetizadas, e de acesso aos bens públicos pelas populações rurais, tem amenizado as migrações e levaram a maior fixação da população no campo em vários países. Além dos fatores de expulsão da população do campo estarem se arrefecendo, também os fatores de atração da população rural para as cidades tem seu poder reduzido, devido a redução na geração de novos empregos nos centros urbanos. (Graziano; Del Grossi, 1998, pag. 167)

Nesse sentido, pode-se conceber a pluriatividade como as diferentes atividades desempenhadas por integrantes de uma produção agrícola familiar ou por um produtor, na qual, os afazeres típicos da unidade produtiva dividem espaço com outras atividades não-agrícolas. Essa multiplicidade de atividades acaba por agregar renda, permitindo uma melhor subsistência e sendo um instrumento de manutenção no campo. Essas atividades não-agrícolas crescem à medida que há cada vez mais a presença de urbanos no rural, sendo assim, setores de serviço (estimulados pelo ecoturismo) e empregos domésticos (demandados por novos rurais) estão entre algumas das principais fontes de renda alternativa desses estabelecimentos familiares.

Como bem discorre Fuller e Brum:

“[...] o termo procura focalizar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e famílias que vivem na unidade produtiva. Preocupa-se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural como com a terra e as questões agrícolas. A pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico em que o trabalho agrícola encontra-se sempre incluído, podendo não ser, no entanto, uma atividade exclusiva ou mesmo a atividade mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de

sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, podendo também ser motivadas por considerações não-relacionadas à agricultura.” (Fuller e Brun, p. 150, 1988, Apud Schneider).

Dentre essas atividades não agrícolas, que se tornam cada vez mais presente no rural brasileiro, algumas ocupam certa posição de destaque :

Tabela 4: Ramos de atividade das pessoas ocupadas e residentes em áreas não-metropolitanas e em áreas rurais. Brasil, 2002-2006.

RAMOS DE ATIVIDADES NÃO - AGRÍCOLAS	2002 (1.000)	2003 (1.000)	2004 (1.000)	2005 (1.000)	2006 (1.000)	Taxa 02/06 (% ^a a)
RESIDÊNCIA RURAL						
AGRÍCOLA	8.973	8.877	9.750	9.525	8.935	0,6
INDÚSTRIA	1.191	1.198	1.394	1.734	1.644	10,7
Indústria	68	82	85	96	82	5,4
Indústria de Transformação	759	770	916	1.211	1.099	12,7
Construção	365	346	393	427	463	7,1
SERVIÇOS	2.240	2.253	2.775	2.986	3.095	9,7
Comércio e reparação	552	532	695	727	793	10,9
Alojamento e alimentação	135	138	172	214	203	13,3
Transporte e armazenagem	153	184	203	210	220	8,9
Administração pública	194	167	244	245	251	9,3
Educação e saúde	416	415	497	549	532	8,0
Serviços domésticos	583	583	673	733	721	6,7
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	98	109	146	151	161	14,2
Outras atividades	96	109	146	151	161	14,2
Atividades mal definidas ou não declaradas	12	15	18	23	30	24,5

Fonte: Teixeira (2009, pag. 89)

A tabela 4 indica que, as atividades relacionadas ao setor de serviço ocupam grande parte das atividades não agrícolas, desempenhadas no campo do Brasil (3.095 pessoas), correspondendo a quase o dobro das pessoas ocupadas com atividades no setor secundário da economia (1.644 pessoas). Dentre as atividades do setor terciário, merecem especial atenção os Serviços Domésticos e o Comércio,

que são responsáveis por aproximadamente um terço do pessoal ocupado neste setor.

Ademais, com um aumento na procura por áreas de preservação ambiental, que tornaram-se, nos últimos anos, destino de turistas e veranistas urbanos, agregam-se outros tipos de atividades a essa dinâmica rural. Sendo assim, práticas como a agroecologia e o ecoturismo erguem-se como atrativos a esses citadinos, e acabam por transformar a vivência no campo (Marafon, 2005).

Analizando a agricultura familiar fluminense nas diversas regiões do estado, Ribeiro e Marafon (2000) puderam constatar que a pluriatividade se tornou uma importante fonte de renda para a sobrevivência e manutenção dessas famílias no campo. Portanto, a combinação de atividades agrícolas com não-agrícolas possibilitou a essas famílias uma combinação de renda fundamental para a agricultura familiar. Dentre essas atividades, o turismo, marca registrada do estado do Rio de Janeiro, ergue-se como uma das principais alternativas de emprego, tornando-se vital para a manutenção dessa produção familiar, principalmente, nas regiões mais urbanizadas e próximas às metrópoles do estado.

Percebe-se como uma característica marcante do território rural fluminense essa disseminação de empregos não agrícolas no campo, que acaba por ocasionar a transformação do espaço e é muito influenciada pelo forte processo de urbanização e a intensificação do turismo rural no estado. Dessa forma, acaba que em cada região, a depender de uma série de elementos, essas novas atividades que se inserem no rural fluminense mudam e se distinguem sobremaneira a depender do território (Marafon, 2005).

Na Região Metropolitana sentido a Costa Verde (Paraty e Baía da Ilha Grande), se sobressai as atividades ligadas ao turismo, haja vista as características litorâneas repletas de praias e o contexto histórico e ecológico que a região está inserida, o que propicia o desenvolvimento de hotéis, pousadas e condomínios de luxo, estimulando o setor de serviços e a especulação imobiliária, o que acaba por achatar os pequenos produtores, sujeitando-os ao desenvolvimento de outras atividades complementares de renda, trabalhando nesses hotéis e condomínios.

Outra região fortemente influenciada pelo turismo, é sentido a das Baixadas Litorâneas, que dado o alto grau de turismo gerou um processo de urbanização e o aumento de segundas residências nessas localidades, o que fracionou a terra expulsando atividades agrícolas para o loteamento de terras, e consequentemente uma segregação socioespacial pela alta especulação imobiliária.

Já a Região Serrana do Rio de Janeiro, conseguiu manter determinado grau de produção agrícola, sobretudo com cultura hortigranjeira e floricultura, que é importante para o abastecimento da região metropolitana fluminense. Esta região apresenta grande importância para a indústria do estado, principalmente no setor de moda íntima, além é claro do desenvolvimento turístico, com casas de veraneio, hotéis fazenda, pousadas e hotéis, que exploram o ecoturismo local. Mesmo com importante desenvolvimento em outras áreas, a região apresenta uma forte agricultura familiar, formada por pequenas unidades de produção, que com culturas como alface, brócolis, tomate, ficam dependente de atravessadores para a comercialização dos produtos, o que acaba por tornar seus rendimentos agrícolas pequenos, obrigando-os ao desenvolvimento de outras atividades não-agrícolas, como as de caseiros e domésticos nos condomínios, ou nas empresas nas cidades da região (Marafon, 2005).

Com uma forte produção leiteira e hortigranjeira, o Vale do Paraíba e o Centro Sul Fluminense, mantêm determinado grau de produção agrícola, sobretudo dos produtores familiares, mas nada comparado à potência econômica uma vez vivida pela atividade cafeeira. A falta de uma rede local eficiente e de interatividade entre a exploração do turismo local e esses pequenos produtores, acabou por estimular a pluriatividade, sobretudo na complementação de renda nas indústrias metalúrgicas situadas na região.

Por fim, as Regiões Norte e Nordeste do estado, apresentam-se como fortemente rurais, principalmente pela sua distância da região metropolitana, destacando-se as produções de leite, canavieira, café e fruticultura. Entretanto, esse cenário de uma ruralidade mais acentuada, vem perdendo espaço com o crescimento do petróleo na região, que acaba por tornar-se uma opção de trabalho para esses produtores (Marafon, 2005).

Essa crescente nas atividades não agrícolas acaba por exigir políticas governamentais mais complexas e diversificadas, que vão além do estímulo às atividades de produção agrícola, mas que compreendam esse novo cenário socioeconômico do rural brasileiro. Sendo assim, ergue-se ainda mais a necessidade de investimento em serviços públicos básicos (saneamento, transporte, educação, saúde), além de políticas públicas que estimulem não só a agricultura, mas também viabilizem e valorizem essas atividades não agrícolas, e consequentemente desenvolvam a pluriatividade, coisa que ainda não acontece no estado fluminense.

Da totalidade de recursos estipulados no Plano Plurianual de 2004 à 2007, apenas cerca de 0,27% foi destinado para a Secretaria Estadual de Agricultura, e que mesmo percebendo esse baixo valor, destinava mais de 50% com sua própria gestão administrativa (Teixeira, 2009). O montante restante, em sua maioria era reservado para projetos voltados para a produção agrícola, negligenciando as necessidades básicas que vem se erguendo desses produtores rurais.

Essa necessidade de políticas públicas eficazes para o pequeno produtor, é algo que já foi despertado e vêm sendo desenvolvido no município de Maricá. Com um cenário político e econômico favorável, a cidade vem se erguendo pelo trabalho de resgate à valorização do rural e para o estímulo à produção agrícola, mesmo que ainda se dê de forma embrionária, e como veremos mais à frente, nem sempre eficaz.

4. O ESPAÇO RURAL

Embora a análise dos dados oficiais sobre o território rural nos ajude compreender e aprofundar o objeto de estudo, ele nos mostra um panorama de certa maneira “raso” sobre a complexa vastidão que seria o estudo do território rural. Ademais, neste momento, faz-se necessário uma compreensão mais aprofundada sobre o território da cidade de Maricá, recorte territorial final do presente trabalho.

4.1 DADOS SOBRE O TERRITÓRIO MARICAENSE

Fundado em 1814, o município de Maricá com seus 362.477 km² de extensão possui cerca de 170 mil habitantes. Com características predominantemente rurais até meados do século XX. O município que fica a 60 km da capital do estado tinha como base econômica o setor agrícola marcado pela produção cafeeira e de cana de açúcar.

A partir da década de 40, iniciou-se na região um processo de urbanização na cidade, juntamente com uma crescente na repartição de terras, alavancado pelo crescimento do turismo local. Esse processo acabou por ser responsável por uma transformação na lógica rural maricaense, com uma consequente centralização demográfica nesses centros urbanos. (Cassiolato, et al., 2020)

Atualmente, analisando os dados do último Censo Demográfico (2017), percebe-se a disparidade entre os residentes rurais e urbanos no município, refletindo o impacto dessa concentração demográfica nas áreas urbanas da cidade (Tabela 4).

Tabela 5 – População residente, por situação, sexo e grupos de idade - Maricá – 2015

Situação do domicílio	Número de residentes
Total	127.461
Urbana	125.491
Rural	1.970

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1552>

Outro fator decisivo para as características de ocupação deste local foi a localização geográfica do município. Fazendo divisa com as cidades de Niterói e São Gonçalo, além da proximidade com a capital, fez com que a Maricá se tornasse uma cidade dormitório, haja vista que os municípios citados apresentavam um grau de urbanização maior e geram mais empregos.

Sendo assim, esse desenvolvimento urbano da cidade se guiou com base nessas duas lógicas, os residentes que buscavam facilidade de transporte e locomoção, sendo assim ocupavam as margens da Rodovia Amaral Peixoto, e os veranistas, que buscavam uma maior proximidade das praias.

A crescente urbanização do município acabou influenciando para o gradual esvaziamento das áreas rurais e a diminuição da produção agrícola na região. Negligenciada pelas políticas públicas na época (década de 50), o setor primário da economia regional perdeu força e foi se desestruturando com o passar dos anos, entretanto, o cenário que se vê atualmente é de resistência de alguns produtores e da chegada de outros, com políticas governamentais de resgate a essa produção e de estímulo a esses agricultores. (Cassiolato, et al., 2020) Composta por uma produção diversificada, desenvolvida em sua maioria por pequenos produtores (Cassiolato, et al., 2020), a agricultura da Maricá encontra-se bastante setorizada, sobretudo na região norte da Rodovia Amaral Peixoto e mais ao leste do bairro de Inoã. Além dessas localidades, a Prefeitura ainda mantém políticas de incentivo à agricultura, o que acaba por incentivar a produção em escala menor em algumas áreas urbanas da cidade. Além dessa divisão territorial, há também, segundo Cassiolato et al. (2020), diferentes tipos de produtores na cidade que se dividem em: tradicionais, novos produtores e os apoiados pelas políticas públicas da cidade.

O primeiro tipo de produtor é aquele já estabelecido historicamente no município no qual vem de gerações de produção, com um histórico de trabalho e estão localizados em comunidades rurais mais tradicionais. O segundo tipo, produtores novos, são imigrantes, antigos turistas em busca de qualidade de vida, ou veranistas que decidiram mudar de vez para o município. Por serem em sua maioria vindos do urbano, apresentam um nível de instrução maior, e localizam-se mais próximos às áreas urbanas do município maricaense, e produzem tanto para o

consumo próprio quanto para atividade comercial, mesmo em sua maioria já tendo uma outra fonte de renda. Por último, os produtores que se apoiam nas políticas municipais de incentivo à agricultura, têm acesso a terra e instruções dadas pelo poder público municipal, mas sua produção não tomou proporção comercial significativa até então. (Cassiolato et al., 2020)

Quanto ao número de produtores constante no município, não há uma extensão quanto a um quantitativo definitivo, haja vista a contradição de informações encontradas sobre o assunto. Enquanto o IBGE (2017) sinalizava para a existência de 300 produtores, a EMATER apontava apenas 68. Essa diferença pode se dar muito pela invisibilidade e dificuldade de alcançar esse público através das pesquisas. A Secretaria de Agricultura e Pesca de Maricá, divergindo dos dados supracitados, informa a presença de cerca de 40 produtores que mantinham contato de forma contínua e assídua com a secretaria, utilizando as ferramentas públicas e cooperando em conjunto com o órgão. (Cassiolato et al., 2020)

Levando em consideração os números do último censo agropecuário do IBGE (2017), os dados apresentados mostram que a maioria das produções agrícolas da cidade maricaense são realizadas por pequenos estabelecimentos, sendo 74,5% das unidades produtivas, aproximadamente, de tamanho menor que 10 hectares. O estudo conclui ainda que Maricá continha cerca de 149 produtores, número próximo da metade da totalidade de na região, vide tabela 6:

Tabela 6 - Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total, segundo agricultura familiar ou não – Maricá – 2017

GRUPOS DE ÁREAS	TOTAL	% GRUPOS	ANF	AF
Total	294	100,0	145	149
Até 10 ha	219	74,5	92	127
De 10 a menos de 50 ha	52	17,7	32	20
De 50 a menos de 100 ha	4	1,4	2	2
De 100 a menos de 200 ha	6	2,0	6	0
De 200 a menos de 500 ha	8	2,7	8	0
De 500 a menos de 2500ha	5	1,7	5	0

Fonte: Cassiolato, et al. (2020, pag. 149)

Com uma produção diversificada, esses produtores dividem-se em sua maioria nas regiões norte da Rodovia Amaral Peixoto (nas proximidades do bairro Retiro, Espraiado e Pindobas), e ao leste do bairro de Inoã. Apesar dessas serem as principais localidades em concentração de produtores, há também uma grande quantidade ainda esparsa pelo município, ocupando inclusive as áreas urbanas. Já entre essas produções destaca-se as lavouras permanentes, desenvolvidas em sua grande maioria por pequenos produtores, e destes 66% são de produção familiar. (Cassiolo, et al., 2020)

A agricultura familiar, corresponde a parte significativa da produção municipal, representando mais da metade da produção de banana (principal ativo agrícola do município) e de mandioca, além de deter aproximadamente 44% da produção de coco-da-baía no município, conforme tabela 7:

Tabela 7 – Quantidades produzidas das principais lavouras permanentes e temporárias, total e da agricultura familiar, e participação da agricultura familiar no total produzido - Maricá - 2017 - toneladas e mil frutos (coco-da-baía)

TIPO DE LAVOURA	CULTURA	TOTAL (A)	AGRICULTURA FAMILIAR (B)	B/A
Lavoura Permanente	Banana	320	169	52,8%
	Coco-da-baía	136	60	44,1%
	Limão	259	0	-
	Laranja	s.d.	0	-
	Maracujá	s.d.	0	-
	Palmito	s.d.	0	-
Lavoura Temporária	Mandioca	238	156	65,5%
	Cana-de-açúcar	135	40	29,6%
	Abóbora	7	0	-
	Feijão cor	2	1	50,0%
	Feijão preto	1	0	-

Fonte: Cassiolo, et al. (2020 pag. 159)

Não por coincidência, o coco e a banana foram dois dos produtos que mais tiveram taxa de crescimento (Tabela 7), tanto de produção quanto de área colhida

nas lavouras permanentes municipais, mostrando um gradual fortalecimento da produção agrícola familiar maricaense, graças a uma rede institucional de programas de apoio, educação e pesquisa que vem determinando sobremaneira o desenvolvimento da agricultura municipal.

Tabela 8 - Quantidade produzida, quantidade vendida e área colhida da lavoura permanente e respectivas taxas de crescimento – Maricá – 2006 e 2017 – toneladas, mil frutos (coco-da-baía) e hectares

QUANTIDADE PRODUZIDA				QUANTIDADE VENDIDA			ÁREA COLHIDA		
Produto	2006	2017	Tx Cresc %	2006	2017	Tx Cresc %	2006	2017	Tx Cresc %
Coco-da-baía	109	136	24,8	107	92	-14,0	5	11	120,0
Banana	104	320	207,7	95	206	116,8	37	67	81,1
Limão	82	259	215,9	78	110	41,0	2	9	350,0
Laranja	20	-	-	20	-	-	2	-	-

Fonte: Cassiolato, et al. (2020, pag. 158)

Esse crescimento da agricultura no município se deve a uma gama de fatores e especificidades traçadas pelo “Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento para os Sistemas Produtivos e Inovativos de Agricultura Familiar e Orgânica e da Atividade Pesqueira de Maricá” (Cassiolato, et al., 2020), que ao analisar o sistema produtivo no município, identificou a chegada de novos agricultores de maior poder aquisitivo e níveis educacionais mais elevados, dispersos pela cidade em pequenas propriedades, além do crescimento da produção familiar atrelada a projetos municipais, que somados a produção agrícola de grande porte (focada na pecuária extensiva), e aos produtores tradicionais, demonstram a diversidade nos tipos de produtores e das culturas produzidas.

Dessa rede de apoio à agricultura, que vem auxiliando no desenvolvimento da produção local, pode-se destacar a atuação de 4 principais instituições. Primeiramente, a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca (SECAPP) que desempenha papel fundamental nesse trabalho de assistência técnica e extensão rural. Interagindo de forma direta com os produtores locais a Secretaria Municipal é responsável por ações como doação de insumos, prestação de apoio técnico, orientação educacional quanto às culturas, além de um suporte nas possíveis

adversidades que o produtor venha a apresentar.

Acolhendo a sede da EMATER no município de Marica, a SECAPP busca atuar de forma ampla nas diversas dificuldades que o produtor agrícola pode enfrentar. O Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), por outro lado, ainda não alcançou o potencial da expertise que detém a nível nacional. Tendo a instituição sido fechada na cidade em 2013, e tendo retornado somente no final de 2019, através da SECAPP, o Instituto está em fase de restabelecimento, reiniciando os trabalhos em assistência técnica e extensão rural em Maricá.

Outra instituição que atua no município, em parceria com a prefeitura, é a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A Universidade, que desempenhava um trabalho de educação em economia solidária e agroecologia nas escolas municipais, atuava através de tutores que eram instruídos pela Rural, e tinham como fulcro as necessidades das famílias locais, estimulando o pensamento crítico e incentivando a autonomia desses jovens.

Por fim, entre as entidades de maior atuação na cidade, a Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais em Assentamentos de Reforma Agrária (Cooperar) além de desempenhar papel importante para capacitação e assistência da produção local, tem como intuito primordial a formação técnica e prática dos produtores locais em agroecologia. Atuando com enfoque principal no Bairro Manu Manuela, onde há uma horta pública comunitária, a instituição fornece orientação e supervisão aos produtores inscritos no projeto, que podem cultivar no terreno público, em troca de uma porcentagem do cultivo para doação às escolas e unidades de saúde municipais.

Toda essa rede de assistência e estímulo à produção agrícola, somada às políticas em nível estadual e municipal, acabam por ser responsáveis pelo início, mesmo que tímido de um crescimento e desenvolvimento rural local. Destacando-se o papel fundamental da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca de Maricá, que, alinhando projetos de segurança alimentar, economia solidária e a políticas agrícolas clássicas, busca a autossuficiência na oferta de alimentos no município.

Há, portanto, uma nova dinâmica na relação rural e urbano, que acaba por inserir no campo uma diversidade de atividades, para além da agricultura e da agroindústria. A presença desses novos fazeres no rural, atinge sobretudo a agricultura familiar, que importante responsável para o abastecimento alimentício do estado, veem no desenvolvimento de outras atividades não-agrícolas, um meio de sobrevivência e resistência. Entretanto, essa pluralidade de atividades, infere-se também nos grandes proprietários, agricultores assalariados e pequenos proprietários, que materializam no campo esses diferentes fazeres, tornando o rural um espaço híbrido e complexo, o que acaba por atrair pessoas advindas da cidade, que desenvolvem concomitantemente atividades agrícola e não-agrícolas (Marafon, 2005).

Tomando como parâmetro o Censo Agropecuário de 2017, ressalta-se a expressividade dos produtores maricaenses que possuem outras receitas alheias à unidade produtiva. Da agricultura não familiar, dos 142 estabelecimentos que obtiveram receita, 131 tiveram rendas advindas de “outras receitas do produtor”, enquanto na agricultura familiar, dos 145 estabelecimentos, 119 tiveram obtiveram rendimentos de “outras receitas do produtor”, ocorre que deste último a grande maioria desse faturamento é atribuído a pensões e aposentadorias desse produtor (Tabela 9).

Tabela 09 – Valor das receitas dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia – Maricá – 2017.

Receitas	Número de estabelecimentos	
	Tipologia	
	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
Total	142	145
Receitas da produção do estabelecimento	103	128
Receitas da produção do estabelecimento – produtos vegetais	47	77
Receitas da produção do estabelecimento – animais e seus produtos	68	74
Receitas da produção do estabelecimento – produtos da agroindústria	2	7
Outras receitas do estabelecimento	3	1
Outras receitas do estabelecimento - desinvestimento	-	-

Outras receitas do estabelecimento – serviço de turismo rural	2	-
Outras receitas do estabelecimento – exploração mineral	-	-
Outras receitas do estabelecimento – atividade de artesanato e afins.	-	-
Outras receitas do estabelecimento – outras receitas do estabelecimento	2	1
Outras receitas do produtor	131	119
Outras receitas do produtor – aposentadorias ou pensões	18	102
Outras receitas do produtor – atividades de fora do estabelecimento	116	13
Outras receitas do produtor – prêmio do Programa Garantia Safra	-	-
Outras receitas do produtor – PROAGRO Mais	-	-
Outras receitas do produtor – Programa Nacional de Habitação MCMV	-	-
Outras receitas do produtor – pagamento por serviços ambientais	-	-
Outras receitas do produtor – programas dos governos	1	4

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6902>

Pela falta de bibliografias e de dados específicos quanto às atividades pluriativas no município de Maricá, torna-se difícil a análise das atividades não-agrícolas desempenhadas em concomitância a essas atividades agrícolas explicitadas acima. Entretanto, analisando um perfil econômico e político da cidade pode-se pensar que por ser uma cidade litorânea e de forte investimento no turismo, o município maricaense padece de males parecidos com os da região dos lagos na Baixada Litorânea.

O turismo de praia aumenta o investimento no setor de serviços, entretanto, atrai também um alto número de veranistas e casas de segunda residência, aumentando a especulação imobiliária e segregando ainda mais essa população rural que já é incipiente. Com isso, uma forte opção para o desenvolvimento pluriativo da região é além da atividade desenvolvida no estabelecimento agrícola, o trabalho em setores de serviço, no turismo local .

Mesmo não sendo o enfoque principal da pesquisa, entender o contexto econômico e as atividades desempenhadas pelos rurais nos ajuda em uma compreensão mais profunda sobre a vivência desses atores no campo. E nesse sentido, torna-se imprescindível a menção à pluriatividade, algo inerente a esses

indivíduos, sejam rurais tradicionais ou atores recém chegados, o que justifica a análise dos dados trazidos neste capítulo.

Portanto, ao analisarmos e caracterizarmos as atividades rurais segundo os dados de institutos de pesquisas e estudos correlatos, possibilitou-se uma melhor visualização da experiência vivida pelos rurais, numa visão política institucional desse território e seus atores, mas que nem sempre compreende sua complexidade e heterogeneidade. Sendo assim, passa-se a um debate conceitual da concepção de rural e uma definição hermenêutica sobre o território estudado, como fulcro de discutir o que é esse espaço.

4.2. CONCEITO DE RURAL

A observação das pesquisas produzidas pelo IBGE, por exemplo, se torna importante pela quantificação, validação de conceitos explorados através do exame numérico em aspectos econômicos e demográficos. Entretanto, elas mostram-se incompletas à medida que estabelecem de forma crua a conceituação de território e população rural. Usando analogamente a metodologia do Censo do IBGE de 2010, em Nota Técnica o Instituto diz que:

“Segundo a sua área de localização, o domicílio foi classificado em situação urbana ou rural. Em situação urbana, consideram-se as áreas, urbanizadas ou não, internas ao perímetro urbano das cidades (sedes municipais) ou vilas (sedes distritais) ou as áreas urbanas isoladas, conforme definido por lei municipal vigente em 31 de julho de 2010. Para a cidade ou vila em que não existia legislação que regulamentava essas áreas, foi estabelecido um perímetro urbano para fins de coleta censitária, cujos limites foram aprovados oficialmente pela Prefeitura Municipal. A situação rural abrangeu todas as áreas situadas fora desses limites. Esse critério também foi utilizado na classificação da população urbana e da rural.” (IBGE, 2010, pag. 13)

No exemplo supracitado, a Lei Complementar nº 157/ 2007 do Município de Maricá, recorte territorial do presente trabalho, que trata do plano de diretrizes urbanísticas da cidade, estabelece um conceito de rural por exclusão, ou seja, tudo aquilo que não é urbano, é rural.

“Art. 1º Para efeito desta Lei Complementar, fica o território do Município de Maricá dividido nas seguintes áreas:

I – área urbana;

II – área rural;

III – área de expansão urbana.

§ 1º A área urbana ficará delimitada através de sua subdivisão por zonas nos diversos subdistritos, ficando a área restante considerando de uso rural, sendo identificada como ZRU.” (Maricá, 2007, art. 1º)

Levando em consideração, portanto, a falta de interesse político de se definir uma área como rural, haja vista a guerra fiscal e os interesses particulares da classe política entram em jogo, negligenciando uma análise mais profunda dos territórios locais, em detrimento de um benefício econômico com a arrecadação do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana.

Sendo assim, mostra-se de suma importância para a presente pesquisa, a busca pela compreensão do território rural em sua complexa estruturação, livre de interesses econômicos e definições preconceituosas que desprestigiam a importância deste território. Para tal, enxerga-se na obra de João Rua (2011), um estudo mais completo que possa guiar a percepção do campo, em todo seu hermetismo, e as diferentes facetas que permeiam e influem em ruralidades distintas, em territórios híbridos e heterogêneos, mas acima de tudo, rurais.

Após o final da segunda grande guerra, o país ainda se organizava com base em uma racionalidade espacialmente concentradora, e as grandes cidades, como a do Rio de Janeiro, centralizavam os meios de produção e de consumo. Com o advento do séc. XX, insurge-se em um contexto socioeconômico, as políticas de menor intervenção estatal, com a privatização e abertura comercial que acabaram por alterar a lógica espacial vigente. (Rua, 2011)

Essas transformações se deram em diferentes dimensões políticas, atingindo diversos aspectos sociais, econômicos e culturais, resultando em uma nova lógica territorial, marcada pelo aumento da periferização e uma maior desconcentração. “Deseconomias de aglomeração, congestionamento metropolitano, custos operacionais elevados, violência”, crise habitacional e precarização de mão de obra acabaram por direcionar os investimentos em empreendimentos para fora das

grandes metrópoles (Rua, 2011, pág.19).

Sobre esse momento de transformação, analisando o Estado Fluminense, Rua disserta que:

“No Estado do Rio de Janeiro a deslocalização dos investimentos tem levado ao reforço de alguns eixos no interior do estado. Com isso, pretende-se confirmar que a interiorização do desenvolvimento está integrada a essa estratégia de maximização dos lucros e da exploração do trabalho. A força assimétrica entre os investidores supralocais e os atores ou agentes locais (em seu particular jogo de poder) permite que ocorra uma verdadeira “chantagem locacional”, feliz expressão usada por Acselrad e Bezerra (2009), efetuada pelos investidores que passaram a buscar com muito mais liberdade de movimento as localidades mais adequadas a seus interesses específicos e envolvem, cooptam ou submetem aqueles que necessitam de gerar empregos, criar divisas e obter receita pública. Muitas vezes isso acontece integrado à obtenção de vantagens financeiras, liberdade para remessa de lucros, condições fundiárias e ambientais adequadas a seus interesses, como escrevem os autores supracitados. “ (Rua, 2011, pág. 19)

Após longos períodos de achatamento do campo, marcada por um alto índice de êxodo rural e expansão do urbano, essa tendência de urbanização começa a mostrar sinais de estagnação. Com a insuficiência das metrópoles, superlotadas, com escassez de empregos e problemas sociais, como falta de habitação digna, violência e desigualdade, percebe-se em nível nacional e local (Rio de Janeiro e mais especificamente Maricá), uma tendência de regresso aos espaços rurais. Esse êxodo urbano, se dá pelos mais diversos motivos, mas sua ocorrência traz à tona debates sobre as condições nas quais ele se realiza (Rua, 2011).

A migração para fora dos centros urbanos, pode ocorrer com diversos panoramas e locais de destino. Ao contrário de como ocorreu o êxodo rural, esse movimento demográfico de fuga das cidades não é tão linear, e não tão geograficamente delimitado. É simples pensar em pequenos agricultores, humildes e reféns de meios de produção artesanais com pouco investimento e atenção pública, saindo de interiores rurais e rumando aos centros metropolitanos em busca de emprego e melhores condições de vida, mas o caminho ao inverso, de cidadãos, que resolvem sair/fugir do ambiente urbano, torna-se menos palpável ao senso comum.

Embora os motivos e condições de vida urbana influenciem de forma direta no tipo de migração e no contexto que essa se dá, o lugar de destino torna-se demasiadamente importante para o presente trabalho, delimitando o recorte territorial que será observado durante as análises dos dados compilados nesta tese.

Os anos se passaram e os lugares, os espaços, as paisagens foram mudando e se transformando. Ao fazer um rápido passeio rumo a região serrana do Rio de Janeiro, por exemplo, percebe-se placas assinalando o perímetro urbano de determinada localidade, sem que se perceba uma mudança estética em comparação com paisagens que não recebem essa alcunha. Analisando a fundo essas regiões percebe-se que o limite entre um imóvel passível de ITR e um no qual se incide o IPTU é muitas vezes imperceptível, o que depreende o debate do que de fato seria rural e o que seria o urbano (Rua, 2011).

A guerra fiscal acaba por determinar a qualidade do imóvel conforme os interesses individuais e locais. Sendo assim, alguns se dizem rurais e pagam o ITR por conveniência econômica, mas demandam infra estruturas urbanas, enquanto outros são impelidos a pagar o IPTU mesmo que todas as especificidades estruturais e sobretudo sociais do local indique para um imóvel rural. Essa miscigenação, entrelaço entre o que é rural e o que é urbano, acaba por erguer a chamada “hibridez do espaço”, pautada numa multidimensionalidade que se torna cada vez mais recorrente.

As análises realizadas das relações urbano x rural, passam a auferir uma roupagem mais complexa com o crescimento da metropolização. Os espaços se entrelaçam e começam a perder características marcantes dicotômicas e antagônicas responsáveis por uma caricatura conceitual que os distinguia. Com isso, há uma ressignificação do rural, baseada primordialmente na expansão do urbano e seus agentes, que com sua lógica capitalista, acabam por trazer novas atividades e funções, alterando a racionalidade do mercado local. Essas transformações do campo, atreladas a uma ascensão de atividades não-agrícolas, e a diversificação de atores agindo no território, acabam por traduzir novas ruralidades. (Rua, 2011)

Segundo Rua (2011), essa miscigenação dos territórios pode se estabelecer como o fim da dicotomia rural x urbano. Esses territórios deixam de

ocupar papéis opostos e antagônicos, devendo-se abandonar os pré-conceitos estabelecidos na definição do rural como tudo aquilo que não é urbano. Precisa-se, portanto, analisar com maior complexidade esses espaços, com o fulcro de que mesmo com todas influências urbanas, essas transformações sociais, estruturais e apropriações capitalistas, este território permanece rural, mesmo que integrado à cidade. O que o autor defende em sua tese sobre a multidimensionalidade, é que o desenvolvimento desigual do capitalismo, acaba por criar novos espaços, influenciados pelo urbano, mas sem abandonar seu cerne rural, culminando na ideia de urbanidades no rural.

Como disserta Rua:

“Ao retomar a ideia de urbanidades no rural demonstramos que tal concepção foi formada a partir da constatação de que são socialmente construídas por suas relações de coexistência do urbano com o rural e por suas codeterminações, integrando o interno com o externo em cada lugar constituindo singularidades, fruto dessas interações.” (Rua, 2011, pág 7)

O que ocorre, portanto, é uma “reestruturação produtiva do espaço”, onde diferentes atores integram-se de forma multiescalar, ou seja, em diversas escalas geográficas, onde ocorrem novas ramificações sociais. Logo, essa miscigenação entre cidade e campo seria amparada na acumulação capitalista, como força motriz da transformação do espaço. (Rua, 2011)

Nas palavras de Rua (2007, pág. 272): “Urbanidades no Rural seriam todas as manifestações materiais e imateriais com caráter inovador em áreas consideradas rurais, sem que, por isso, fossem identificadas tais áreas como urbanas”. Com isso, pode-se perceber que o Rural estaria muito além do que as estatísticas elaboradas pelos institutos de pesquisa, pautadas em materialidades e infraestrutura, demonstram.

Nesse cenário de expansão da metropolização e entrelaço entre urbano e rural, inicia-se um processo de ressignificação de atividades e funções nos moldes da lógica capitalista. Ergue-se um “Novo Rural”, marcado por um ecoturismo, crescimento de atividades não-agrícolas, pluriatividade, repleto de novos signos que acabam por dirimir ainda mais os preceitos marcantes que dividiram cidade e campo. Essas novas

espacialidades, miscigenadas e transformadas, pautam-se sobretudo nas diferentes relações sociais que nela se estabelecem, formando diferentes arranjos locais. (Graziano e Del Grossi, 2000)

Campo e cidade passam, portanto, a integrar diferentes facetas de um espaço único que se submete de formas diversas à lógica capitalista. Sendo assim esses territórios apresentam distinções cada vez menos perceptíveis e lineares como a lógica simplista que outrora dominou a conceituação de ambos pautadas na lógica atraso x desenvolvimento. Consequentemente, com a transformação e integração desses espaços, acaba por aumentar ainda mais a dificuldade de conceituar de forma precisa os processos, marcas e atributos que distinguem o rural do urbano.

Deve-se haver, portanto, uma mudança na análise desses espaços. A ultrapassada busca por definições pragmáticas e lineares entre rural e urbano, dão lugar a lógicas mais multifacetadas. Os aspectos estruturais perdem força frente ao aspecto social, as ações dos atores presentes nesses lugares, suas desigualdades e hierarquias, pautam a perspectiva pela qual o território será perquirido.

Conforme disserta Rua, em análise à obra de Woods (2005), para os autores há um grande óbice na definição e compreensão do campo, que hora é analisado em contrariedade com as especificidades do urbano, ora é desprestigiado em análise de sua complexidade. Em consonância com os ilustres professores, salienta-se a importância de se perceber o rural e as ruralidades como construções sociais fluidas, que estão ocorrendo, e assim, permanecem em contínua transformação. E é exatamente esse caráter sociológico, cultural, de ênfase nos atores que compõem esses espaços, que não é prestigiada em sua totalidade pelas estatísticas oficiais.

Tomando como foco de análise o estado fluminense, como já discorrido no capítulo anterior, seu território sofreu sobremaneira com a metropolização, tendo efeitos diretos nesta interação entre cidade e campo e irradiando sobre novas territorialidades, advindas dessa interação. Como disserta Ferreira, Rua e Mattos:

“A ideia de metropolização corresponderia a uma organização espacial integrada à lógica atual da acumulação capitalista na qual o espaço ganha uma dinâmica que ultrapassa a da aglomeração (complexos urbano-industriais, megalopolização), como observado em períodos anteriores. Nas últimas

décadas estabeleceu-se uma dinâmica em que se identifica uma espécie de desconcentração concentrada, como desenho espacial, que poderia integrar-se à ideia de que a metrópole está em todos os lugares e ao mesmo tempo (SANTOS, 1993, p. 90), embora hierarquizando os subespaços, de acordo com o poder de decisão e da localização dos atores decisivos nesse processo de movimento do/no espaço.” (Ferreira, Rua e Mattos, 2014, pág. 15)

Sendo assim, essa disseminação da lógica capitalista estabelecida por esse ideal de metropolização acaba difundindo suas ideias e valores por todo o território do estado, reforçado por diferentes eixos de metropolização. Há, portanto, uma “desconcentração metropolitana” que irradia efeitos e dissemina seus signos através de seus atores dominantes e realizações que conformam o território local conforme a lógica acumulativa prevalente. (Rua 2013, p. 81)

A análise do território rural, neste sentido, deve ser feita com base em suas multidimensionalidades, estando a sua paisagem, atores, tradições, economia, em permanente mutação, transformação esta que se dá de forma "multiescalar", conforme se estabelece a interação do local, rural, com o exterior, urbano. Para Rua (2011), o espaço seria uma “totalidade em movimento”, volátil conforme fossem estabelecidas novas interações, em múltiplas escalas e dimensões. O estado fluminense, na análise do autor, seria então marcado por essa metropolização como um movimento progressivo que integra o interior rural com as lógicas urbanas.

O rural, portanto, se mostra muito mais plural do que as definições simplistas e análises dicotômicas podem evidenciar, ele ostenta uma heterogeneidade de identidades, de processos e desenvolvimentos socioespaciais diversos. Essa diversificação do campo, se deve muito pelas diferentes formas como essa apropriação capitalista influi na localidade, como Rua (2011) explícita, ao citar Woods, há uma desigualdade espacial que se conforma na medida em que os processos de modernização agrícola, industrialização, transformação da paisagem em commodities e migrações demográficas transcorrem em determinada região rural.

Essa transformação do rural e o surgimento dessas novas ruralidades miscigenadas não apontam para o fim do espaço rural. O território permanece rural, muito embora esteja alterado, reforçando construções socioespaciais, tradições e cultura, ao mesmo tempo que há uma mutação em diferentes níveis das práticas

econômicas, ligação com a terra e na divisão do trabalho.

Por ser um território caracterizado por uma robusta metropolização, o estado (governo) fluminense, acaba por não conseguir delimitar de forma precisa esse complexo processo de construção de novas territorialidades, por se prender aos critérios normativos de análise, vinculados a interesses municipais. Isso acaba por trazer invisibilidade para indivíduos que se entendem como rurais, mas ao serem tratados como urbanos por definição, acabam por não ser alvo de políticas públicas precisas e eficazes ao atendimento real de suas necessidades. (Rua, 2011)

Ao se entender essa ideia de elementos urbanos influenciando o rural, sem com isso urbaniza-lo, evidencia uma estratégia capitalista de produção, que acaba por integrar campo e cidade, não em um movimento descoordenado e desproposital, mas sim como um planejamento multiescalar que articula vetores gerais com elementos específicos da localidade.

Como bem discorre Rua (2011):

“Nunca é demais lembrar que os eixos evidenciam o processo de interiorização da metropolização (e seus múltiplos atributos) compreendido como a estratégia atual do capital, sob a forma de investimentos de natureza diversa, ao serem realocados em lugares fora da metrópole e da Região Metropolitana, onde as “atrações” dos atores e agentes locais oferecerem vantagens competitivas em relação a outros lugares. Esse processo baseia-se também numa capacidade de exercício da “chantagem locacional” por parte dos atores e agentes hegemônicos com relação aos lugares, numa relação assimétrica que se constituirá numa poderosa “urbanidade no rural”, sentido geral da nossa reflexão.” (Rua, 2011, pág. 17)

Nesse contexto de hibridização entre cidade e campo, coabitam relações capitalistas e não-capitalistas dentro da mesma lógica territorial. Há uma multidimensionalidade do espaço, pautada na oposição cidade x campo, com essas urbanidades fluindo de forma diversa em diferentes parcelas de determinado território, formando diferentes escalas locais cada uma com sua especificidade. Ocorre, portanto, uma interatividade fluida e multifacetada, em que agentes hegemônicos acabam por transformar o território a partir de suas práticas e relações.

O rural é recriado pela lógica capitalista de produção. Essa mutação, impregnada de uma disseminação dos signos e ideias urbanos, caracteriza esse “novo rural”, que ao mesclar suas tradições com padrões da cidade, cada vez mais deixa de ser exclusivamente agrícola. Com isso, esvai-se a linha que distinguia de forma tão clara cidade e campo, há uma maior mecanização, responsável por diminuir o tempo dedicado a atividades agrícolas possibilitando o desempenho de atividades não agrícolas (primordialmente as de natureza urbana), alcançando uma pluriatividade causadora de um crescimento de renda que permite uma resistência no rural. (Rua, 2011)

Para Rua (2011), essa pluriatividade é fundamental integrante das “urbanidades no rural”, por reorientar as funções dos atores de uma unidade familiar que antes girava exclusivamente em torno da produção agrícola, e agora conseguem manejar diferentes papéis em um projeto intergeracional. Com isso, intensifica-se ainda mais essa revalorização, ressignificação do território rural, integrando signos urbanos às tradições rurais no campo, exigindo uma revisão na idealização desse território, que faça jus a essas novas especificidades.

Em verdade, uma conceituação definitiva desses territórios é algo utópico, haja vista a fluidez dos processos de mutação que transformam o espaço rural e seus atores constantemente. Mesmo havendo uma diferente gama de abordagens e perspectivas, em verdade, a cidade e o campo, não apresentam-se como antagônicos, mas sim complementares. (Rua, 2011)

Embora muitos acreditem num fim inexorável para o rural, que aos poucos vai se urbanizando, acredito em um rural remodelado, influenciado por novas lógicas urbanas, mas firme em suas especificidades e tradições. Os aspectos econômicos e estruturais devem sim ser levados em consideração, mas acima de tudo o social deve permeiar o núcleo definidor de um território, os atores, seus signos, seus costumes, sua reprodução e pertencimento, são critérios muitas vezes mais assertivos, do que a simples existência de meio-fio ou não.

Rural e urbano apresentam-se cada vez mais integrados, e perceber o campo como passível de diferentes territorialidades, diversas, híbridas, escalares, influenciadas por diferentes funções e agentes de maneira desigual, mostra-se

fundamental para evitar o erro de uma invisibilidade de espaços.

Esse processo de desenvolvimento e transformação que vem ocorrendo no rural, traduz uma maior troca com o urbano, com a inserção e consolidação de práticas citadinas. Há o aumento de atividades não-agrícolas, desenvolvimento da pluriatividade, mecanização da produção agrícola, investimento em infra-estrutura, saúde e educação. (Rua 2005)

Essas mudanças, levantam a dúvida sobre o fim do rural, com uma urbanização gradual até perder todo seu cerne, levando a uma “homogeneização dos espaços”. Ou, se o que há, em verdade, seria uma recriação do campo, sob uma nova conjuntura, paciente dos signos urbanos, mas adaptado às realidades rurais, buscando uma alternativa de persistência. (Rua, 2005)

Essa dúvida divide linhas de pensamento e estudo. Embora neste trabalho não pactue com a ideia de um fim para o rural, alguns autores, como Choay (1999), defendem uma urbanização completa dos espaços. Segundo o autor, há um crescente processo de expansão do urbano, que vai anexando espaços dispersos, mas que se mantém de certa forma vinculados.

Como disserta Quevedo (2018):

“Ao longo do espaço urbano, encontram-se dispersas ocupações variadas, que vão desde condomínios industriais e centros comerciais até espaços residenciais. No que diz respeito ao uso residencial, vemos que, tal como a população carente de recursos se espalha pelas periferias urbanas, também surgem e se multiplicam, cada vez mais distantes dos centros urbanos, as ofertas de lotes destinados à habitação para as classes média e alta, o que evidencia a mudança do perfil do homem urbano contemporâneo, as tendências individualistas da atualidade e as novas formas de usar o tempo e o espaço.” (Quevedo, 2018, pag.21)

Para a autora supracitada, que disserta em sua Tese de Mestrado sobre Lugaridade dos Espaços Públicos das Cidades em Expansão, analisando especificamente a cidade de Maricá, há uma “dispersão urbana”, no sentido de que o movimento demográfico de saída dos centros urbanos, nada tem a ver com o rural, mas sim a procura por áreas urbanas mais distantes, o que geraria um sistema urbano

expandido.

Sendo assim, essa dispersão urbana, seria na verdade, um tipo de urbanização, no qual o urbano fosse se alastrando por diversas áreas do território, conectando, inclusive o campo e a cidade, modificando o rural, mas não no sentido de transformá-lo e sim de urbanizá-lo por completo. Como corrobora Sposito (2009), esse estiramento da cidade, miscigena o rural e o urbano, embaçando a linha que os distinguia, através de uma aceleração no fluxo de indivíduos e bens, entre esses territórios.

Sobre essa ótica de hibridização do territórios e inter-relação entre urbano e rural, a teoria da dispersão urbana, se apresenta quase como antagônica a das urbanidades no rural, tendo em vista que busca entender as relações urbanas atuais nesse contexto de mutação dos espaços e movimento demográfico de saída das cidades.

Pautada nesse ideário de urbanização, Quevedo (2018) analisa o município de Maricá como um dos exemplos dessa ampliação do urbano. Baseando-se no trabalho de Holzer e Santos (2014), a autora defende que a cidade maricaense passou por um “boom” demográfico através da conversão de casas de veraneio em primeiras residências, aumentando em muito a população do município. Essa análise, corrobora com a ideia de um Êxodo Urbano defendida nesta dissertação.

Quevedo (2018), ainda utilizando de uma pesquisa empírica produzida por Holzer e Santos (2014), explana que esse aumento populacional não está diretamente ligado aos aspectos físicos e estruturais de Maricá, mas sim a uma questão subjetiva, intrínseca a esses novos habitantes, como busca de qualidade de vida.

Em suas palavras:

A supersaturação dos centros urbanos, o aumento da violência e os lotes com dimensões restritas, por exemplo, foram mencionados por despertarem nos entrevistados a busca por espaços afastados dos grandes centros, onde se pressupõe encontrar as características que superem esses incômodos. A beleza da paisagem, a tranquilidade do entorno e a acessibilidade restrita — em condomínios fechados, por exemplo — também se apresentaram como atrativos para a escolha do município, demonstrando que esses novos moradores expressam uma espécie de atitude “antiurbanista” que envolve o

ideal de uma casa isolada em centro de terreno, com um determinado nível de “autossuficiência” (Quevedo, 2018, pag. 26)

Mesmo discordando da ótica pela qual a autora analisa esse movimento demográfico, refutando a ideia de um fim inexorável para o rural, torna-se importante a conclusão de que fatores subjetivos são os principais motivadores dessa migração. Ademais, ao citar esse sentimento “antiurbanista” por parte dos entrevistados, Quevedo (2018) corrobora para uma ideia de preferência pelo não urbano. A cidade de Maricá, embora estatisticamente seja em grande parte urbana, ainda apresenta diversas áreas rurais, que também são destino desses imigrantes, por isso, o entendimento do que é esse Rural, torna-se tão importante para a delimitação territorial do presente trabalho e entendimento desses neo-rurais.

A pesquisa supracitada, se assemelha em alguns aspectos ao presente trabalho tendo em vista o objeto de estudo: novos habitantes da cidade de Maricá. Entretanto, uma imprecisão na conceituação do rural pode ser o que distingue o caminho de ambas. Mais uma vez, o entendimento de um rural para além das estatísticas, faz-se necessário para a compreensão dessas novas tendências do rural.

Essas novas conjunturas que surgem no rural, devem ser analisadas não só do aspecto “físico” do território, mas no intrínseco desses espaços, suas redes econômicas, sociais, culturais e políticas, que são constantemente influenciadas por forças urbanas em diferentes aspectos, formando malhas espaciais distintas com relações próprias. Como defende Abramovay (2000), o aspecto territorial pelo qual o campo deve ser analisado, deve levar em consideração as mudanças em nível interno e externo, que acabam por estabelecer novas conjecturas territoriais.

Como bem discorre Ponte (2004):

“Ao tomar como parâmetro o território para uma análise do significado do rural, está-se entendendo não apenas como uma base física na qual ocorrem as relações e ações sociais, econômicas e políticas, mas como um espaço que é o resultado destas diferentes tramas. Deste modo, cada realidade vai apresentar configurações espaciais que demonstrarão os tipos de relações estabelecidas.” (Ponte 2004, pág. 23)

Dada todas essas transformações, não cabem mais as análises simplistas e dicotômicas realizadas sobre o aspecto físico e econômico do rural. Deve-se compreender esse novo rural, através de toda essa nova roupagem e complexidade, que melhor atenda a conjuntura atual deste território.

O IBGE (1996), tomando como exemplo o Censo Demográfico de 1996, restringe-se a uma ótica político-administrativa, acompanhando o prisma dos municípios, impregnados de interesses políticos para a delimitação do rural:

“na situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondendo às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas rurais isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos.” (IBGE, 1996, pág. 9)

Nessa definição, estabelece-se uma prevalência do caráter administrativo, negligenciando critérios demográficos, econômicos, as tradições e relações sociais. Ademais, há uma relação de subordinação, à medida que define-se o urbano, e secundário ao que é urbano conceitua-se o rural por exclusão. Essas descrições utilizadas nas PNADs e nos Censos originam-se dos Planos Diretores Municipais, ou seja, são impregnadas pelo senso político e sua visão sobre o campo, desconsiderando muitas vezes critérios científicos, originados do estudo que permite uma maior aproximação de uma correta delimitação do território.

Além do critério político-administrativo, outro fator importante utilizado para a definição do rural é o econômico. Como os impostos urbanos destinam-se aos municípios, enquanto os rurais dirigem-se à União, torna-se interessante às prefeituras municipais, responsáveis pela elaboração dos planos diretores, que haja uma expansão do urbano, aumentando, assim, a arrecadação de tributos. (Abramovay, 2000)

Ao se considerar os aspectos supracitados na conceituação do território rural, acaba por tornar essa definição passível de particularidades alheias ao território, tornando-o objeto de jogo de interesses políticos e assim, desprestigiando suas

peculiaridades. O que ocorre, portanto, é que há no país, diversos locais com atributos rurais, mas que são considerados urbanos simplesmente pelo aparato administrativo que regulamenta essas localidades. (Abramovay, 2000)

Essa distorção que ocorre na delimitação dos espaços, acaba por ocasionar invisibilidades, uma vez que fatores externos, geográficos, políticos e econômicos, acabam por determinar de forma equivocada se um território seria rural ou não. Despreza-se o tipo de atividade desempenhado, a cultura, tradição, a relação com a terra, o sentimento de pertencimento e as relações sociais ali estabelecidas, excluindo grande parte da população rural de sua correta qualificação.

Abramovay (2000), cita ainda em sua obra, a análise do campo através do critério “econômico/setorial”. Sendo assim, o campo seria delimitado pela atividade econômica produtiva desempenhada por parcela de sua população, correspondendo a rural, a localidade onde se desempenha de forma majoritária a agricultura.

Essa última definição discorrida por Abramovay (2000), embora seja positiva no sentido de levar em consideração as especificidades da população local, acaba por também ser falha, haja vista que as atividades não-agrícolas tornam-se uma tendência no novo rural, com uma influência cada vez maior do urbano, essa pluriatividade, reforça essas atividades citadinas como uma hipótese de persistência e não de urbanização, como seria interpretado de acordo com este critério de definição.

Cidade e campo, não podem mais ser delimitados como sinônimos de indústria e agricultura. Essa divisão social e espacial do trabalho perdeu sua linearidade, estando cada vez mais misturada, entrelaçada pelas transformações das relações de trabalho em ambos os espaços. Rural perde sua essência exclusivamente agrícola, e dá lugar a um espaço híbrido, com uma gama de atividades.

Há ainda, parâmetros quantitativos para a definição de rural, levando em consideração a densidade demográfica para sua avaliação, que mais uma vez não contemplam em sua totalidade as especificidades do território rural. Mesmo não prestigiando aspectos importantes como o social e cultural, a ponderação desses fatores numéricos não deixam de ser relevantes para a diferenciação de campo e

cidade. (Veiga 2002)

O campo tem, de certa forma, como característica uma menor densidade demográfica em comparação com a cidade, mas a simples análise do número de habitantes por quilômetro quadrado não mostra-se razoável para uma precisa definição. Como discorre Pontes (2004):

“O rural, geralmente, apresenta um grau reduzido de população e pouca influência antrópica em seu meio; já o urbano, tem uma maior concentração de pessoas com ambientes mais artificializados. Para entendermos o território rural, não devemos reduzi-lo somente a uma simples realidade quantitativa, mas sim, considerá-lo dentro de um contexto histórico com suas inter-relações com o urbano, com o resto do território e suas relações estabelecidas internamente.” (Pontes, 2004, pág. 26)

Neste sentido, mostra-se demasiadamente importante o estudo sobre esse território, muitas vezes desprestigiado, para possibilitar análises mais precisas do território rural, que considerem as nuances, particularidades e complexidades desse espaço, sobretudo em seu atual contexto de transformação.

Com isso, estudiosos como Abramovay, Wanderley e Rua, vêm se debruçando sobre o rural, propondo sua conceituação sobre um prisma mais qualitativo, sobretudo com base nas relações sociais e com a terra permitindo uma compreensão de certa forma mais subjetiva do campo. Seguimos a base doutrinária desses autores para a investigação empírica do presente trabalho, prestigiando uma gama de fatores.

Como disserta Rua (2020):

“Em algumas análises priorizam-se os números, as densidades, as percentagens relacionadas à produção agrícola, aos sistemas técnicos de produção, aos tipos de solos e às unidades administrativas em que tal produção se realiza. Tudo isso é relevante, mas torna-se insuficiente ao tomarmos o espaço como uma totalidade em movimento e ao enfatizarmos o papel político dos sujeitos que dão sentido às práticas espaciais. Por totalidade compreende-se que a análise da realidade não se dá a partir da soma das partes, e deve-se encará-la em relação a outras totalidades, igualmente abertas e em permanente desdobramentos na análise efetuada.” (Rua, 2020, pág. 205)

Sendo assim, dentro desta totalidade a ser observada, enxerga-se a terra como centro das relações sociais, econômicas e políticas dos rurais, portanto esta percepção deve ser o cerne, o ponto basilar para se buscar uma conceituação desse território. Esse signo rural, predomina nas simbologias e tradições do campo, atrelado a uma acepção de coletividade e cooperativismo.

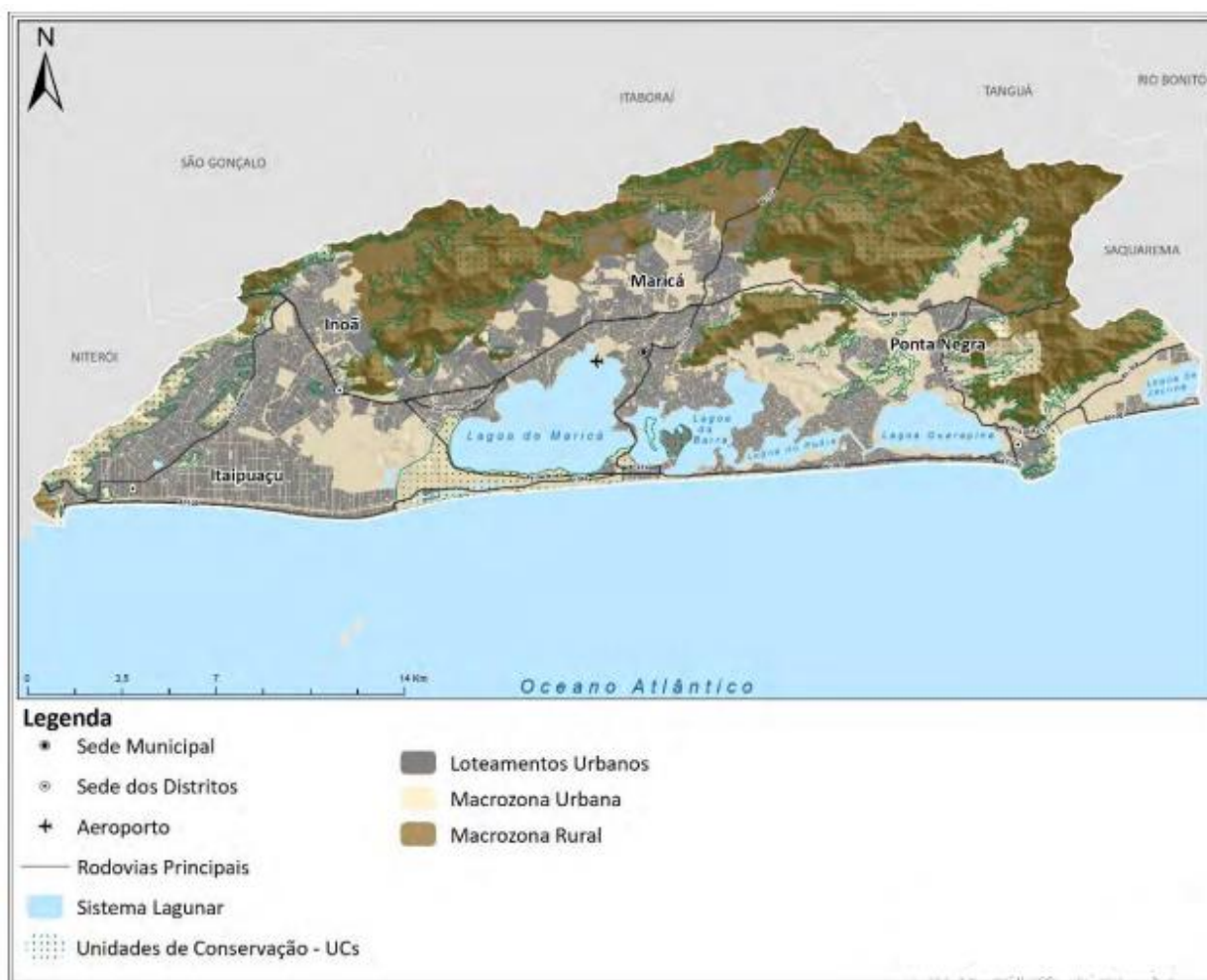
O sentimento de pertencimento, as construções identitárias com a terra são fatores definidores desse espaço, e só a partir do entendimento desse panorama que se é possível compreender as relações sociais e políticas, além de entender as demandas desses atores, sejam eles rurais tradicionais ou recém chegados a este território.

Com isso, estabelece-se uma dinâmica contraditória onde, ao passo que há uma maior influência das urbanidades e uma crescente demanda por elementos tipicamente urbanos, há, em contrapartida, uma luta por auto-afirmação de entendimento enquanto rurais e do reforço de particularidades do rural. É um processo simultâneo de determinação e reivindicação, que reforça a ideia de urbanidades no rural, e não de um rural urbanizado.

Para traçar o recorte territorial da presente pesquisa, delimitando quais seriam as áreas rurais da cidade de Maricá, em primeiro momento consultou-se o Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento para os Sistemas Produtivos e Inovativos de Agricultura Familiar e Orgânica e da Atividade Pesqueira de Maricá (2020), no qual discorre sobre um Arranjo Produtivo Local de Pequenos Produtores, que localizam-se primordialmente nas áreas mais próximas à serra, ao norte da RJ 106 (compreendendo bairros como Silvado, Ubatiba, Espraiado, Retiro e Pindobas).

Somado a isso, ao analisar o diagnóstico técnico do Plano Diretor de Maricá, realizado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (2020), os autores delimitam a cidade de em Macrozonas Urbanas e Rurais, reforçando as áreas já identificadas como áreas rurais do município:

Figura 3. Situação da Urbanização de Maricá.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados do INEA/IBGE (2019); PD de Maricá 2006 (2020)
CODEMAR (2020)

Como se percebe, a área em verde musgo no mapa, corresponde às áreas rurais de Maricá, localizando-se primordialmente ao norte da Rodovia Amaral Peixoto, RJ-106. Sendo assim, as regiões apontadas pela presença da APL dos Pequenos Produtores é a mesma marcada como rural no referido mapa.

Como reforça Sochaczewski (2004):

“às margens e ao sul da Rodovia Amaral Peixoto, na direção das praias e lagunas, concentram-se as áreas urbana e de expansão urbana do município. Mesmo estas áreas ainda caracterizam-se pela baixa densidade populacional, embora toda a área passível de ocupação já esteja loteada. Na direção das serras, ao norte da estrada, ficam as áreas rurais e de preservação.” (Sochaczewski, 2004 pag.86)

Ademais, mesmo que a análise da localização dos pequenos agricultores se faça importante, só o balanço das atividades econômicas também se torna insuficiente para a definição de um território como rural, haja vista a forte presença da agricultura urbana na cidade. Com isso, deve-se entender esse novo rural sua população e território analisando prismas econômicos, sociais, políticos, estruturais, e culturais, com o fulcro de contemplar toda a complexidade que os permeia.

Nestes termos, foram usados os recortes espaciais supracitados como ponto de partida para a identificação das áreas rurais da cidade, entretanto, só através da perquirição de indivíduos inseridos nesses espaços que foi possível a comprovação do pertencimento dos mesmos a uma área rural.

Cumprir destacar, que ao contrário do que ocorre no mapa exibido na Figura 3, não há uma linha divisória entre o urbano e o rural, não há um território urbano cor creme que passa a ser verde musgo ao se adentrar no rural (alusão às cores escolhidas para a divisão espacial do mapa da Figura 3). O contexto espacial, visual, que separa urbano e rural como já discorrido no presente trabalho é cada vez menos perceptível. Para tal, considerou-se como rural um conjunto de aspectos, estruturais, econômicos e sociais, para a delimitação do recorte territorial do trabalho.

A menor densidade demográfica entre os bairros supracitados e os da faixa sul da Rodovia Amaral Peixoto, foi levado em consideração, juntamente com a clara mudança no tamanho das propriedades, outra característica inerente às áreas rurais, sendo a propriedade rural maior em termos de extensão do que a urbana, sobretudo por conta do tipo de atividade desempenhado.

Ademais, o desempenho da agricultura ou agropecuária, é um fator econômico importante utilizado para a atribuição de um território enquanto rural. Por fim, os fatores acima, somados ao sentimento de pertencimento e a relação com a terra inerentes à população rural, foram somados aos critérios já discorridos para se realizar a delimitação de forma mais correta.

Portanto ao se concordar com as áreas (bairros) delimitados como rurais, pela Figura 3, levamos em consideração uma gama de critérios, estruturais, econômicos mas sobretudo sociais, prestigiando da forma mais abrangente possível toda a

complexidade desse espaço tão importante. Assevera-se, que ao delimitarmos os bairros, não traduz que todo ele seja rural. Haja vista o crescimento do urbano da cidade, as faixas a norte da RJ106 mais próximas a rodovia já se apresentam como urbanas, desconfigurando as características acima percorridas para a definição de rural, entretanto, ao se adentrar nas localidades, percebe-se a predominância do rural na localidade. Por conta disso os bairros Espraiado, Caju, Pindobas e Retiro, foram os utilizados primordialmente para as pesquisas de campo, haja vista uma maior resistência quanto ao processo de urbanização.

Passado a delimitação do espaço rural na Cidade de Maricá, passa-se a análise dos indivíduos que nela ocupam, sendo eles tradicionalmente do rural, ou novos ocupantes deste território, correlacionando a doutrina especializada, aos dados obtidos em campo.

5. A MUDANÇA DE VIDA DOS NEO-RURAIIS MARICAENSES

Segundo Giuliani, o movimento de êxodo urbano acontece “quando as pessoas decidem não mais morar na cidade e não mais trabalhar só em profissões urbanas, resolvendo se mudar para o campo e trabalhar na agricultura ou na criação de pequenos animais”. Sendo assim, esse tipo de migração, expressa um processo único pautado em uma livre escolha em viver, ou reviver, valores específicos do mundo rural, advindo de uma análise crítica da sociedade urbana. (Giuliani, 1990, pág. 1)

Essa busca por qualidade de vida nas áreas rurais, no Brasil, tem suas dimensões ainda rasas haja vista a falta de estudo sobre o tema, mas pode-se perceber, em diversas regiões, um aumento expressivo desses novos atores rurais. Um dos principais estudiosos desse processo é Gian Mario Giuliani, que em sua pesquisa sobre a reprodução e ampliação das unidades produtivas capitalistas nas zonas rurais do Estado Fluminense, aponta para esse processo como o início de um novo rural.

Haja vista que poucos autores brasileiros se debruçaram sobre o assunto, se faz necessário uma análise da doutrina francesa, onde esse movimento demográfico é melhor delineado e mais profundamente estudado, permitindo assim, perceber melhor esse fenômeno cada vez mais presente em todo o Estado do Rio de Janeiro e sobretudo no Município de Maricá, com seus contornos, problemáticas e aspectos na reprodução social desses neo rurais.

Primordialmente, deve-se entender o que seria o neo-ruralismo. Nas palavras de Giuliani:

“Na prática, o neo-ruralismo expressa a idéia de que uma série de valores típicos do velho mundo rural, e que se pensava estarem em vias de extinção, passam por um certo revigoramento e começam a ganhar para si a adesão de pessoas da cidade. A volta às relações diretas com a natureza, a ciclos produtivos e tempo de trabalho mais longos e menos rígidos, ao ar puro e à tranquilidade, assim como o desejo de relações sociais mais profundas e, sobretudo, da auto-determinação, são as dimensões que atraem pessoas da cidade ao campo; assim como outrora as luzes da cidade atraíram a população do campo.” (Giuliani, 1990, pag. 1)

A doutrina francesa, ao analisar o neo-ruralismo, o entende como um processo crítico, capaz de causar uma ruptura em preceitos anteriormente definidos, pondo fim a dicotomia urbano x rural. Portanto, deixa-se de lado uma óptica reducionista, sobre o campo como um local atrasado, frente ao desenvolvimento da cidade, superando estereótipos e tendo uma nova visão sobre as práticas e formas de produção rural.

Em sua obra, Nallet e Servolim (1987) apontam a dicotomia presente nos clichês relacionados à caracterização do campo e cidade, enquanto um é atrasado e tradicional, o outro é moderno e desenvolvido. Os autores mencionam ainda um exemplo dessa contradição, como os estereótipos atribuídos a um indivíduo rural, como um homem ranzinza, resistente a mudanças, ao mesmo tempo que é livre, detentor do conhecimento autêntico, não capturado pelo consumismo. O homem rural até absorve alguns aspectos típicos do urbano, mas reafirma especificidades próprias do rural ao passo que valoriza sua qualidade de vida.

Esse processo de apropriação de especificidades do urbano, ao mesmo tempo que reafirma as tradições e particularidades do rural é um movimento típico desse neoruralismo. Há uma desterritorialização e reterritorialização do espaço rural, que acaba por transformar a maneira como os indivíduos habitam e produzem no campo.

Um exemplo disso é uma visão mais capitalista e empreendedora da produção. Trazendo uma lógica capitalista das cidades para o estilo de vida do campo, esses neo rurais se diferem dos rurais tradicionais, que muitas vezes tem dificuldade em romper com lógicas já prevalentes, como responde o Acessor da SECAPP (entrevistado nº 10) quando perguntado sobre as transformações trazidas por esses neo rurais na cidade de Maricá:

“Os produtores de Maricá, eles não veem a agricultura como um negócio. Eles cresceram ali. O meu avô fazia isso, o meu pai fazia isso, eu estou fazendo isso. A minha vida é acordar cedo, cuidar da plantação, um dia ir lá colher e vender para alguém. Eles não entendem que isso é um negócio. E a pessoa que vem de fora, ela já chega aqui e antes de plantar ela faz um plano de negócio. Então tem essa outra forma de ver a coisa. E estão passando para os outros. “

Os autores Eizner e Decourt (1983), ao estudarem a região norte da França, entendem o neoruralismo como uma resistência contra a degradação do trabalho e das

relações sociais urbanas, além de fazer frente à insaciável expansão do urbano e seu modo de vida.

Outro aspecto marcante do neoruralismo é a vontade de fazer manualmente as coisas, sendo este fator determinante para as atividades praticadas, o estabelecimento de relações sociais e formação da identidade desses neo-rurais. Ademais, há em seu cerne uma primazia pelo cuidado com a natureza e o estreitamento da relação com a terra que permeia todo o cotidiano dos indivíduos que buscam uma contínua autodeterminação quanto ao seu modos de vida. (Giuliani,1990)

Esta característica dos neo-rurais é algo muito marcante também na cidade de Maricá. A produção agrícola da cidade como um todo, prioriza um cultivo mais orgânico, sem o uso de agrotóxicos e privilegiando o agroecológico. Mas essa forma de produção é especificamente valorizada pelos produtores advindos das cidades. Como bem responde o entrevistado nº 9 (extensionista rural da EMATER de Maricá):

“A questão da agroecologia. Com certeza, isso aí é uma coisa que sobressai muito, né, porque eles já chegam com a consciência, eles não aceitam a condução dessas outras áreas, dessa forma de plantio e do cuidado dessas outras culturas da forma tradicional, né? Já vem ligado ao agrotóxico, a produtos químicos, a adubação química, o controle de praga através de química, então isso existe um... não sei nem te explicar, uma coisa que um lado atrapalha o outro, né? Apesar que marica toda não se utiliza muito agrotóxico, entendeu?”

Neste sentido, ao valorizar esses aspectos tradicionais da vida no rural, esses neo rurais acabam por repudiar dimensões próprias das cidades, como o ritmo acelerado de incessante produtividade, a fragmentação das relações sociais além da precariedade de tempo no cotidiano corrido do urbano.

Ao analisar as especificidades desses novos atores no campo, Giuliani (1990) traça um paralelo entre as características dos neo-rurais brasileiros, com os franceses. Em sua obra, o autor defende que, o processo de produção dos franceses é pautada de fato em um modelo produtivo familiar, enquanto os brasileiros ainda estavam presos a um arquétipo capitalista de produção, figurando portanto como meros capitalistas urbanos que fartos da cidade, migraram para o campo.

Ao contrário do autor, neste trabalho pude perceber um cenário muito mais complexo do que o defendido por ele. Ao se traçar um paralelo entre as pesquisas de campo e as doutrinas mais recentes, pode-se perceber que junto dessa decisão de mudança do urbano para o rural há uma série de valores e crenças que influem diretamente nessa migração.

Em análise das entrevistas, divergindo do pensado inicialmente por Giuliani, esses neo-rurais não seriam apenas urbanos inseridos no rural, mas sim agentes imersos, com objetivos e projetos pautados em um estilo de vida diferente do da cidade. Essa mudança baseia-se sobretudo na relação com a terra, onde valoriza-se o agroecológico, a sustentabilidade e a preocupação com o meio ambiente, para moldar as relações econômicas e sociais estabelecidas no campo.

Essa ideia foi reiterada durante as entrevistas realizadas, onde os entrevistados neo-rurais da cidade de Maricá todos relataram motivações ligadas a tranquilidade e a projetos de vida no campo de Maricá. O entrevistado número 1, que tem um apiário na cidade disse ter vindo para *“tentar ter uma vida melhor e fazer alguma coisa aqui em Maricá em função da natureza, em função das abelhas, que eu sou apaixonado por elas”*, enquanto, o entrevistado número 2, agropecuarista, disse ter vindo para o rural por conta da *“tranquilidade de Maricá”*.

Sendo assim, vê-se repetido nos processos de migração essa valorização da tranquilidade em detrimento de uma vida corrida que tinham no urbano e de um projeto de desenvolvimento de atividades típicas do rural, seja ela qual for, de abelha, gado até hortas agroecológicas.

Neste sentido, esses novos atores do rural acabam por se tornar importantes vetores no meio social rural, agindo diretamente no desenvolvimento local. Como disserta Vargas (2002):

“A práxis dos neo-rurais pode estar sempre contribuindo para alguma mudança significativa no plano social. Pode promover a reterritorialização; modificar a forma de habitação; configurar modelos alternativos de enfrentamento do caos urbano e da estagnação rural, se reconhecida pelos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável. “ (Vargas, 2002, pág. 28)

Há, portanto, uma integração dos neo-rurais no contexto sócio-político com os rurais tradicionais, o que acaba por gerar transformações institucionais dado um processo de descentralização e esforço para o alcance de modelos alternativos de produção. Em sua migração para o campo, esses novos agentes trazem consigo uma lógica capitalista, produtiva e intelectual, alterando as formas de trabalho, sobretudo reforçando uma pluriatividade já praticada no campo.

Essa integração local e sobretudo institucional, entretanto, não se dá de forma linear, e em alguns casos não ocorre como o esperado. Na pesquisa de campo, dois dos Neo-rurais perquiridos ao serem questionados sobre quem os auxilia em caso de alguma dúvida quando ao desempenho da agropecuária ou agricultura responderam que perguntavam aos “*mais sábios, antigos*” (entrevistado nº 2) e “*a pessoas que cultivam na região*” (entrevistado nº 3), ou seja, essa troca de saberes se dá de maneira constante em âmbito local, mas ao serem perguntados sobre os apoios institucionais, todos os entrevistados demonstraram certo nível de insatisfação, afirmando ou não terem apoio, ou que o apoio que tinham era insuficiente às necessidades da produção.

Neste contexto, a lógica que prevalecia a tempos atrás de um urbano dominante que atraía as massas começa a ser ultrapassada. O urbano, cenário de intensas transformações, começa a sofrer as consequências de um declínio, em contrapartida a um avanço tecnológico e uma valorização do campo, acaba por dispersar demograficamente as pessoas, alterando a lógica do fluxo populacional, que agora rumo para o rural. (Luis, 2020)

Langenbuch (1999), atribui essa mudança na lógica migratória do território a um movimento de contra-urbanização. Há, assim, um realce a diferentes meios de produção, tanto os agrícolas como os não agrícolas, evidenciando uma multifuncionalidade desses atores, que deixam as cidades numa busca por satisfação pessoal e melhora na qualidade de vida. (Cavaco, 1999)

Em sua obra “O fenômeno da contra-urbanização e seu estudo” (1999), o autor Juergen R. Langenbuch, cita Berry (1976), para descrever esse movimento de contra-urbanização como uma marcha de esvaziamento do espaço, de dispersão e consequente diminuição da densidade demográfica de uma localidade.

No caso apresentado neste trabalho, o neorruralismo seria um exemplo deste processo, no qual a sobrecarga sobre os centros urbanos acarreta uma mudança no curso populacional, dispersando indivíduos para áreas rurais em busca de uma melhor qualidade de vida, revalorizando aspectos intrínsecos ao campo, ressignificando-os e transformando-os sob a ótica desses novos atores.

Ao serem questionados sobre o que menos gostavam no urbano, os neo-rurais, entrevistado nº 1 disse a “*criminalidade*”, enquanto o nº 2 respondeu não gostar do “*estresse da cidade*”. É importante ressaltar que tanto os motivos que os fizeram migrar para o rural e deixar o urbano, estão sempre relacionados a questões pessoais e sociais, a projetos de mudança de vida, busca por mudar características intrínsecas ao cotidiano, e não à questões econômicas como defendido por Giuliani (1990).

O conceito de neorruralidade se refere a um movimento que não é necessariamente oposto ao êxodo rural, mas sim uma migração predominantemente urbana para áreas rurais. Embora a complexidade desse fenômeno seja reconhecida, ele geralmente está relacionado a um desencanto com as áreas urbanas, buscando no campo um ambiente mais pacífico e tranquilo. Nesse contexto, o termo Neo-rural é utilizado para identificar esses indivíduos, sem categorizá-los em termos sociais ou identitários, mas apenas como aqueles que se mudam dos centros urbanos para o campo. (Luis, 2020)

Essa categorização do movimento neo-rural, mostra uma deslinearidade nos contextos estudados quando comparados ao êxodo rural de outrora. Contrapondo as entrevistas realizadas, embora hajam muitas similaridades no processo de mudança, são histórias, motivações, contextos sociais e financeiros muito distintos. Dentre as histórias apanhadas nas entrevistas, encontra-se a do entrevistado nº 4, que oriundo do rural de Maricá, mais especificamente no bairro do Caju, decide por sair rumo a cidade, e após mais de 15 anos vivendo como cidadão resolve por regressar ao rural de maricá.

Quando questionado sobre a motivação de seu regresso ao rural de Maricá, o neo-rural respondeu que:

“Exatamente essa insatisfação com esse modus operandi que está disposto ai

pra gente, de mercado de trabalho, as relações de trabalho, as relações hierárquicas. Uma certa insalubridade que a gente pode ver em vários meios de trabalho. E essa possibilidade, essa luz, que foi a descoberta da minha parte pela agroecologia, eu trabalho com agrofloresta, agricultura sintrópica, regeneração e reflorestamento.”

Podemos, portanto, observar que o fenômeno da neorruralidade traduz um distanciamento do ambiente urbano. Nesse sentido, é importante destacar que esse fenômeno pode assumir diversas formas, dependendo dos modos de vida, motivações e desejos de cada indivíduo. Corroborando com a temática, o Extensionista Rural da EMATER, informante qualificado entrevistado nº 9, explana em sua entrevista sobre como percebe essa chegada de novos rurais em Maricá:

*“Rapaz, tem chegado muita gente, só que é uma produção bem diferente dessa produção tradicional, né, são pequenas áreas, né, alguns em quintais, outros em chácaras, né, faixa aí de 5 mil metros, 2 mil metros, 10 mil metros, então são pessoas que, por algum motivo, estão saindo do grande centro para, ou já tinham algumas propriedades aqui, ou estão comprando para **mudar a forma de vida**, né, alguma coisa nesse sentido aí. Alguns aposentados, ao mesmo tempo, alguns jovens que estão vindo para tentar fazer um trabalho diferente do que eles faziam lá no grande centro, ou buscar alguma alternativa, basicamente isso.”*

Neste cenário, pode-se evidenciar a existência de grupos heterogêneos de indivíduos, de diversas tipologias, vivências e experiências, que a depender do território e de como se dá essa interação campo x cidade pode alterar a lógica desse neorruralismo. Assim, propõe-se a seguir a análise de diversas tipologias por autores que se debruçaram sobre o assunto em diferentes países. (Roca, 2011)

Ao se analisar o cenário de Portugal, o que encontramos na bibliografia é a presença principalmente de duas categorias distintas de indivíduos. Por um lado, há aqueles que são aposentados ou quase aposentados e, de outro, há indivíduos mais jovens com melhor qualificação e espírito empreendedor. De forma geral, a sua mudança para áreas rurais está relacionada com a beleza natural da paisagem, bem como motivações ecológicas, desemprego ou aposentadoria, e a possibilidade de oportunidades de negócio mais alinhadas com questões ambientais, buscando um

maior envolvimento com a comunidade local.

Surpreendentemente, contrariando a crença anterior de que as áreas rurais eram valorizadas apenas por sua multifuncionalidade, são os aspectos relacionados à paisagem e tranquilidade que se destacam como motivos evidentes para o processo de migração portuguesa. (Roca, 1999)

A Espanha mostra similaridades com o processo vivido em Portugal, evidenciando também a forte presença de dois principais grupos: jovens de classe média e aposentados. Em relação aos indivíduos aposentados, estes escolhem os meios rurais como segunda residência e não para desenvolverem atividades profissionais.

Por outro lado, os jovens, com maior nível de educação e propensão para se envolverem com a comunidade, buscam estes espaços para adotar um estilo de vida menos consumista e com maior interesse nas questões ambientais. Além disso, Sancho (2013) aponta a existência de famílias compostas por casais com filhos pequenos, cuja procura pelos espaços rurais não está relacionada principalmente com trabalho agrícola, já que eles trabalham fora desses espaços.

Já na América do Sul, a Argentina vive um cenário bastante particular quanto a esse Neorruralismo. Em seus estudos, Alejandro Quiroz (2019), analisa os neo-rurais com base na ótica dos rurais tradicionais, categorizando os novos atores rurais sob uma visão de outros indivíduos. Embora o autor descreva uma gama maior de diversidades nesse contexto de migração para o campo, as motivações que propiciam essa mudança permanecem similares, tais como a melhora na qualidade de vida e proximidade da natureza.

Apesar de termos nos dedicado à diversidade de categorias de pessoas, é fato que a maioria delas busca não apenas uma forma de vida individual, mas também uma vida em comunidade, buscando uma percepção de "nós". Isso mostra que, apesar dessa diversidade, a sensação de pertencimento com o local e seus habitantes é vista como o objetivo final, no sentido que mesmo trazendo experiências e habilidades diversas, agora esses neo-rurais focam-se sobretudo em questões ambientais e sociais.

Ao questionar sobre uma tendência de persistência no rural por esses indivíduos recém chegados, o informante qualificado entrevistado nº 10, Assessor da SECAAP e um dos responsáveis pela Feira da Agricultura Familiar, acredita que:

*“sim. O estilo de vida. Todos eles, os que eu conheço, dizem não volto mais a morar no Rio, não volto mais a morar em São Gonçalo, Niterói, São Paulo. Tem uma menina que veio de onde? Goiânia, se não me engano. Por causa da **tranquilidade** de Maricá. Aí não tem muito a ver com o campo, tem a ver com a cidade em si. É um lugar que é tranquilo de viver, pode **criar os filhos com tranquilidade**, sistema de educação público que funciona. Eu sei que a minha filha na escola pública aprendeu melhor do que na escola particular que ela estava antes. Então essa sensação de **segurança, custo de vida**, por enquanto ainda está inferior ao Rio de Janeiro. Então são esses os motivos que as pessoas resolvem ficar. E porque elas moram no mato, não pegam **engarrafamento** também. Isso ajuda um pouquinho. Isso ajuda.”*

Portanto, ao tomarmos como comparação as motivações dos entrevistados neo-rurais e a percepção dos informantes qualificados, percebe-se uma diversidade de motivações, e justificativas pela mudança, dos mais distintos tipos de pessoa. Entrevistado nº 1, apicultor, 83 anos e aposentado; nº 2, agropecuarista, 34 anos e piloto de parapente; nº 3, 67 anos, lavrador e faz-tudo; e nº 4, agricultor, 28 anos, funcionário público. Diferentes idades, épocas de migração e motivação, mas todos em busca de um “projeto de vida” e pluriativos, e neste momento destaco a importância da pluriatividade para a persistência e desenvolvimento do rural, não só dos advindos do urbano, mas também os rurais tradicionais.

Sendo questionados sobre o grau de importância que atribuíam à pluriatividade para a persistência no rural, os entrevistados neo rurais em sua totalidade assentiram para a relevância do desempenho de atividades não agrícolas em concomitância as agrícolas para sua permanência no campo. Tendo o entrevistado nº 2 respondido que era “muito importante”, enquanto o entrevistado nº 3 atribuiu “total” importância.

Entre os entrevistados neo-rurais, outra unanimidade é quanto à destinação da renda da atividade não agrícola, sendo esta maior do que a obtida pela produção rural, acaba que parte desta é destinada para a continuidade da produção agrícola. Entretanto esta tendência não é exclusiva dos novos rurais, sendo um processo inerente também aos tradicionais. O rural tradicional, entrevistado nº 5, morador do bairro do Caju, vende

frango no centro da cidade de Maricá aos fins de semana, e diz destinar parte desta renda à sua plantação de cana e mandioca.

Outro aspecto importante abordado durante a pesquisa de campo é o nível de interação com o rural desses ex citadinos. Ao realizar questionamento como: “As suas principais amizades são pessoas locais ou vindas também de fora?” ; “Quais impactos acredita que exerce sobre o território rural e seus habitantes?” ; “Sente-se da terra? Veem-na/o assim?”; e, “Você julga que mudou seus hábitos depois da mudança para o rural? Se sim, quais hábitos e como mudou (os principais). O que se pretendeu foi entender o nível de interação desses recém chegados com o meio, além de entender como eles mudam e são mudados por essa inserção do rural.

Realizando um compilado e comparando as respostas, pode-se perceber que ao contrário do discorrido por Giuliani (1999), esses neo-rurais não cercam-se em suas bolhas, mas sim estão em constante troca com o lugar e com as pessoas que o ocupam, isso fica evidente quando perguntados “Quem é consultado quando se precisa de uma recomendação técnica? ”, os entrevistados n^o 2 e 3, responderam “os mais sábios, o antigo” e “outras pessoas que cultivam na região”, evidenciando a troca de saberes entre esses novos rurais e os tradicionais.

O entrevistado n^o 4, inclusive, por uma necessidade de mão de obra e sem condições financeiras de arcar com tal, realiza oficinas com os agricultores locais (tradicionais e neo-rurais), no qual ele ensina saberes voltados à agroecologia e agricultura sintrópica, utilizando sua própria produção para a prática. Sendo assim, os “alunos” o auxiliam na produção, em troca do conhecimento nas referidas áreas.

Essa troca acaba influenciando não só os indivíduos migrantes, mas também aqueles já inseridos no rural local. Ao chegarem com uma vivência diferente, com novas experiências e conhecimentos acabam por serem responsáveis por trazer para o território uma diversidade cultural e social, que, ao se unirem às já existentes, resultam em uma lógica única heterogênea, híbrida e miscigenada. Assim, mesmo que os Neo-rurais influenciem o espaço em que estão inseridos, essas lógicas são ressignificadas e transformadas quando traduzidas junto às culturas e tradições locais, ocasionando uma metamorfose única no espaço atingido pela junção dessas lógicas. (Carmo, 2009)

Em sua análise sobre a interação entre os agentes rurais tradicionais e neo-rurais, o respondente qualificado entrevistado nº 10 corrobora com o supracitado respondendo que:

“Existe no começo um certo afastamento, um estranhamento. O que esse cara está vindo lá de fora para fazer aqui no meu mato? Porque as pessoas se adoram. É o meu mato. O que ele está vindo de lá? Esse cara vai fazer o quê? Vai vir fazer barulho aqui? E aí depois as pessoas se conhecendo acabam uns ajudando os outros. Porque esse cara que veio de fora, que fez um curso lá em São Paulo, que aprendeu que tal coisa, chega aqui e nada daquilo funciona na prática aqui. Porque é outro solo, é outro clima. E aí o vizinho dá uma dica, o outro vizinho dá outra dica. E a coisa acaba funcionando. “

Portanto, essa miscigenação entre vivências e experiências dos rurais e neo-rurais acaba por ser benéfica, na medida em que a troca de saberes acaba por enriquecer e transformar o rural em que esses indivíduos estão inseridos, transformando-o.

Com um mesmo recorte territorial da presente pesquisa, Camila Quevedo (2018), tem como objetivo examinar a relação entre a dispersão populacional no município de Maricá e a chegada de novos residentes, sobretudo de classes mais altas advindas de outros municípios. Quevedo (2018) ao considerar as características socioeconômicas do grupo que estudou, em sua maioria famílias com certo recurso financeiro, identificou que aspectos como valor dos imóveis e custo de vida foram considerados secundários. Objetivando entender as motivações dessa migração e sua localização específica dentro do território da cidade, a autora pôde perceber que a “qualidade de vida”, simbolizava a principal motivação dos grupos estudados para se mudarem para Maricá. Neste sentido, essa migração seria quase como chegar a um “espaço mítico”, num ideal de não urbano, que possibilitasse uma maior relação com a terra e a natureza, num estilo de vida mais devagar e tranquilo fora dos centros urbanos.

Mesmo que seu escopo de estudo não seja a migração específica para as áreas rurais, faz-se importante a exemplificação que determina um padrão da saída desses atores dos centros urbanos, como um processo que se repete no encadeamento decisivo para um êxodo urbano. Conforme se pôde destacar também nas entrevistas,

esse caráter subjetivo de fuga das cidades, de mudança no estilo de vida e sobretudo na relação com a natureza está intrínseco nos neo-rurais, e de certa forma é um fator vital no estabelecimento das relações entre esses novos atores e os rurais já estabelecidos.

Já com um panorama geral sobre esse neorruralismo e uma análise doutrinária sobre sua definição e características em diferentes territórios, faz-se importante a análise das entrevistas de campo, a fim de caracterizar de forma mais precisa o cenário vivido no rural maricaense. O pretendido com isso não é uma demonstração final ou estabelecer uma conclusão única sobre o neorruralismo na cidade de Maricá, mas sim poder ter uma noção das perspectivas, das óticas subjetivas dos atores que agem no rural do município de como se dá esse processo.

Assim através do paralelo entre três tipos de agentes distintos (informantes qualificados, rurais tradicionais e neo-rurais), buscou-se discutir a percepção desses neo-rurais inseridos no campo de Maricá, sua interação com o meio que o cerca, os impactos trazidos por essa mudança, suas motivações e aspirações, além de traçar um paralelo com a experiência dos rurais tradicionais do território..

Compilando as repostas, e contrapondo-as ao estudo doutrinário sobre o assunto pôde-se chegar a alguns panoramas, importantes para caracterizar o rural de Maricá enquanto paciente desses neo-rurais

Primeiramente, ao analisar a trajetória de vida dos entrevistados, como já discorrido anteriormente, há uma diversidade em relação aos grupos sociais e estilos de vida, ou seja, não há um modelo específico de pessoas que rumam para o rural, sendo suas experiências pessoais e profissionais importantes vetores nesse processo. Essa subjetividade se insere tanto nas motivações pré-mudança, quanto na forma de interação com esse novo território.

Neste sentido a condição financeira que detinha, os valores e práticas, são aspectos que embora distintos para cada entrevistado, podem influir diretamente na motivação do êxodo urbano, além de determinarem de certa forma a interação com a comunidade local e com os rurais tradicionais, a medida que, por exemplo, um neo-rural com menos recursos financeiros acaba por necessitar mais de auxílios

institucionais da cidade, trazendo-o para perto de outros agente em similaridade de condições, aumentando o nível de interação do mesmo com a rede de apoio local.

Exemplo do entrevistado nº 1, que aposentado e sem recursos para um maior investimento na comercialização, acaba por ficar dependente das feiras realizadas pela SECAAP para a comercialização do mel que produz.

Ao conversar com os informantes qualificados das 3 principais instituições inseridas no rural de Maricá (SECAAP, EMATER e COOPERAR), os entrevistados relataram a questão técnica, operacional e de comercialização como as principais dificuldades desses neo-rurais, enquanto os novos rurais relatam falta de apoio governamental com questões operacionais e comercialização como os principais problemas. Mesmo na concordância quanto a falta de apoio na operacionalidade das produções e a dificuldade de comercialização, o município tem problema em tomar medidas efetivas para sanar esse tipo de problemática.

Nas entrevistas com os rurais tradicionais, em sua maioria relatam problemas com as políticas agrícolas locais, sobretudo na falta de assistência com maquinário e comercialização. Como exemplo deste cenário, pode-se citar a experiência do entrevistado número 7, produtor de banana, aipim e frutíferas, residente da área rural do espraído, também atua como professor em uma escola da cidade.

Por conta da profissão de professor encontra uma maior facilidade em ingressar no contexto político institucional na cidade, tendo uma maior abertura nas instituições públicas. Ao ser perguntado se acha-se contemplado pelas políticas locais, respondeu que “sim, até porque são poucas”, corroborando com a escassez de apoio, mesmo tendo acesso a ele.

Ademais, ao ser perguntado sobre quais melhorias acredita serem necessárias para o desenvolvimento rural da cidade, o entrevistado afirmou que:

“Primeiro é expandir essa questão de políticas públicas como um todo, não só para o pequeno produtor. E em segundo seria o mercado produtor, que não tem como você produzir se você não sabe onde coloca pra vender. Eu acho que a questão da logística do escoamento.”

Numa visão geral com a pesquisa de campo, pode-se perceber que as políticas públicas locais estão mais voltadas para o auxílio educacional como a instrução e formação de agricultores urbanos, sobretudo com o viés agroecológico. Neste sentido, percebe-se o ente público municipal se aproximando muito mais do urbano, desprestigiando os produtores rurais que dele necessitam.

Corroborando para isso a seguinte reportagem:

*“O prefeito de Maricá, Fabiano Horta, embarcou para a Europa no último sábado, 17, após receber um convite da Embrapa para conhecer **programas e políticas de alimentação urbana** e também para mostrar as experiências desenvolvidas em segurança alimentar na cidade maricaense.*

[...]

*Vale lembrar que, o município maricaense se tornou **referência mundial em agroecologia e agricultura urbana** com as recentes participações em eventos internacionais em 2022, como o 8º Fórum Global do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão, realizado em outubro no Rio de Janeiro, e a Conferência da ONU de Mudanças Climáticas, que ocorreu em novembro, no Egito.”*

(Maricá: Fabiano Horta viaja para missão de segurança alimentar na Europa. Lei Seca Maricá. Maricá, 20/06/2023, disponível em: <https://leisecamarica.com.br/noticia/48009/marica-fabiano-horta-viaja-para-missao-de-seguranca-alimentar-na-europa?fbclid=IwAR1ww-D0TBJ-sdJCOkNv2f5z17VC8PsbVB7SP3rWv87xzgKBEPDHHveXkCc>)

Esse desencontro institucional se dá também quando comparamos os questionários obtidos com os neo-rurais e rurais tradicionais. Enquanto os neo-rurais mostram-se mais alheios às políticas locais, respondendo de forma positiva ou indiferente quando perguntados se “sentem-se contemplados com as políticas públicas locais” (reflexo de muitos possuírem recursos financeiros, dependendo menos do auxílio público), os rurais tradicionais mostram-se mais indignados com a falta de apoio público. Sendo assim, pode-se evidenciar uma necessidade de aproximação do Município com os produtores rurais a fim de alocar melhor os recursos públicos e direcionar de forma mais efetiva as políticas públicas para o campo de Maricá.

Ressalta-se que, mesmo com uma vasta gama de vivências e experiências completamente distintas sobre esses ex-urbanos, ecoa quase como uma voz uníssona a vontade de “ter mais qualidade de vida”, como a principal motivação para rumar ao

rural.

Inseridos no rural da cidade de Maricá, esses indivíduos dispersam-se pelo território municipal, mesmo podendo traçar uma faixa, qual seja a área norte da rodovia Amaral Peixoto, como as principais áreas rurais da cidade, pelo vasto território da cidade, não pode-se traçar uma localidade específica que aglomere esses novos rurais. Nesse sentido, os neo-rurais ocupam o território rural espalhado pelo território tal qual o agricultor tradicional, usufruindo das mesmas condições, benefícios e malefícios (mesmo que em escalas diferentes).

Neste sentido, pensando em escalas distintas de interação e de dificuldades que se depreende talvez a principal diferença a nível de apoio institucional à produção entre os neo-rurais e os rurais tradicionais. Por trazerem consigo uma outra experiência, com bagagens intelectuais maiores e formas de pensar diferentes, esses novos atores do campo buscam muito mais o apoio das instituições que atuam na cidade, com especial destaque para a SECAAP, EMATER, CODEMAR e UFRRJ. Com isso, tem mais êxito na obtenção de auxílio, como cursos, materiais, maquinário, dentre outros, que facilitam a inserção desses atores no meio rural.

Em contrapartida, os rurais tradicionais encontram mais dificuldades de inserir-se no contexto político local, quase que esperando que as instituições se dirijam às suas propriedades e indo até eles, busquem prestar auxílio. Isso é uma reclamação geral entre os produtores tradicionais, sobretudo os de menor porte que esperam pela ajuda e quando buscam, muitas vezes encontram dificuldades, haja vista o ambiente político do município não ser o mais ideal.

Esse nível de relação dos produtores com as instituições públicas, acabou por influir diretamente no nível de interação estes e outros agentes rurais, tradicionais ou neo-rurais, tendo em vista que a dependência dessa rede de apoio acaba por entrosar seus componentes, promovendo uma certa sensação de pertencimento a esse grupo. Entretanto, aos que permanecessem distantes dessas redes de apoio institucionais, acabou por se mostrar mais alheios ao meio, fechados em suas “bolhas”, como o entrevistado nº 2 que afirma não ter nenhum tipo de participação ou desejo de envolvimento local.

Outro ponto importante a ser destacado é o exercício da pluriatividade por esses indivíduos. A pluriatividade mostra-se como uma alternativa quase unânime aos produtores rurais, seja no trabalho autônomo ou de carteira assinada para o complemento da renda, seja por aposentadoria, ou já tendo um emprego principal e desempenhando a produção rural secundariamente, o desempenho concomitante entre atividades agrícolas e não agrícolas é comum entre os entrevistados.

Neste caso, assevera-se certa distinção que merece menção, enquanto os neo-rurais já tinham outros trabalhos, e formações, e continuam as exercendo após a mudança para o rural, os rurais tradicionais de certa forma trabalham em empregos não agrícolas como forma de manutenção da produção, havendo muitos relatos da problemática de escoamento do produto e dificuldade de comercialização, que acaba por reduzir os lucros daquele que produzem no rural de Maricá.

Mesmo sendo importantes para a averiguação das semelhanças e distinções, e facilitando a compreensão desses indivíduos sobre outras óticas, questionamentos como tamanho da propriedade e renda obtida ficam em segundo plano ao escopo principal de compreender essa mudança e as transformações trazidas por esses neo-rurais.

Neste sentido que se pôde evidenciar ao longo de todo o trabalho um padrão motivacional, mas uma perspectiva futurista não tão linear, o debate sobre a urbanização do rural ainda permeia a análise, e posicionamentos conclusivos que refutem de pronto o argumento são precipitados. Mas com a pesquisa de campo, pôde-se perceber uma certa aversão pelo urbano, as demandas dos atores que ocupam o espaço não são por urbanização, são por apoio, instrução, revalorização de uma produção esquecida por muitos anos.

O rural da cidade ainda é muito importante para grande parcela da população, que vive um “estilo de vida”, que ocupa, interage, troca e respira o campo, se sentindo pertencentes. Mesmo os neo-rurais falam como se sempre fossem dali, demonstrando uma vontade de se perpetuar no território, integrando-se ainda mais às comunidades locais.

Portanto, mesmo que com um recorte numérico pequeno, o que pode-se

depreender da pesquisa é um rural em reestruturação, com problemas e benefícios, mas que demanda permanecer rural. A distinção entre esses neorurais e os tradicionais em pouco altera a lógica e os discursos praticados por esses atores, que entendem de forma similar o território em que estão inseridos, e que estão dispostos a lutar por ele, revalorizando-o e ressignificando-o sempre pacientes de um urbano que pode até tentar, mas nunca tomará o rural.

6. CONCLUSÃO

Como parte de uma dissertação de mestrado, esta pesquisa teve um escopo limitado no tempo e tamanho, o objetivo não era produzir conclusões gerais ou extrapolar os resultados para a população em geral. Além disso, adotou-se uma abordagem qualitativa, que desde o início enfrentou certa dificuldade em recrutar participantes para o estudo e resistência do auxílio de determinadas instituições.

Ademais, também não se tinha a intenção de estabelecer verdades absolutas ou encontrar consensos sobre os temas abordados. Na verdade, o objetivo era obter testemunhos reais que abrangessem opiniões, percepções e sentimentos sobre os diversos assuntos discutidos durante as entrevistas, que envolviam, sobretudo, o pertencer ao espaço rural.

Outra intenção, era adquirir um maior entendimento sobre como os territórios rurais são desenvolvidos e percebidos por indivíduos diversos e com experiências pessoais distintas, determinando se essas percepções eram semelhantes ou distintas e o que as diferenciava. Com base nisso, apresenta-se no trabalho conclusões gerais, levando em consideração as informações coletadas na análise das entrevistas, buscando conectar esses dados com as análises bibliográficas e da doutrina especializada.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, tanto na revisão da literatura quanto na análise dos dados de campo, ficou evidente que a jornada de transição do urbano para rural permeia debates muito mais abrangentes do que simplesmente uma mudança geográfica. Portanto, desde a compreensão das transformações pessoais e profissionais até o engajamento com a comunidade local, constata-se que esse movimento está alinhado a uma dinâmica distinta daquela ocorrida no êxodo rural.

Considerando todas as informações coletadas ao longo da pesquisa, reafirma-se questões pessoais, sobretudo a aspiração por uma “qualidade de vida” e a relação homem terra como agentes motivadores dessa transição. Dessa forma, cada trajetória é única em seus diversos aspectos, mesmo que em meio a diversidade de vivências haja certa similaridade nos processos.

Nesse sentido, assevera-se o processo de adaptação dos neo-rurais como um

fenômeno ímpar para o desenvolvimento social e a forma de influência que este terá no meio, seja agindo como um agente transformador inserido e transformado pelas lógicas locais, seja alheio ao território como um bolha social. Portanto, enfatiza-se que esse fenômeno é social e deve ser compreendido e interpretado com base nas experiências de vida dos indivíduos, bem como nas estruturas sociais que influenciam suas experiências de mudança.

É de suma importância explorar esse tipo de mudança de maneira abrangente, considerando diferentes significados e possibilidades, analisar as perspectivas de desenvolvimento que se concentram na coletividade social, abordando essas questões sobre diferentes prismas: econômico, social, cultural. Com isso, as pesquisas de campo não objetivaram trazer verdade absolutas e únicas sobre esse movimento, mas sim entender o atual momento do rural da cidade de Maricá, sobre a ótica de diferentes atores no que tange esse neorruralismo crescente não só na cidade, mas em um movimento global.

Os neo-rurais possuem uma habilidade única para impulsionar o desenvolvimento local. Sua participação no âmbito institucional fortalece a contribuição do capital intelectual no processo de desenvolvimento sustentável, atuando como importantes atores nesse tipo de progresso. Ao estabelecerem suas atividades produtivas em determinado território, os neo-rurais geram empregos, capacitam, promovem questões ambientais e incentivam o desenvolvimento local. Dessa forma, eles atuam como catalisadores e aceleradores do crescimento social e econômico do município.

Instituições como a EMATER, a UFRRJ, a CODEMAR e a própria Secretaria de Agricultura, agem diretamente na questão de capital intelectual dos produtores locais, fomentando o estudo técnico e assessorando os produtores locais, entretanto deixam a desejar em assuntos vitais como auxílio no escoamento da produção, facilitando a venda dos produtos e na falta de apoio instrumental, com maquinário.

Outra questão nessa política desenvolvida pelas instituições de apoio é a restrição de seu alcance, que ainda se limita a uma pequena parte de produtores mais inteirados e próximos do meio político local, ademais os neo-rurais por trazerem uma bagagem intelectual maior acabam por ter mais facilidade na procura por cursos e êxito

na obtenção de auxílios desses órgãos.

Falta muito ao município de Maricá uma disseminação dos projetos já existentes de forma a abarcar globalmente os produtores rurais da cidade. Outra grande questão do Município é o seu foco na agricultura urbana, que acaba por desprestigiar os produtores inseridos no rural, que acabam muitas vezes escanteados pelo poder público.

Inseridos no rural de Maricá, esses novos atores rurais demonstram satisfação quanto ao objetivo quase que comum reafirmado durante toda a pesquisa, a tão sonhada “qualidade de vida”. Neste sentido, a relação com a terra, a revalorização do socioambiental e a busca por relações sociais mais profundas acaba por sobressair ao aspecto econômico, deixando de lado elementos típicos do desenfreado capitalismo urbano, como a busca de lucro incessante e imediato em detrimento de um estilo de vida mais simples e calmo.

Esse neo-ruralismo, portanto, constrói-se através de valores rurais positivos, como: a valorização da natureza, um cotidiano mais tranquilo, o prazer no desenvolvimento produtivo, uma vida mais calma e relações sociais mais sólidas. E a aversão a valores urbanos negativos, como: a violência das cidades, correria dos grandes centros, a fluidez das relações e uma lógica capitalista sufocante.

Neste sentido, é pertinente ressaltar a importância da qualidade das relações estabelecidas e do social para o “sucesso” não só da produção, mas do estabelecimento dessa migração para o rural. Assim, os neo-rurais acabam por desempenhar um papel pessoal no ambiente laboral, no sentido em que o trabalho confunde-se com o lazer, encerrando com a dicotomia tempo útil (de trabalho) x tempo ocioso (de descanso). Eles expressam satisfação por terem escolhido um estilo de vida mais harmonioso, como se a mudança para o campo fosse também uma decisão de mudança ideológica desses indivíduos.

Por fim, após a presente pesquisa mostra-se vital destacar as diferenças observadas em relação ao ilustríssimo trabalho de Giuliani (1990) que enxerga o neorruralismo como “um novo estilo de velhos modelos”. O que se pôde evidenciar, em verdade, é que esses neo-rurais de Maricá agem de forma única, inovando e

transformando o espaço em sua trajetória de êxodo urbano. Eles acabam por reviver sim práticas inerentes ao campo, mas transformando-as segundo suas lógicas, ressignificando e modificando práticas típicas dos rurais tradicionais.

Um aspecto individualista e segregado, narrado pelo autor supracitado, dá lugar a um maior engajamento e aproximação dos atores locais, em uma participação comunitária maior e o estabelecimento de redes entre esses diferentes atores. Há uma valorização sobretudo de um desenvolvimento rural sustentável, a busca por produções agroecológicas e de preservação ambiental que acaba por contaminar e disseminar ideias, estimulando a prática no território.

O êxodo urbano e o estabelecimento desses neo-rurais no município de Maricá evidenciam o potencial de desenvolvimento da produção rural municipal, que para muito além de uma alternativa econômica importante, mostra-se como um ativo social muito grande para a cidade, agregando e unindo pessoas através de um estilo de vida próprio, capaz de transformar, valorizar e acima de tudo evidenciar uma alternativa que contraponha o já desgastado urbano.

7. BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo - Texto para discussão No 702. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. Economia aplicada, v. 4, n. 2, abr-jun de 2000, p. 379-397.

ALENTEJANO, P.R. A evolução do espaço agrário fluminense. GEOgraphia, ano 7, n. 13, 2005.

AZEVEDO, Nuno. (2010). Tempos de mudança nos territórios de baixa densidade: as dinâmicas em Trás-os-Montes e Alto Douro Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

BANDEIRA, Alexandre Eslabão. Geografias invisíveis: Uma reflexão epistemológica sobre a Consciência da realidade diante de pesquisa-ação sobre o movimento novos rurais em Portugal/Brasil». XIV colóquio ibérico de geografia, 2014.

Berry, Brian J. L. (1976), Urbanization and Counter-urbanization, Londres, Sage.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, 25 out. 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm . Acesso em: 12 março. 2023.

CARMO, R. (2009), A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação, Sociologias, Porto Alegre, ano 11, no 21, pp. 252-280.

CARNEIRO, M. J. et al. Campo aberto, o rural no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 1998.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. Trabalho apresentado no I colóquio agricultura familiar e desenvolvimento rural. Porto Alegre: GEPAD/PGDR/ UFRGS. 2005

CASSIOLATO et al. Proposta para o desenvolvimento do sistema produtivo e inovativo de Maricá. Diagnóstico e plano de desenvolvimento para os sistemas produtivos e inovativos de agricultura familiar e orgânica e da atividade pesqueira de Maricá. 2020.

CAVACO, C. (1999): "O Mundo Rural Português: Desafios e Futuros?", in: CAVACO, C. (Coord.) Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia, pp. 135-148.

CHOAY, Françoise. O reino Urbano e a morte da cidade. Projeto História, São Paulo, v. 18, p. 67-89, 1999. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10977/8097> . Acesso em: 12 março 2023.

CONTI, D. T. Estudo dos fatores de influência na migração rural/urbana no município de Horizontina. (Ciências Econômicas). Trabalho de Conclusão de Curso, FAHOR – Faculdade de Horizontina. Horizontina, RS, 2012.

EIZNER, N., HERVI, B. Anciens paysans nouveaux ouvriers. Paris: L'Harmattan. 1983.

FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (Orgs.). O Espaço e a metropolização: cotidiano e ação. Rio de Janeiro: Consequência, p. 443- 486, 2017.

FULLER, A. M. & BRUN, A. "Social-economic aspects of pluriactivity in Western Europe", in Rural Change in Europe, Arkleton Research, second review meeting, Waldkirchen, 18-21 set., pp. 147-167. 1988

GRAZIANO DA SILVA, Jose. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: Editora UNICAP, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, Jose; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. O Novo Rural Brasileiro. Projeto Rurbano. UNICAMP- São Paulo. 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. O Novo Rural Brasileiro. Oficina de Atualizações: Ocupações Rurais não Agrícolas, 1998, p. 165-173. Disponível em: http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/novo_rural_br.pdf

GIULIANI, Gian Mario Neoruralismo: um novo estilo dos velhos modelos. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 14, ano 5, 1990.

HEY, A.P.; CATANI, A.M. Reprodução social. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/176-1.pdf>

HOLZER, Werther; BAHIENSE, Marcos de Castro. Atlas Maricá. Trabalho apresentado na semana de monitoria da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.

HOLZER, Werther; SANTOS, Camila Quevedo dos. Notas sobre a dispersão urbana: exemplo de Maricá, RJ. In: COSTA, Maria de Lourdes.; SILVA, Maria Lais Pereira da. (orgs). Produção e Gestão do Espaço. Niterói: FAPERJ/Casa 8, 2014. p. 279- 294.

IBGE. Censo Demográfico-Brasil: 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.. Censo Agropecuário 2017 - Resultados Definitivos. 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 10 fevereiro. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010 – Resultados Definitivos. 2012. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>>. Acesso em: 21 maio. 2023.

LANGENBUCH, Juergen Richard. O fenômeno da contra-urbanização e seu estudo. Revista Geografia. Rio Claro, Vol. 24(1): 27-84, abril 1999.

LUIS, Ana Carolina Cardoso. Regresso ao campo: quem são os “novos rurais?”. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação Empreendedorismo e Inovação Social da Universidade Beira Interior. Alvides A. Monteiro, orientador. Portugal, 2020.

MARAFON, José Gláucio. Transformações no espaço agrário fluminense. Universidade de São Paulo. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. 2005

MARAFON, G. J. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo: reflexões a partir do território fluminense. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, 1(1): 17-40. 2006.

MARAFON, Gláucio José; SILVA, Eduardo Sol O. Da. A Agricultura Familiar no Estado do Rio de Janeiro. II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Mestrado e Doutorado Santa Cruz do Sul, RS – Brasil - 28 setembro a 01 de outubro. 2005

MARAFON, G. J; RIBEIRO, M. A. (org.). Revistando o território Fluminense II. Rio de Janeiro: Gramma, 2008.

MARAFON, G.J., and RIBEIRO, M.A. orgs. Revisitando o território fluminense, VI [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017, 366 p. ISBN: 978-85-7511-457-5. <https://doi.org/10.7476/9788575114575>.

MARICÁ. Prefeitura Municipal. Lei Complementar 157, de 19 de março de 2007. Dispõe sobre o Plano de Diretrizes Urbanísticas de Maricá. Maricá, 2007. Disponível em: https://www.marica.rj.gov.br/wp-content/uploads/2022/08/lei_complementar_n_157_pdu.pdf. Acessado em, 15 de maio de 2023.

MARICÁ: Fabiano Horta viaja para missão de segurança alimentar na Europa. Lei Seca Maricá. Maricá, 20/06/2023, disponível em: <https://leisecamarica.com.br/noticia/48009/marica-fabiano-horta-viaja-para-missao-de-seguranca-alimentar-na-europa?fbclid=IwAR1ww-D0TBJ-sdJCOKNv2f5z17VC8PsbVB7SP3rWv87xzgKBEPDHHveXkCc>

NALLET, H.; SERVOLIN, C. Agricultura, un settore particolare? Il caso della Francia. La questione agraria. Milano, n°10, 1987.

NEY, V.S.P. Atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural do estado do Rio de

Janeiro. Tese (Doutorado em Produção Vegetal) – Universidade estadual do Norte Fluminense, 2010.

NOGUÉ I FONT, Joan (2012), “Neo-ruralism in the European context: Origins and evolution”, in Resina, Joan R., & Viestenz, William (eds.), *The New ruralism: An Epistemology of Transformed Space*, Madrid, Iberoamericana Editorial Vervuert, pp. 28-41.

PEREIRA, V. S. N. PONCIANO, N. J.; NEY, M. G.; CAROLINO, J. Transformações no meio rural fluminense: uma análise das características demográficas dos domicílios. In: 51o Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Belém, 2013.

PONTE, Karina Furini da. (Re) pensando o conceito de rural. *REVISTA NERA* - ANO 7, N. 4 – JANEIRO/JULHO DE 2004.

QUEVEDO, Camila Lugaridade dos espaços públicos das cidades em expansão: o caso Maricá, RJ / Camila Quevedo ; Werther Holzer, orientador. Niterói, 2018.

QUIRÓS, J. (2019), Nacidos, criados, llegados: relaciones de clase y geometrías socioespaciales en la migración neorrural de la Argentina contemporánea, *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía* 28 (2), pp. 271-287.

RIBEMBOIM, J. & MOREIRA, F. G. L. O fenômeno da “chegada urbana” em contraponto ao do “êxodo rural”. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu- MG, Brasil. 2008. Disponível em: <
<https://www.yumpu.com/pt/document/view/12939892/o-fenomeno-da-chegadaurbana-em-contraponto-ao-do-exodo-rural>> Acesso em: 11 maio 2023

ROCA, M. (1999), Migração de regresso e desenvolvimento rural sustentável: um estudo de caso no Alto Minho, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova de Lisboa, pp. 33-50.

ROCA, Maria. (2011). Os Novos Rurais da Beira Interior: (Potenciais) Agentes de Desenvolvimento Local. Paper presented at the Seminário Ibérico "Combate à

desertificação, abandono rural e despovoamento - intervenções raianas", Idanha-a Nova.

ROCA, M. (2011) Os Novos Rurais da Beira Interior: (Potenciais) Agentes de Desenvolvimento Local, Comunicação apresentada no Seminário Ibérico "Combate à Desertificação, abandono rural e despovoamento – intervenções raianas", painel – Investigação e Desenvolvimento sobre a Raia, Idanha-a-Nova, 20 e 21 de Janeiro de 2011.

RUA, João. Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades. Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v.1, n1, p. 82-106. 2006.

RUA, J. . Relações cidade-campo e urbano-rurais: rerepresentando as urbanidades no rural como elementos constitutivos do espaço em metropolização. Geographia (UFF) , v. 22, p. 203-216, 2020.

RUA, João . URBANIDADE, URBANIDADES, URBANIDADES NO RURAL: uma construção para melhor compreender a unicidade do espaço geográfico. In: Alvaro Ferreira; João Rua; Glaucio José Marafon; Augusto César Pinheiro da Silva. (Org.). METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO, GESTÃO TERRITORIAL E RELAÇÕES URBANO-RURALS. 1ed.Rio de Janeiro: CONSEQUÊNCIA, 2013, v. 1, p. 383-408.

RUA, João. A complexa simultaneidade da integração e distinção entre o urbano e o rural: retomando um debate no espaço de metropolização no estado do Rio de Janeiro. Revista do Departamento de Geografia da PUC-Rio, Rio de Janeiro - RJ. Ano 4, nº 7. 2011.

RUA, João. Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades. Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v.1, n1, p. 82-106. 2006.

RUA, João A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. Revista da Anpege, Fortaleza, ano 2, n. 2, 2005. p. 45-66.

RUA, João. As crises vividas pelo estado do Rio de Janeiro e a emergência de novas territorialidades em áreas rurais. IN: Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária. Rio de Janeiro:EDUERJ, 2007.

SAKAMOTO,Camila Strobl; NASCIMENTO,Carlos Alves; MAIA, Alexandre Gori Maia. As Famílias Pluriativas e Não Agrícolas no Rural Brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda. Revista de Economia e Sociologia Rural. vol.54, n3, p.561-582, 2016.

SANCHO, J. (2013), El neorruralismo, un fenómeno revitalizador en los pueblos, La Vanguardia, Revista, online, em <https://www.lavanguardia.com/vida/20130526/54373716224/fenomeno-neorrural-campo-ciudad.html>. Acessado em 20/03/2023.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. Revista de Economia Política, vol. 30, no 3 (119), pp. 511-531, julho-setembro/ 2010.

SCHNEIDER, Sergio. O Desenvolvimento Agrícola e as Transformações da Estrutura Agraria nos Países Desenvolvidos: a pluriatividade. REVISTA REFORMA AGRARIA, ABRA, Campinas, v. 24, n. 03, p.106-132, 1994.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. In.: BOTELHO FILHO, Flávio. (orgs). Agricultura familiar e desenvolvimento territorial – contribuições ao debate. Universidade de Brasília: Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares. V. 5. N. 17, 2005. p. 23-42.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre, 2.ed., Poto Agre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e pluriatividade. In: A pluriatividade na agricultura familiar [online]. 2nd ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Estudos Rurais series, pp. 73-108. ISBN 978-85-386-0389-4. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/b7spy/epub/schneider-9788538603894.epub>

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no sul do Brasil. Editora da UFRGS, Estudos sociedade e agricultura. Rio de Janeiro, RJ. N. 16, 2001, pag. 164-184. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/149043>

SCHNEIDER, Sergio. O Desenvolvimento Agrícola e as Transformações da Estrutura Agraria nos Países Desenvolvidos: a pluriatividade. REVISTA REFORMA AGRARIA, ABRA, Campinas, v. 24, n. 03, p.106-132, 1994

SOCHACZEWSKI, Jacques. Contexto do desenvolvimento adotado pelo município de Maricá, RJ. Dissertação de Mestrado Instituto De Geociências Pós-Graduação Em Ciência Ambiental – UFF. Tânia Guimarães Santa-Rita, orientadora. Niterói, 2004.

SOUZA, Raquel. O desenvolvimento rural no estado do Rio de Janeiro a partir de uma análise multimensional. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 57, Nº 01, p. 109-126, Jan./Mar. 2019

SOUZA, M; Souza. R. O DEBATE BRASILEIRO SOBRE PLURIATIVIDADE: IMPLICAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS. Porto Alegre - RS. XL Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural . 2008. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/109203/>

SOUZA, Paulo Marcelo de; SOUZA, Hadma Milaneze de; FORNAZIER, Armando; PONCIANO, Nivaldo José. Análise regional da produção agropecuária do Rio de Janeiro, considerando-se os segmentos familiar e não familiar. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 27, n. 3, p. 645-670, out. 2019.

SOUZA, P. M. de; NEY, M. G. & PONCIANO, N. J. Evolução da distribuição dos financiamentos do PRONAF entre as unidades da federação, no período de 1999 a 2009. Rev. Bras. Econ. [online]. 2011, vol.65, n.3, pp. 303-313.

SOUZA, Raquel Pereira; SOUZA, Marcelo Santos. O debate brasileiro sobre pluriatividade: implicações sobre o desenvolvimento rural e as políticas públicas. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas. In: REIS, Nestor Goullart (org). Sobre dispersão urbana. São Paulo: Via das Artes, 2009. p. 35-54.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. A evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural fluminense nas décadas dos anos oitentas e noventas. In: Clayton Campanhola e José Graziano da Silva. (Org.). O Novo Rural Brasileiro: Uma Análise Estadual Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Jaguariúba, SP: Embrapa Meio Ambiente, 2000, v. 3, p. 119-150.

TRIMANO, Luciana Geraldine. O que é a neo-ruralidade? Reflexões sobre a construção de um objeto multidimensional. *Territ.* [online]. 2019, n.41, pp.119-142. ISSN 0123-8418.

VARGAS, Yara Tarragó. Os neo-rurais: capital humano estratégico de mudanças. Dissertação de Mestrado em Administração Pública. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16956>> Acesso em: 20 março. 2023.

VEIGA J.E. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: Convênio CNDRS, MDA, NEAD, 2ª reimpressão. Texto para Discussão nº 01, 2001.

VEIGA, J.E. Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas-SP: Editora Autores Associados. 2002

WOODS, Michael. Rural Geography. London:SAGE. 2005.

ANEXO I – QUESTIONÁRIO: INFORMANTES QUALIFICADOS

Data: ____/____/____

Entrevistado (a) Nome: _____

Idade: ____

Sexo: () Masculino () Feminino

Instituição vinculada: _____

Função: _____

Que leitura faz do rural de Maricá?

Como percebe a chegada de novos agentes nesse meio rural?

Quais localidades acredita ter a maior concentração desses novos rurais? Porque?

Julga positivo o incentivo da chegada desses neo-rurais? O que falta fazer para atrair mais pessoas para a região?

Quais impactos são trazidos por essa miscigenação entre agentes urbanos no rural municipal?

Quais as aspirações do ente público para o campo de Maricá? E como pretende realizá-las?

Como vê a interação entre esses agentes rurais tradicionais e os oriundos dos centros urbanos?

Pela experiência com os neo-rurais já estabelecidos, percebe uma tendência de permanência? O que acha que contribui para isso?

Pela sua percepção, quais são as principais dificuldades dos novos rurais e como fazer para ultrapassá-las?

Qual grau de importância atribui à Pluriatividade para a agricultura local?

Acredita que as transformações ocorridas pela chegada desses novos produtores, pode transformar de forma positiva o rural local? Como?

ANEXO II – QUESTIONÁRIO: NEO-RURALS

I - IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE

Data:

Nome:

Idade:

Sexo: () Masculino () Feminino

Local de Residência:

Profissão:

Escolaridade:

II - ANTECEDENTES (NEO-RURALS)

Sempre morou nesta localidade? Se não, onde residia antes? Quanto tempo residiu no urbano e quanto tempo no rural?

Desempenhava outra atividade antes da agrícola? Qual?

Quais os motivos que influenciaram para a mudança?

O que menos gostava no modo de vida urbano? E o que aspira à melhora no rural?

Porquê da escolha por Maricá?

III - UNIDADE PRODUTIVA / ATIVIDADE AGRÍCOLA

Há quanto tempo vive na Unidade Produtiva?

Como conseguiu a Unidade Produtiva (compra, herança, posse)? Tamanho total e de cada tipo de aquisição?

Caso a terra tenha sido herdada, em que geração a sua família começou a trabalhar na propriedade?

Quais as atividades agrícolas que desenvolve? Porque?

Obtém renda desta atividade agrícola? Se sim, quanto?

Quantos indivíduos integram a Unidade Produtiva (quantos parentes e quantos funcionários)?

Quais os principais obstáculos enfrentados na atividade agrícola e como os tem ultrapassado?

De onde surgem os maiores apoios?

Com quem você aprendeu a fazer agricultura e cuidar das criações?

Quem é consultado quando se precisa de uma recomendação técnica?

Tem filhos? Eles pretendem continuar no rural ou, se já forem adultos, pretendem voltar para o rural ou também sair?

IV - PROCESSO ADAPTATIVO (NEO-RURALS)

Como foi a adaptação à vida no campo?

Vantagens e desvantagens que hoje identifica na escolha que fez?

Percepção quanto ao impacto da sua chegada neste território?

Teve contato com outras pessoas em idêntica situação?

Qual o feedback que delas recebeu? Apoiou-se nessa rede de conhecimentos?

O que mais gosta e menos gosta na localidade?

V - PLURIATIVIDADE

Além da atividade agrícola, desenvolve outra atividade não agrícola?

Qual atividade não agrícola e em qual local?

Quanto tempo dedica a essa atividade não agrícola?

Qual a renda dessa atividade não agrícola?

Tem a pretensão de se dedicar exclusivamente à atividade agrícola?

Os membros da sua família que trabalham em atividades não agrícolas fornecem algum tipo de ajuda nas atividades agrícolas? Com que frequência?

Qual a principal razão que os levou a trabalharem em atividades não agrícolas?

Em que é aplicada a maior parte das rendas deste tipo de atividade?

Qual o grau de importância que atribui à pluriatividade para a persistência no rural?

VI - OUTRAS FONTES DE RENDA

Há aposentados e pensionistas na sua Unidade Produtiva?

() sim () não

Qual o tipo de benefício e o valor recebido por mês?

É beneficiário de algum programa governamental? Se sim, qual?

Qual a principal destinação dos recursos obtidos com os benefícios?

Qual o grau de importância que atribui a este tipo de renda para a persistência no rural?

É a maior parte da renda da família?

VII - REPRODUÇÃO ECONÔMICO SOCIAL

Sente-se da terra? Veem-na/o assim?

As suas principais amizades são pessoas locais ou vindas também de fora?

Com que frequência vai aos centros urbanos? Por qual motivo?

Faz parte de alguma associação, cooperativa ou outra organização local?

Sente-se confortável a participar nos assuntos públicos da localidade?

Quais as principais atividades nas horas de lazer?

Quais os principais objetivos a médio / longo prazo?

Quais impactos acredita que exerce sobre o território rural e seus habitantes?

Quais os principais investimentos feitos nos últimos anos (compra de bens, investimento na produção, poupança)?

Quais as principais despesas?

Utiliza mão de obra externa?

Do total que a família consome quanto é adquirido no mercado e quanto é obtido por produção própria?

Descreva o processo de comercialização? Para quem os produtos da Unidade Produtiva são comercializados e como?

Você julga que mudou seus hábitos depois da mudança para o rural? Se sim, quais hábitos e como mudou (os principais).

VIII - PERCEPÇÃO SOBRE O PROCESSO

Como vê as mudanças locais até o momento?

Acredita poder contribuir para o desenvolvimento rural local? Como?

Qual impacto acredita que a vinda de novos rurais traria para a localidade?

Acredita que alcançou seus objetivos iniciais ao vir para o Rural?

Recomendaria o processo de mudança para o Rural a outras pessoas? Porque?

Sente-se contemplado pelas políticas públicas locais?

Quais mudanças / melhorias acredita serem necessárias para o desenvolvimento rural da localidade?

ANEXO III – QUESTIONÁRIO: RURAIS TRADICIONAIS

I - IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE

Data:

Nome:

Idade:

Sexo: () Masculino () Feminino

Local de Residência:

Profissão:

Escolaridade:

II - UNIDADE PRODUTIVA / ATIVIDADE AGRÍCOLA

Há quanto tempo vive na Unidade Produtiva?

Como conseguiu a Unidade Produtiva (compra, herança, posse)? Tamanho total e de cada tipo de aquisição?

Caso a terra tenha sido herdada, em que geração a sua família começou a trabalhar na propriedade?

Quais as atividades agrícolas que desenvolve? Porque?

Obtém renda desta atividade agrícola? Se sim, quanto?

Quantos indivíduos integram a Unidade Produtiva (quantos parentes e quantos funcionários)?

Quais os principais obstáculos enfrentados na atividade agrícola e como os tem ultrapassado?

De onde surgem os maiores apoios?

Com quem você aprendeu a fazer agricultura e cuidar das criações?

Quem é consultado quando se precisa de uma recomendação técnica?

Tem filhos? Eles pretendem continuar no rural ou, se já forem adultos, pretendem voltar para o rural ou também sair?

III - PLURIATIVIDADE

Além da atividade agrícola, desenvolve outra atividade não agrícola?

Qual atividade não agrícola e em qual local?

Quanto tempo dedica a essa atividade não agrícola?

Qual a renda dessa atividade não agrícola?

Tem a pretensão de se dedicar exclusivamente à atividade agrícola?

Qual a principal razão que o levou a trabalhar em atividades não agrícolas?

Em que é aplicada a maior parte das rendas deste tipo de atividade?

Qual o grau de importância que atribui à pluriatividade para a persistência no rural?

IV - OUTRAS FONTES DE RENDA

Há aposentados e pensionistas na sua Unidade Produtiva?

() sim () não

Qual o tipo de benefício e o valor recebido por mês?

É beneficiário de algum programa governamental? Se sim, qual?

Qual a principal destinação dos recursos obtidos com os benefícios?

Qual o grau de importância que atribui a este tipo de renda para a persistência no rural?

É a maior parte da renda?

V - REPRODUÇÃO ECONÔMICO SOCIAL

Sente-se da terra? Veem-na/o assim?

As suas principais amizades são pessoas locais ou vindas também de fora?

Com que frequência vai aos centros urbanos? Por qual motivo?

Faz parte de alguma associação, cooperativa ou outra organização local?

Sente-se confortável a participar nos assuntos públicos da localidade?

Quais as principais atividades nas horas de lazer?

Quais os principais objetivos a médio / longo prazo?

Quais os principais investimentos feitos nos últimos anos?

Quais as principais despesas?

Utiliza mão de obra externa?

Do total que consome quanto é adquirido no mercado e quanto é obtido por produção própria?

Descreva o processo de comercialização? Para quem os produtos da Unidade Produtiva são comercializados e como?

VIII - PERCEPÇÃO SOBRE O PROCESSO

Como vê as mudanças locais até o momento?

Acredita poder contribuir para o desenvolvimento rural local? Como?

Qual impacto acredita que a vinda de novos rurais traria para a localidade?

Sente-se contemplado pelas políticas públicas locais?

Quais mudanças / melhorias acredita serem necessárias para o desenvolvimento rural da localidade?